REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE JORNALISMO

REBEJ

Sumário

ARTIGOS

As relações de poder do campo jornalístico: reflexões sobre as notícias como construção social
Alexandre Rossato Augusti — *05*

Jornal comunitário e história oral: correlações em trabalho realizado na periferia de Campinas
Amarildo Carnicel — *33*

O resgate da ética no fotojornalismo: A banalização das imagens nos meios de comunicação
Erivam Morais de Oliveira — *59*

Rede Universitária de Rádios: exemplo do potencial de extensão e laboratório de ensino em emissoras públicas
Valci Regina Mousquer Zuculoto — *83*

A legitimidade social como referência ética do jornalismo
Heitor Costa Lima da Rocha — *115*

COMUNICAÇÕES

Rotinas produtivas em jornal laboratório a partir da experiência do Foca Livre – UEPG-PR
Cíntia Xavier, Marcelo Engel Bronoski — *145*

Cazuza: O Caso da Veja 1.077 – Análise ética do discurso da revista Veja sobre a doença e morte de Agenor de Miranda Araujo Neto
Tatiana Notaro Nunes — *173*

Construção de saberes educomidiáticos através do projeto de extensão Pedagogia da Comunicação, Mídias e Ensino: o uso delas na escola
Zeneida Alves de Assumpção — *187*

Arretadas – Processo de criação
Valquíria Aparecida Passos Kneipp — *195*

ENTREVISTA

Entrevista com Manuel Pinto
Por Enio Moraes Junior — *217*

Artigos

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

As relações de poder do campo jornalístico: reflexões sobre as notícias como construção social[1]

Alexandre Rossato Augusti[2]
araugusti@yahoo.com

Resumo
O presente trabalho tem o objetivo de provocar reflexões a respeito das principais relações que se estabelecem através do campo jornalístico. Considerando o jornalismo a partir das intersecções com outros campos e perpassando os mecanismos de construção noticiosa, recupero as impressões de diversos autores que somam perspectivas diversas sobre as condutas que influenciam a produção jornalística. Essas aproximações permitem visualizar esse campo a partir de um cenário complexo e capaz de dar conta de algumas explicações sobre o funcionamento midiático. Destaco que o trabalho tem caráter muito mais reflexivo e de suscitar questões do que de encerrar ideias através de conclusões.

Palavras-chave: Jornalismo. Poder. Campo. Notícias. Discurso.

[1] Comunicação Científica apresentada ao Grupo de Ensino de Ética e Teorias do Jornalismo, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010).

[2] Jornalista formado pela Faculdade de Comunicação Social da UFSM; mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS; doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS; e professor assistente do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

As discussões sobre o jornalismo devem partir do pressuposto básico de que tratamos de um campo atravessado por inúmeras relações de poder. O campo jornalístico possui relativa autonomia e, portanto, poder, inclusive no âmbito dos profissionais que atuam diretamente em sua produção. Os jornalistas exercem influência ativa na construção das notícias nas mais diversas etapas de sua produção e, dessa forma, atuam também ativamente na construção da realidade.

> Podemos descrever o campo jornalístico a partir da distinção de dois polos (TRAQUINA, 2004): o polo positivo é o ideológico, em que o jornalismo é definido como um serviço público que fornece informações para o exercício da cidadania, defendendo os cidadãos de abusos de poder. O jornalismo como negócio e as notícias como mercadoria constituem outro polo: o econômico, muitas vezes considerado o polo negativo do campo jornalístico. A existência do segundo atua na constituição do primeiro e, dessa forma, a obsessão pelo lucro diminui os valores associados à ideologia profissional. Em meio à tensão existente entre os dois polos, os diversos "jogadores" do campo tentam mobilizar, para as suas estratégias comunicacionais, os seus acontecimenos[3], os seus assuntos, ou as suas ideias e valores.

[3] Mouillaud (2002) sustenta a hipótese de que acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de "fato". O autor também menciona uma perspectiva da autora Gaye Tuchman, através da qual ela considera os acontecimentos – ou preferencialmente as news – como o produto de estratégias, e não como dados dos quais seria suficiente registrar ocorrência. Nesse caso, as notícias devem ser interpretadas como o resultado de acordos – implícitos ou explícitos – entre os agentes das redes (networks), e como as redes profissionais são elas mesmas entremeadas com os acontecimentos políticos e sociais, as news aparecem como o desafio de estratégias nas

Sobre os "jogadores":

> São "promotores" que avançam as suas "necessidades de acontecimentos". Interagem com os profissionais do campo jornalístico, os jornalistas, que, em última instância, decidem, em interação com outros jornalistas, o que é notícia, qual é a sua importância, e como é definida. Nessas interações, os jornalistas atuam como agentes que têm as suas próprias "necessidades de acontecimentos", ou não há o imperativo de "fechar" a edição do jornal ou começar o noticiário principal do dia a tempo? (TRAQUINA, 2004, p. 28).

O campo jornalístico se constitui, no século XIX, em um panorama no qual havia jornais que ofereciam, privilegiadamente, notícias, de preferência sensacionalistas, e jornais com propostas de análises e comentários (BOURDIEU, 1997). Os últimos distinguiam-se dos primeiros afirmando valores de objetividade. O campo jornalístico é, para o autor, o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido àqueles que reconhecem esses "valores" e princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, ouvintes ou espectadores, na cifra de venda e no lucro.

quais intervêm "promotores", "montadores" do acontecimento. Para Rodrigues (1993, p. 27), o acontecimento é "tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais". O autor aponta uma segunda categoria de acontecimentos provocados pela própria existência do discurso jornalístico, os meta-acontecimentos. "O meta-acontecimento é regido pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer-dizer, do saber-dizer e do poder-dizer [...]. É a realização técnica das instâncias discursivas; é um discurso feito acção e uma acção feita discurso." (RODRIGUES, 1993, p. 30).

O campo econômico, assim como o político, é parceiro e concorrente desta evolução do campo de produção jornalística, que obviamente sofre influência da lógica dos primeiros, em decorrência das exigências do mercado:

> A legitimação pelo mercado desloca o campo jornalístico do sucesso democrático (informar o cidadão...) ao sucesso comercial (o jornal mais vendido, de maior tiragem, aquele que proporciona o maior número de negócios...). Sua lógica é marcada por uma série de contradições que são conhecidas como *efeitos de campo*. De início, o *fazer saber*, princípio fundador do campo de produção jornalístico deve ser minimizado ou, às vezes, ignorado pelo *fazer sentir ou fazer seduzir*. (FERREIRA, 2002, p. 244).

Logo, entendemos que a lógica comercial do campo jornalístico faz ressaltar o aspecto sedutor da informação em detrimento do saber que está ligado àqueles princípios básicos do campo jornalístico junto à democracia e ao cidadão. Lyotard (2006) reflete sobre a legitimação do saber, principalmente quando ligada ao saber científico na pós-modernidade, apontando uma ideia interessante para as considerações desse trabalho. O autor considera justamente a legitimação como o problema dessa discussão na pós-modernidade, já que as verdades não mais se sustentam nessa fase. Nesse sentido, o saber pode ser compreendido como algo que, em determinado momento, é estabelecido por quem tem poder de legitimação (SILVA, 2009a). Qual, então, o valor do que é legitimado? Parece que tratamos

aqui mais de possibilidades do que propriamente de certezas.

Ao tentar justificar o conteúdo da produção televisiva, Bourdieu (1997, p. 23) ataca: "E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas." O autor critica a lógica de produção televisiva afirmando que, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que o cidadão deveria possuir para exercer seus direitos democráticos. Sobre o desempenho do papel dos jornalistas, Bourdieu (p. 25) acrescenta: "Os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado."

Essas observações nos levam a pensar sobre o ciclo vicioso da produção informativa: "[...] o fato de os jornalistas [...] lerem-se uns aos outros, verem-se uns aos outros, encontrarem-se constantemente uns com os outros nos debates em que se revêem sempre os mesmos, tem efeitos de fechamento [...]" (BOURDIEU, 1997, p. 34). Sobre como rompê-lo, Bourdieu sugere a transgressão, mas que só poderia ocorrer através da própria mídia. "[...] é preciso conseguir produzir um 'choque' que interesse ao conjunto da mídia ou pelo menos a um dos meios de comunicação e que

poderá ser reforçado pelo efeito da concorrência." (1997, p. 35). Silva (2009b) questiona: Como criar uma outra lógica de produção que ofereça o extraordinário cotidianamente?, acrescentando que, para Bourdieu, o sociólogo enxerga o que o jornalista não consegue a respeito da prática jornalística, considerando as lentes do jornalista inferiores às do primeiro. Bourdieu nos deixa em uma situação de impasse.

Essa lógica Bourdiana, que considera o conflito permanente, a hierarquia e a distinção, delata a acirrada concorrência na produção jornalística em relação à busca pelo extraordinário. Considerando, inclusive, o que não é ordinário para os outros veículos. A perseguição pelo furo jornalístico[4], intensificada pelo tempo escasso, sugere, conforme Bourdieu, que todos acabem por fazer a mesma coisa, dentro daquilo que compreendem como o extraordinário, mas que não deixa de ser o paradoxal extraordinário ordinário, a produção cotidiana do extraordinário. A informação midiática que nos cerca cotidianamente parece sustentar essa lógica. Análises menos superficiais nos reportam à ideia de que o grau de novidade da maioria das notícias não chega a elevá-las realmente à condição de novas. Variações de apresentação dessas notícias causam impressões equivocadas a respeito de sua "novidade". Acrescente-se que, em

[4] Posada (1992) afirma que os critérios relativos à competição se fundamentam no fato de que cada dia há mais meios que produzem notícias, o que pressiona os jornalistas a conseguir exclusividade.

decorrência do alcance da visibilidade midiática, podem-se produzir efeitos de real, minimizando ou impossibilitando a compreensão desses mecanismos de produção e apresentação. O que é mostrado, da forma como é mostrado, pode ocultar o que realmente é, além de apresentar outra noção de realidade.

Pinto reflete sobre as noções de campo: lugar de força e luta que se organiza na medida em que seus agentes têm algo em comum – interesses irredutíveis, que podem ser compreendidos como *capital* (que é aquilo que faz com que os agentes entrem em luta) e *habitus* (é uma tradição – o *habitus* do campo jornalístico é a estrutura de onde vem a tradição de contar histórias), de Bourdieu, o que nos permite entender melhor a noção de campo jornalístico. Pressupõe-se a existência de uma estreita relação entre um campo de produção e um campo de consumo, ou seja, a possibilidade de criar o outro está definida pelas condições preexistentes. Para que um produto seja consumido, há a necessidade de um universo disponível de gostos. Assim, entendemos que a produção parte do gosto já existente. "[...] ela limita, dá forma, exclui e redefine mas não pode impor algo que não encontre qualquer predisposição de ser aceito". (PINTO, 1993, p. 121).

Para referenciar o capital do campo jornalístico, utilizemos contribuições de Berger: destaca que Bourdieu aponta um capital como superior aos demais – o simbólico,

por dar sentido ao mundo e transitar por todos os campos. A hipótese construída é de que o campo jornalístico detém, privilegiadamente, o capital simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer. "O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade." (BERGER, 2003, p. 21). Silva (1998, p. 16-17), ao abordar o fato jornalístico, reporta-nos a Wendell Johnson, para quem o fato é uma observação e, como quem observa é o indivíduo, o fato passa a ser um assunto pessoal, devendo ser merecedor de fé. Quanto mais pessoas concordarem com um fato, mais fidedigno ele será. A crença está associada às questões pessoais e não às verdades universais. Essa observação nos aproxima da hipótese de Berger ao sugerir que as notícias precisam despertar a credibilidade, fazer crer que o que é mostrado é real.

Em relação ao campo jornalístico, nota-se que a relevância da existência social de outros campos é diretamente proporcional à presença que eles efetivam nos meios de comunicação. A difusão dos meios de comunicação orienta a produção de outros campos. "O capital do campo jornalístico torna-se, portanto, uma moeda para se negociar no interior de outros campos." (FERREIRA, 2002, p. 248). Para Bourdieu, todos os campos de produção cultural estão sujeitos às limitações estruturais do campo jornalístico.

Ele aponta a influência que os mecanismos de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado - destacando-se aqui os leitores e os anunciantes

- exercem, primeiramente sobre os jornalistas, e, em seguida, sobre os diferentes campos de produção cultural, jurídico, literário, artístico, científico.[5] Os diferentes poderes, de forma especial as instâncias governamentais, não agem somente pelas pressões econômicas que podem exercer, mas ainda por todas as pressões autorizadas pelo monopólio da informação legítima, principalmente as fontes oficiais.[6] Não deixa de enfatizar, ainda, a permanente sujeição do campo jornalístico em relação ao que chama de "prova dos vere-

[5] Conforme Bourdieu, o campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas conforme sua autonomia em relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes. "O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes. Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego); em seguida, da posição de seu jornal no espaço dos jornais, isto é, mais ou menos perto do pólo 'intelectual' ou do pólo 'comercial'; depois, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa (efetivo, free-lancer etc.), que determina as diferentes garantias estatuárias (ligadas sobretudo à notoriedade) de que ele dispõe e também seu salário (fator de menor vulnerabilidade às formas suaves de relações públicas e de menor dependência com relação aos trabalhos de sustento ou mercenários através dos quais se exerce a influência dos patrocinadores); e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação (sendo certos jornalistas, como os vulgarizadores científicos ou os jornalistas econômicos, particularmente dependentes)." (BOURDIEU, 1997, p. 102-103).

[6] Para Bourdieu, em primeiro lugar, esse monopólio proporciona às autoridades governamentais e à administração, à polícia, por exemplo, mas também às autoridades jurídicas, científicas, armas na luta que as opõe aos jornalistas e na qual tentam manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las. De outro lado, a imprensa procura manipular quem detém a informação para tentar obtê-la e ainda ter exclusividade sobre ela. Para Tétu, a significação, no jornal (entendo que é possível pensar dessa forma na perspectiva de outros veículos também) provém da pluralidade da enunciação: o discurso do jornal está condicionado pelo "discurso do outro". Segundo o autor, isso justifica o porquê de, na própria instância enunciativa, aparecerem as instâncias de legitimação (as fontes, as autorizações de fala, as investigações, etc.), e também permite definir a relação que a imprensa constrói entre o "saber" e o "poder": o conjunto de procedimentos de normalização sempre funciona como uma legitimação das estruturas do poder. (2002, p. 199).

dictos do mercado" (1997, p. 106), através da sanção direta, da clientela, ou indireta, do índice de audiência.

> E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o "critério do índice de audiência" na produção [...] ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores [...] quanto ocupem uma posição mais elevada [...] em um órgão mais diretamente dependente do mercado [...], sendo os jornalistas mais jovens e menos estabelecidos mais propensos, ao contrário, a opor os princípios e os valores da "profissão" às exigências, mais realistas ou mais cínicas, de seus "veteranos". (BOURDIEU, 1997, p. 106).

As percepções de Bourdieu se apresentam em um cenário que antecede os efeitos inegáveis da Internet na produção midiática. É possível que essa mídia revolucione ou já esteja revolucionando o campo jornalístico. O formato de apresentação da informação na web traz novas noções de imediatismo, multimediação, interatividade, memória, consumo de notícias, etc. Mas o funcionamento do campo jornalístico em geral ainda ocorre de forma semelhante à apresentada pelo autor.

O jornalismo como construção social

Podemos pensar em três níveis (TRAQUINA, 2004) para verificar as notícias como uma "construção" social, como resultado de interações entre diversos agentes sociais.

Em um primeiro nível, os jornalistas interagem com diversas fontes de informação. Nesse caso, muitos agem com o intuito de mobilizar as notícias como parte de sua estratégia comunicacional, criando os acontecimentos. Há, nessa etapa, promoção de acontecimentos. Em um segundo nível, a interação ocorre entre jornalistas como membros de uma comunidade que partilha uma identidade profissional, valores e cultura comuns. Devido às limitações de tempo[7], "[...] as interações têm lugar dentro e fora da sala de redação, e crescentemente num ambiente global de notícias, sem parar, 24 horas por dia". (TRAQUINA, 2004, p. 29). Os profissionais do campo jornalístico definem, em última análise, as notícias e contribuem ativamente para a construção da realidade. Em terceiro nível, os jornalistas, na sua definição de notícias, também interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre o normal e o anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante.

O ato jornalístico se estrutura a partir de dois momentos estratégicos (FAUSTO NETO, 1991): operação e construção, cujas regras são bem pensadas, independentes do sujeito, pois quando este as apanha, elas já estão estruturadas no campo da linguagem. É o trabalho de operar sobre vários discursos que resulta nas construções, que, no jar-

[7] Bourdieu (1997) critica especialmente a televisão, ao pontuar que a limitação do tempo impõe ao discurso televisivo restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita.

gão jornalístico, representam as notícias. A terminalidade do discurso jornalístico se constitui sempre numa espécie de dito, isto é, "[...] as mensagens que ganham formas de matérias, segundo economias específicas a cada sistema e/ou suporte de comunicação e que produzem dimensões classificatórias da realidade". (FAUSTO NETO, 1991, 29).

Ao refletir sobre a notícia, Posada (1992) apresenta argumentos que vêm ao encontro dos nossos interesses em associar a produção jornalística à construção da realidade.

> A notícia é uma instituição social e uma realidade histórica, legitimadas socialmente para cumprir a função de estruturar a realidade mesma. Os meios de comunicação são o lugar onde se produz a realidade das sociedades industriais contemporâneas. Dentro dessas análises, a linguagem ocupa um lugar central. A forma como se constrói socialmente a realidade é atribuindo-lhe sentido, ou seja, nomeando-a. (POSADA, 1992, p. 123) (tradução do autor).

Dentre as diversas teorias sobre jornalismo, aquela que provavelmente oferece uma visão mais completa das formas de estruturação das notícias e trata com mais propriedade alguns aspectos importantes para o estabelecimento de relações com esse trabalho é a *teoria interacionista*, sustentada sob o enfoque construcionista. As notícias, sob a visão dessa teoria, são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação

de uma matéria-prima, reconhecida como acontecimento, em um produto (as notícias). Durante a seleção da matéria-prima, só adquire existência pública de notícia aquilo que se encaixa segundo determinados critérios de noticiabilidade[8]. O fator tempo é observado como determinante nesse sentido. Traquina lembra alguns aspectos referentes a essa problemática: os acontecimentos podem surgir em qualquer parte, a qualquer momento, e, face a essa imprevisibilidade, é necessário impor ordem no espaço e no tempo.

A linha interacionista (TRAQUINA, 2004) reconhece se da linha estruturalista[9], ao admitir a possibilidade de

[8] Motta (2002, p. 308) diz que, para ser notícia, um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância. Motta insere Mauro Wolf em suas considerações para definir a noticiabilidade como sendo constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos para adquirirem a existência pública de notícia. Para adquirir esse estatuto, o fato deve ter os atributos chamados valores-notícia. Para Motta (2003), é a ruptura, a quebra da normalidade das coisas, o extraordinário que se constitui no valor-notícia fundamental, fazendo com que quase todas, senão todas, as notícias tenham um caráter emocional implícito ou explícito, uma tensão presente em maior ou menor grau. "Pela onipresença e pela força simbólica da notícia em nossos cotidianos pós-modernos, pensa-se que uma antropologia que permita a leitura antropológica das notícias enquanto um ato cultural (um novo constructo) é de maior urgência." (2003, p. 20).

[9] As teorias estruturalista e interacionista pertencem ao paradigma construtivista emergente nos anos 70. Situam o jornalista em seu local de trabalho e reconhecem a importância dos constrangimentos organizacionais. Ambas preocupam-se com a cultura jornalística, a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam. É rejeitada a visão instrumentalista das notícias. As duas teorias reconhecem as notícias como estórias que necessitam de um saber de narração que pressupõe a aprendizagem da linguagem jornalística e o domínio de um inventário de discurso. A teoria estruturalista destaca o papel dos media na reprodução da ideologia dominante. Para os defensores dessa teoria, os media não se limitam a criar as notícias, nem a conspirar em favor da ideologia dominante, mas a sua relação estrutural com o poder faz com que reproduzam as definições daqueles que têm "acesso privilegiado, como que de direito, aos media como 'fontes acreditadas'" (TRAQUINA, 2004, p. 179). A relação de poder aqui estabelecida é apenas uma dentre as muitas existentes durante o processo de comunicação e refere-se, então, àquela concernente às fontes que passam a definir seus interesses como pauta para os veículos de comunicação. Porém, a teoria estruturalista é insuficiente em alguns aspectos, pois não considera, por exemplo, que os jornalistas pos-

outros agentes sociais mobilizarem o campo jornalístico segundo seus objetivos. Reconhece o poder dos jornalistas na definição do que é notícia e de como é construída.[10] Mas admite que a rotinização do trabalho leva à dependência das fontes oficiais, o que denota o exercício de poder também por parte dessas fontes. O próprio acesso aos *media* é um poder. Mesmo considerando o poder como pertencente também aos jornalistas, a teoria estruturalista, da mesma forma que a interacionista, admite que as fontes provêm principalmente do poder estabelecido e considera, dessa forma, que as notícias tendem a apoiar o *status quo*.

Em relação ao jornalismo baseado na condição mítica de contra-poder, a teoria interacionista protesta ao reconhecê-lo como uma força conservadora, mas também admite que pode constituir um recurso para os agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes. "[...] defendemos a posição de que seria mais correto afirmar que o jornalismo é um Quarto Poder que defende sobretudo o *status quo*, mas periodicamente realiza o seu potencial

sam desafiar esse poder por meio de ações como a reportagem, o jornalismo investigativo, ou os furos.

[10] A seletividade é considerada uma das instâncias que possibilitam a independência dos media em relação aos definidores primários. "Nem toda a afirmação por parte de um primary definer importante em relação a um tópico determinado tem possibilidades de ser reproduzida nos media – nem todas as partes de cada afirmação." (HALL et al., 1993). Ao exercer a seletividade, os media impõem os seus próprios critérios nas matérias-primas estruturadas, apropriando-se ativamente delas e transformando-as. Outro aspecto é referente à atividade dos media de transformar um acontecimento numa notícia acabada. É a maneira como um item é codificado numa forma de linguagem particular. "[...] como cada jornal tem um enquadramento organizacional específico, um sentido noticioso e os leitores, assim também cada um desenvolverá um modo de discurso regular e característico". (HALL et al., 1993).

de contra-poder." (TRAQUINA, 2004, p. 201). Adghirni (2002, p. 464) contesta o mito do poder do jornalista[11], atribuindo a ele determinado enfraquecimento:

> Ainda que testemunha de acontecimentos e narrador de fatos reais, o jornalista se revela um campeador no campo de centeio, onde, além de colher o grão ele terá de peneirá-lo, ele terá de vendê-lo na grande feira de notícias onde a oferta tende a ser maior que a procura.

Traquina aponta o primeiro poder dos jornalistas: decidir o que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública aos acontecimentos[12]. O segundo poder é "a última palavra" sobre a construção do acontecimento como notícia. "As notícias são construções, narrativas, 'estórias'. As notícias são elaboradas com a utilização de padrões industrializados, ou seja, formas específicas que são aplicadas aos acontecimentos, como, por exemplo, a pirâmide invertida." (TRAQUINA, 2004, p. 203).

A ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um *ethos*[13] que define para os membros da comuni-

[11] Para Adghirni (2002, p. 467), o jornalista perde (ou nunca teve) o mandato de Quarto Poder que a sociedade diz outorgar-lhe. Ao exercer suas rotinas produtivas, esse profissional estaria mais para executor de ordens previamente estabelecidas do que para super-herói que controla os deslizes da sociedade.

[12] Berger reflete sobre o poder da mídia de produzir sentidos, projetá-los e legitimá-los, dando visibilidade aos fenômenos que conseguiram, em primeiro lugar, atrair os jornalistas. "Um poder que advém da condição de mediação, ou seja, não só de estar entre, ou de intermediar as vozes do acontecido, mas de selecionar, enfatizar, interferir através de palavras e imagens na construção simbólica dos acontecimentos." (BERGER, 2002, p. 282).

[13] Segundo Traquina (2002, p. 27-28), é a formação de ideologias justificativas, como a noção de imprensa livre, o jornalismo como Quarto Poder, que definiu um ethos próprio para os jornalistas: o de um comunicador desinteressado que não apenas serve à opinião pública

dade jornalística que o seu papel social é de informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos de poder (TRAQUINA, 2004). Isso representa o imaginário social, a sociedade pensa que é assim ou que deve ser assim. Mas é claro que podemos admitir essa reflexão com restrições, pois é sabido que, em diversos momentos, isso não ocorre, além de haver uma descrença por parte da sociedade em relação a essa ideia.

Devemos considerar que o poder dos jornalistas está relacionado também aos constrangimentos organizacionais[14], às práticas e rotinas que as empresas jornalísticas e os jornalistas criam para viabilizar a comunicação em tempo hábil. Porém, considerando as limitações e os constrangimentos do poder do jornalismo e dos jornalistas, mesmo assim esse poder aponta para as responsabilidades sociais, fazendo compreender que as notícias não podem ser reduzidas a simples mercadorias e que os mais nobres ideais do jornalismo, referentes à sua relação com a democracia e cidadania, também não podem ser ignorados.

---

e constitui uma arma imprescindível em democracia contra a tirania insensível ou quaisquer eventuais abusos de poder, mas também que se sente comprometido com a verdade.

[14] A teoria organizacional amplia a abordagem teórica do âmbito individual para a organização jornalística. O sociólogo norte-americano Breed foi o primeiro a trabalhar com essa abordagem. Ele observa os constrangimentos organizacionais como tendo um importante papel sobre a atividade profissional do jornalista. Identifica, dessa forma, seis fatores que promovem o conformismo com a política editorial da empresa: a autoridade institucional e as sanções, os sentimentos de estima e obrigação para com os superiores, as aspirações de mobilidade, a ausência de grupos em conflito, o prazer da atividade e as notícias como valor (VIZEU, 2003).

Propriedades do discurso jornalístico

Apesar das relações estabelecidas até aqui já terem evidenciado alguns mecanismos de discurso, saliento que o jornalismo deve ser analisado sob essa perspectiva. Para Nascimento (2002), falar em discurso jornalístico é falar de uma forma de ação, de uma forma de colocar em movimento relações sociais, não mais por sua delimitação temática, mas por seu contorno significante. É importante considerarmos que o discurso oferece possibilidades de remissão a outros lugares que não aqueles imediatamente percebidos no texto. O discurso jornalístico sob a perspectiva da ação, do movimento, permite explorar melhor seus contornos significantes.

> O discurso jornalístico [...] não reflete a realidade. Traduz e a constrói via recursos discursivos, simulando realidades mediante todo um sistema próprio de cada veículo em que os jornalistas captam um certo número de informações e que são transformadas em notícias por meio do discurso perpassado pelas rotinas produtivas, experiência do jornalista e pela ideologia e cultura do veículo. É no campo midiático que o cotidiano dos campos sociais ganha anunciabilidade, transparência e pluralidade para o consumidor, mas essa visibilidade se dá sob uma forma específica do campo dos *media*, e não, dos de origem e é ofertada como verdade absoluta pelos veículos que tentam vender seus produtos no competitivo mercado do discurso da informação. (ROSA, 2002, p. 3) (itálico da autora).

Para Rodrigues, a dimensão discursiva assegura quatro funções institucionais: as funções pedagógica, tradicional, simbólica e reparadora. Pelo discurso, as instituições asseguram a inculcação e a transmissão da sua legitimidade para ditar as normas destinadas a regular os comportamentos e para intervir com eficácia dentro de um domínio da experiência. Mas é também ao discurso que compete expressar simbolicamente a visibilidade da sua intervenção, a mobilização em torno da sua ordem de valores e a reparação da violação das suas normas.

> É a instituição midiática que desempenha, nas sociedades modernas, este papel estratégico de composição e de conseqüente cimento homogeneizador da vida coletiva. Nela vem refletir-se, como num espelho, a diversidade das funções pedagógicas, simbólicas, mobilizadoras e reparadoras das restantes instituições. (RODRIGUES, 2002, p. 224).

O discurso midiático ainda serve de reforço da legitimidade das outras instituições, garantindo a sua permeabilidade por todo o tecido social. Isso ocorre pela projeção pública da sua simbólica (RODRIGUES, 2002), como efeito da visibilidade[15] que lhes confere, ajudando a mantê-las

[15] Segundo Berger (2002, p. 282), uma das formas de poder midiático provém da visibilidade, ou seja, a presença da imprensa também conduz determinadas ações. Gomes afirma que é por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como vigilantes. "Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual expõem a todo momento os conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira de mostrar, enquanto mostra ela controla pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe." (GOMES, 2003, p. 77).

presentes no imaginário social.

Conforme Fausto Neto, a enunciação jornalística se faz a partir de uma dupla falta. A primeira é relacionada ao "estatuto" do sujeito, face à ordem simbólica, que toma a palavra como representante da coisa. A segunda diz respeito ao saber jornalístico que, por se constituir num discurso relatador, tenta superar a impossibilidade de ser um discurso de primeira mão, através de investimentos enunciativos que podem ser, por exemplo, linguísticos, discursivos, pedagógicos. Só assim, por meio de modalidades substitutivas, pode dar conta de um certo real.

> Nesta perspectiva, o discurso jornalístico se produz à base do concurso e do efeito daquilo que lhe ensejam outros códigos, isto é, outras vozes e múltiplas polifonias que migraram de outros campos culturais ou que deles são tomados por empréstimo. (FAUSTO NETO, 1991, p. 31).

O relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita dos fatos (BUCCI, 2003). Assim, os fatos acontecem já como relatos, ou como elementos discursivos. E a realidade é constituída por aquilo que se torna visível através da mídia.

> A bem da verdade (dos fatos e dos discursos), a velha função simbólica do direito – a função de ordenar os conceitos e os valores, estabelecendo o lugar do proibido e do Bem – vem sendo progressivamente ocupada, exercida e usurpada pela mídia. (BUCCI, 2003, p. 12).

Essa função simbólica que inclui, dentre outros, efeito normatizador e punitivo, é exercida hoje pela mídia em geral e pelo discurso jornalístico em particular.

Aliás, o discurso jornalístico é o que mais se destaca nessa função. A ele cabe hierarquizar os sentidos e os valores. A ele cabe preconizar as condutas. Cabe preconizar modos de falar e, ainda mais, cabe-lhe separar o que é dizível e o que é indizível. (BUCCI, 2003, p. 12).

O autor acrescenta que o controle desse processo é mais da ordem da língua – ou do discurso – do que daqueles que detêm o poder sobre as instituições midiáticas. A partir disso, remetemos à posição assumida por Bucci de que o jornalismo deveria abandonar a postura de neutralidade diversas vezes assumida. Admitindo que é parte do fato, o jornalismo torna-se um relato mais crítico e mais capaz de compreender as complexidades do mundo.

Motta nos lembra de que as análises pragmáticas da comunicação jornalística devem partir do pressuposto de que a notícia pretende ser um relato objetivo do real, que utiliza elementos de linguagem para reivindicar um relato sempre próximo ao referente empírico que narra, pois essa é a máxima que rege a linguagem jornalística. Mesmo assim, é preciso observar as significações simbólicas, "na revelação dos conteúdos implícitos ou explícitos que contribuem para uma percepção *mitopoyética* das notícias." (MOTTA, 2003, p. 10).

É importante observar que existe uma contradição entre a intenção de objetividade e a presença de elementos estéticos e subjetivos que revelem estímulos ao imaginário do leitor. A partir disso, Motta (2003) lembra que, na contemporaneidade, o jornalismo é um lugar por excelência de realização das ambiguidades da experiência do ser humano. Essas observações reafirmam a condição da linguagem jornalística de ser ambígua e polissêmica. O autor aponta a coexistência de elementos lógicos, que ajudam os indivíduos a organizar o caos social que os cerca e, por outro lado, elementos míticos, sugestivos de estados de espírito emocionais, e estimuladores de fabulações e devaneios individuais e coletivos.

A notícia é uma linguagem particularmente suscetível às interpretações sutis porque lida com o delito, o conflito, o acidental, trabalha com a emoção e sua leitura gera tensões porque nos conta sempre algo extraordinário, e o faz tendencialmente de forma dramática, salientando as rupturas ou o lado negativo das coisas. Por mais histórico que o jornalismo possa ser, a sua linguagem estará sempre sujeita a interpretações lógicas e míticas, ora tendendo para um, ora para outro lado, de acordo com as circunstâncias de sua produção ou de sua recepção. (MOTTA, 2003, p. 10).

Considerações finais

É inevitável que pensemos em nossa cultura cotidiana a partir da influência midiática, de acordo com a posição que assumem os valores sugeridos pela mídia e que atuam como norteadores para nosso comportamento. Principalmente nesse sentido, ela exerce determinante poder social.

À medida que reforça determinados valores e apresenta enfaticamente produtos e serviços como soluções para os problemas que sugerem, a mídia representa um forte estimulante para determinadas condutas, quando não as provoca ou sustenta. O jornalismo exerce, nesse sentido, um grande poder de uniformização de gostos e comportamentos, mas ainda assim temos que considerá-lo a partir de uma influência limitada, inclusive porque outras instituições também podem atuar dessa forma.

A partir das explanações e considerações feitas, considerando o estágio atual de ordenação midiática, é pertinente questionar: Situamo-nos em um momento que necessita de recuo? Avançar é perigoso ou representa evolução? É preciso cautela e reflexão. Bourdieu, por exemplo, deve ser compreendido como um crítico severo das mídias, que desejava que prestassem um serviço melhor à humanidade. Através da ciência, do papel desempenhado pelo sociólogo, objetivava desvelar aquilo que talvez fosse pouco visível e que permitiria diagnosticar melhor o funcionamento

midiático. Apresenta-nos um cenário em que o excesso de familiaridade com a produção midiática acaba por ocultar aspectos fundamentais da realidade. Nesse contexto, a credibilidade jornalística, legitimada pelos números de público consumidor, geralmente funciona como capital impulsionador desse processo. Através de lentes potentes, que permitem mapear com ousadia o campo jornalístico, o sociólogo arrisca desvendar seus mecanismos de funcionamento. Sua perspicácia dificulta, entretanto, encontrar resoluções para os diversos problemas apontados.

Os problemas comunicacionais contemporâneos apresentam uma dimensão de ordem também cultural. É na compreensão de relações como as estabelecidas entre o jornalismo e a sociedade, e destes com a cultura, que temos que buscar o entendimento e a superação das dificuldades da vida para as quais muito frequentemente se atribui unicamente à mídia a responsabilidade. Pensar sobre a comunicação é emergencial. Em nosso mundo imediatista, e com enorme fluxo de informações, negligenciam-se muitas vezes a efetiva comunicação (entendida a partir das possibilidades de diálogo e compreensão), dificultando o estabelecimento de um ethos nesse campo, e que poderia melhorar a sociedade sobre sua influência.

Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal. **Rotinas produtivas do jornalismo** em Brasília. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 2002.

BERGER, Christa. **Do jornalismo**: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 2002.

_____. *Campos em confronto*: a terra e o texto. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUCCI, Eugênio. Introdução: o senhor ordenador. In: GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo*: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker; Edusp, 2003.

FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico. *Pauta*

Geral: revista de jornalismo. Salvador: Calandra, ano 9, n. 4, 2002.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo*: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

HALL et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo*: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1993.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 2002.

_____. O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos: pragmática jornalística e construção de sentidos. *Comunicação e Espaço Público*, ano 6, n. 1 e 2. Brasília, 2003.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 2002.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revistas no Brasil*: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete. São Paulo: Annablume, 2002.

PINTO, Celi Regina. O clientelismo eletrônico: a eficácia de um programa popular de rádio. *Humanas, revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS*. Porto Alegre, v. 16, n. 1, 1993.

POSADA, Ana Maria Lalinde. La noticia: construccion de la realidad. In: LEREE, Beatriz Solis (coord.). *Las industrias culturales*. Comunicación, identidad e integración latinoamericana II. México: Opcion, 1992.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo*: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.

_____. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal*: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 2002.

ROSA, Rosane. *A natureza e os limites dos discursos jornalísticos*. In: INTERCOM –CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXV., Salvador, 1 - 5

set., 2002.

SILVA, Juremir Machado da. *Debate do livro 'A condição pós-moderna', de Jean-François Lyotard*. Porto Alegre: PUCRS, 20 de mar. 2009a. Aula da disciplina Sociologia da Comunicação: cultura e comportamentos contemporâneos.

_____. *Debate do livro 'Sobre a televisão', de Pierre Bourdieu*. Porto Alegre: PUCRS, 05 de jun. 2009b. Aula da disciplina Sociologia da Comunicação: cultura e comportamentos contemporâneos.

SILVA, Marconi Oliveira. *O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

TÉTU, Jean-François. Le Monde e Libération em perspectiva. Referências e significação: Le Monde. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). O Jornal: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 2002.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VIZEU, Alfredo. O jornalismo e as teorias intermediárias: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD). In: INTERCOM –CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVI., Belo Horizonte, 2 – 6 set., 2003.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

Jornal comunitário e história oral: correlações em trabalho realizado na periferia de Campinas[1]

Amarildo Carnicel[2]
amarildo@unicamp.br

Resumo

O presente estudo pretende analisar os mecanismos, as similaridades, as relações mútuas – enfim, as correlações – presentes em dois importantes instrumentos alternativos da comunicação humana e da construção do conhecimento: o jornal comunitário e a história oral. Com base em conceitos e modos de elaboração de jornal comunitário e história oral, o trabalho busca identificar os limites – muito tênues – entre esses campos da comunicação humana. Procura compreender em que momento de uma entrevista, o diálogo, a relação entrevistador-entrevistado deixa o campo da comunicação midiática e entra na esfera da historiografia. Trata-se de um recorte do Projeto de Extensão desenvolvido junto à Faculdade de Educação e ao Centro de Memória da Unicamp que mostra as potencialidades do jornal comunitário *Conexão Jovem* (atualmente em sua 25ª. edição) junto aos moradores antigos da Vila Castelo Branco, região periférica de Campinas.

---

[1] Comunicação Científica apresentada ao Grupo de Atividades de Extensão, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010).

[2] Jornalista, mestre em Multimeios e Doutor em Educação (Unicamp). Professor da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, do Labjor-Unicamp, pesquisador do Centro de Memória da Unicamp e líder do Grupo de Pesquisa Memória e Fotografia (CNPq). É autor do livro O fotógrafo Mário de Andrade e organizador das obras Palavras-chave em educação não-formal e Comunicação e cidadania – Possibilidades e interpretações. É coordenador de oficinas de jornal comunitário realizadas em bairros de Campinas.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornal Comunitário. História. História Oral.

Introdução

Pesquisadores das áreas das ciências humanas e da comunicação, mais especificamente da história oral e do jornalismo, não raro se deparam com uma inquietação: numa produção jornalística mais apurada, mais densa, quais os limites entre o jornalismo e a história oral? Em que momento de uma entrevista, o diálogo, a relação entrevistador-entrevistado deixa o campo da comunicação midiática e entra na esfera da historiografia, ou num recorte mais definido, no campo da história oral? Como identificar essa linha tênue que estabelece (ou não) os limites dessas técnicas de organização e de produção da comunicação humana? Para tentar responder a essas questões, o presente estudo, a partir de experiências vivenciadas durante entrevistas realizadas em oficinas de jornal comunitário realizadas na ONG Progen, em Campinas,[3] busca analisar o produto des-

[3] O trabalho em andamento envolve adolescentes da Organização Não-governamental Projeto Gente Nova (Progen), alunos de escolas públicas estaduais e municipais e de representantes da terceira idade da comunidade estudada. Trata-se de um projeto conjunto que conta com a participação de docente da Faculdade de Educação (FE-Unicamp), de pesquisador do Centro de Memória (CMU-Unicamp) e de alunos do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-Unicamp) que também são discentes da Faculdade de Jornalismo (CLC/PUC-Campinas). O presente projeto intitulado "O jornal comunitário como instrumento de aproximação intergeracional" é um desdobramento da tese de doutorado "O jornal comunitário como estratégia de educação não-formal" defendida pelo professor de Jornalismo Amarildo Carnicel junto à Faculdade de Educação (FE) da Unicamp.

se trabalho valendo-se de conceitos que norteiam as reflexões quando essas áreas do conhecimento tornam-se pauta de discussões.

Transmissão, informação, ensinamento... são inúmeros os sinônimos e as possibilidades de definição da palavra comunicação. Marques de Melo, em sua obra *Comunicação social – Teoria e pesquisa*, apresenta um detalhado estudo sobre o termo e aponta que, numa visão mais ampla, a comunicação tem caráter educativo, pois

> [...] pressupõe o intercâmbio de experiências entre pessoas de gerações diferentes, ou de uma mesma geração, assegurando a renovação constante das experiências individuais, que se transforma em patrimônio coletivo. Vivemos numa época em que a mídia assume um papel de educadora coletiva, podendo facilitar a difusão de conhecimentos capazes de orientar o comportamento dos cidadãos em todas as dimensões. Pedagogicamente podemos dizer que Comunicação é o processo de transmissão de experiências e ensinamentos.[4] (MARQUES DE MELO, 1973 apud RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 158)

Esse sistema de educação exposto por Marques de Melo pode ser identificado tanto num trabalho jornalístico como numa atividade de produção de conhecimento no campo da história oral, pois ambas as técnicas da comunicação humana pressupõem intercâmbio e renovação de experiências individuais e/ou coletivas. No entanto, torna-se

[4] MARQUES DE MELO, José. Comunicação social – Teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1973.

complexo definir em que momento ocorre a passagem de uma esfera para a outra, afinal, as informações como um produto em si podem ter sido registradas utilizando diferentes maneiras de captação, quer nos instrumentos utilizados, quer no tempo destinado para a coleta de informações/depoimentos.

Para melhor compreender esses modos de comunicação, convém, antes, conceituar e explicar como se dá o processo de produção de jornal comunitário. São elementos indissociáveis (o conceito e a técnica de elaboração), pois se torna impossível falar de um sem mencionar o outro.[5] Jornal comunitário é um meio de comunicação cujo objetivo principal é dar voz aos membros da comunidade a partir da cobertura de assuntos que não têm espaço na mídia tradicional. A prática dessa modalidade jornalística, ao estabelecer um fórum de diálogo, de exposição de ideias, de divergências e de reivindicações entre membros de uma comunidade, ultrapassa a função informativa e se configura como um instrumento que possibilita, entre outras atribuições, evocar a cidadania por meio de debates e de participação em busca de soluções de seus problemas.

O jornal comunitário, por meio de uma linguagem simples e acessível, não pode se caracterizar apenas como um repositório de notícias; deve afigurar-se como um su-

[5] Sobre esse assunto ver: CARNICEL, Amarildo. "Jornal Comunitário". In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo (Orgs.). Palavras-chave em educação não-formal. Holambra/Campinas: Setembro/CMU-Unicamp, 2007. p. 177-8.

porte que apresenta conteúdo que estimule o leitor a levantar questionamentos, fazer críticas, propor soluções; oferecer elementos para que o cidadão não seja um mero receptor do veículo, mas um agente transformador da sociedade. Deve também cumprir a função de atender aos anseios da comunidade e divulgar as suas realizações, podendo se constituir em fonte de promoções comunitárias, oferecer caminhos para soluções de problemas, organizar eventos e liderar campanhas nem sempre presentes na mídia convencional (PERUZZO, 2003).

É da natureza da profissão de jornalista a opção por condutas diferentes: há o profissional que se pauta pelo distanciamento e objetividade e aquele que opta pela militância e engajamento. Esse segundo perfil de jornalista, conceitualmente falando, é o que melhor expressa o papel do profissional envolvido na concepção e na produção de um jornal comunitário. Nesse modo de produção jornalística é possível identificar o profissional que é membro da comunidade, que vive o cotidiano divulgando eventos, reivindicando medidas, denunciando abusos e enaltecendo ações e que, por conta dessa relação de proximidade, revela um olhar mais subjetivo sobre os assuntos. Há, também, o profissional que não é integrante da comunidade e que, tampouco, deixa de se engajar em suas causas, porém com certo distanciamento. É conhecedor dos anseios e das necessidades da comunidade para poder fazer do informativo

porta-voz do bairro com o discernimento necessário para olhar e vivenciar os fatos de maneira menos acomodada. Há outro fator que reforça a importância desse jornalista "menos próximo": compete a ele não permitir que lideranças do bairro façam do jornal trampolim para satisfação de interesses pessoais. Portanto, os papéis do jornalista neutro e imparcial e do jornalista engajado e participativo não são absolutamente excludentes no processo de produção do jornal comunitário.

Feitas as considerações iniciais sobre comunicação e jornal comunitário, o foco recai sobre a historiografia, um dos pilares do presente estudo. No entanto, antes de apresentamos mais detalhadamente a metodologia da história oral, cabe apresentar alguns conceitos que nos permitem compreender melhor não apenas o termo 'história', mas também como se dá seu processo de produção, quais técnicas, métodos, procedimentos e cuidados devem ser observados para que um determinado assunto atinja o status de 'história'. A Enciclopédia Barsa aponta que o termo, desde a antiga Grécia, significa pesquisa, investigação e informação – não por acaso, elementos fundamentais para a produção do conteúdo jornalístico. Diz o verbete:

> A História é considerada por alguns como sendo uma ciência e por outros uma arte, mas na realidade possui esse duplo aspecto. [...] Como ciência teve progressão que lhe é própria, atingindo, como ocorre com todo trabalho científico em nossa épo-

> ca, um plano de relevo, e assim foi reconhecida como uma matéria definida. Graças aos resultados de suas pesquisas pacientes traçou-se o perfil quase completo de nossa evolução. Imparcial, valendo-se de documentos, acumulando provas, assinalando a falsidade onde quer que se encontre, reconstrói prudentemente o mosaico desfeito do passado, para cumprir a exigência do espírito científico: encontrar a verdade e expô-la. (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, p. 324)

A Enciclopédia *Larousse Cultural* descreve que o termo, até o início do século passado, era alimentado pela descrição de fatos que marcaram momentos históricos e políticos, sem deixar de lado, contudo, o viés científico. Mais uma vez, encontramos aí elementos fundamentais para a prática do jornalismo sério, seja ele informativo ou interpretativo, quando é mencionada a necessidade de análise de verificação da autenticidade de documentos, bem como o indispensável trabalho comparativo de textos – leia-se no jornalismo o trabalho com as fontes de informação, sejam diretas, indiretas ou complementares. Diz o verbete:

> Até o início do séc. XX, a história se confundiu, no essencial, com a descrição dos acontecimentos, dos fatos: história das guerras, das revoluções, dos reinados, dos regimes políticos, dos governos. Embora se voltasse muito freqüentemente para o episódico, essa história factual não estava desprovida de preocupações científicas. No rastro do racionalismo científico do séc. XX, o historiador privilegiou o cuidado com o documento, sua autenticidade e

> seu valor intrínseco. Submeter certos textos à análise comparativa, outros à crítica filológica, foi a regra que norteou a elaboração de obras históricas que se tornaram, com o 'rótulo' acadêmico ou universitário, material de referência para gerações de eruditos ou de estudantes. (ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, p. 2.295)

A historiadora Vavy Pacheco Borges, em seu trabalho *O que é história* (1993), ao definir o termo e discorrer sobre as técnicas e o cuidado que deve ter o historiador em seu trabalho de produção da história, estabelece uma relação com o trabalho jornalístico; entretanto, nem cogita apontar o jornalista como o 'historiador do cotidiano'. Borges (1993, p.11) afirma: "História é uma palavra de origem grega, que significa investigação, informação.". Ao remeter-se a Marx e Engels, define história como um processo contínuo, cheio de interesse e de contradições por parte dos atores-personagens de um momento da história, e por conta disso, um conhecimento que ao mesmo tempo em que é gerado passa por enormes transformações:

> Para Marx e Engels, a história é um processo dinâmico, dialético, no qual cada realidade social traz dentro de si o princípio de sua própria contradição, o que gera a transformação constante na história. A realidade não é estática, mas dialética, ou seja, está em transformação pelas suas contradições internas. No processo histórico, essas contradições são geradas pela luta entre as diferentes classes sociais. Ao chamar a atenção para a sociedade como um todo, para sua organização em classes, para o condicio-

> namento dos indivíduos à classe a que pertencem, esses autores também exercem uma influência decisiva nas formas posteriores de se escrever a história. (BORGES, 1993, p. 37-38)

Um dos braços da história e importante instrumento na produção da historiografia, a história oral, aponta para uma tentativa de melhor compreensão sobre a sua prática e metodologia. Freitas (2002, p. 1-18) procura discutir a busca de uma definição. Embora um grande número de pesquisadores tenha se debruçado sobre o tema (com a produção de artigos, livros e *papers* apresentados em congressos e seminários), permanecem ainda questões cruciais: "Seria mais correto falar História Oral ou fontes orais? Seria a História Oral uma técnica, um método ou um procedimento de pesquisa? Mas afinal, o que será essa tal de História Oral?"

Autora de *Reminiscências*,[6] FREITAS (2002, p. 18) procura, de forma bastante sintética, oferecer uma definição: "História oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana."

José Carlos Sebe Bom Meihy, em seu *Manual de história oral* (2005), apresenta conceitos possíveis que ampliam a visão oferecida por Freitas. Das cinco definições que abrem a parte I de seu livro, o conceito número três é o que mais se aproxima da prática jornalística, principalmente quando

[6] Reminiscências é o título do livro de Sônia Maria de Freitas (Editora Maltese, 1993) publicado a partir de sua dissertação de mestrado em História (FFLCH-USP), defendida em 1992 sob o título "Contribuição à memória da FFCL-USP: 1934-1954".

se fala da publicação dos resultados. Segundo o autor,

> História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a ser entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações; transcrição; conferência da fita com texto; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, publicação dos resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou entrevistas. (MEIHY, 2005, p. 17-18)

O autor ressalta que, no trabalho de transposição da língua falada para o relato escrito, há situações que não podem ser ignoradas pelo entrevistador. Segundo ele, durante uma entrevista não deve ser considerado apenas o que foi dito pelo entrevistado. Um entrevistador perspicaz não se limita a ouvir e registrar o relato: ele deve ficar atento, observar o ambiente, os gestos, os momentos de silêncio. Muitas vezes o não-dito tem igual valor ao produto registrado. Meihy afirma:

> O mais importante na transposição de um discurso para o outro é o sentido, que, por sua vez, implica intervenção e desvios capazes de sustentar os critérios decisivos. Por outro ângulo, a incorporação do indizível, do gestual, das emoções e do silêncio convida a uma interferência que tenha como fundamentos a clareza do texto e sua força expressiva. (MEIHY, 2005, p. 195)

Considerando que em um discurso o significado da

mensagem pode ser mais importante do que as palavras pronunciadas, Meihy (2005, p. 195-203), ao tentar analisar o processo de transposição, aponta três técnicas utilizadas no trabalho de criação da história oral: transcrição absoluta, textualização e transcriação.

No primeiro estágio, o entrevistador registra o relato exatamente como fala o entrevistado/depoente – trata-se de uma transcrição com todas as 'impurezas' do relato, ou como se usa no jargão da história oral, a 'fala bruta'. Nessa etapa, as perguntas, as repetições e os sons captados durante a entrevista (como o latido de um cão ou o toque de um celular) são registrados. No segundo estágio, a textualização, o entrevistador, de posse do relato bruto, inicia um trabalho de 'limpeza', eliminando vícios de linguagem, como 'né', 'entende?' etc. O som do ambiente é eliminado, bem como as perguntas são suprimidas. Nessa etapa, portanto, o entrevistador elimina os ruídos que truncam a leitura e dificultam a compreensão da fala do entrevistado. Finalmente, o terceiro estágio, a transcriação, é o momento em que o entrevistador transforma o texto em narrativa, incluindo elementos por ele percebidos e não ditos pelo depoente durante a entrevista.

Embora esse seja o momento de maior aproximação entre o texto jornalístico (material editado a partir da entrevista 'bruta') e o relato oral, Meihy evidencia que o material transcriado, para se configurar como produto de his-

tória oral, deve ser conferido e submetido ao entrevistado para autorização – prática pouco usada no jornalismo, quer pela vaidade do profissional de comunicação que acredita não ter cometido erro, quer pelo ritmo alucinante vivido em uma redação de jornal no momento de fechamento de uma edição. Na produção de um jornal comunitário, no entanto, justamente pela diferença de ritmo de fechamento, caracterizado por um processo considerado lento, a realidade é bem diferente. Não raro, o entrevistado tem acesso ao texto antes da publicação.

Freitas (2002, p. 19-22) acrescenta que a história oral pode ser dividida em três gêneros: tradição oral, história de vida e história temática. Na tradição oral, a fala, mais que um meio de comunicação, é uma forma de preservação da sabedoria, um testemunho de uma geração para outra. A história de vida é uma espécie de relato autobiográfico, uma reconstituição do passado feita pelo próprio indivíduo sem que haja, necessariamente, uma condução por parte do pesquisador. No terceiro caso, encontramos a história temática e aqui consideramos se constituir naquela que mais se aproxima da prática do jornalismo, embora esse meio de comunicação de massa se aproprie das três para a realização de grandes reportagens, sejam aquelas apresen-

tadas em livros[7] ou as que aparecem em séries estampadas nas páginas dos jornais.

Antes de abordarmos a confluência entre a história oral e o jornalismo comunitário, cabe aqui um maior detalhamento daquilo que a autora (FREITAS, 2002, p. 21-22) chama de história oral temática. Nesse gênero, a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas sobre um assunto específico. Essa entrevista – que tem característica de depoimento – não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando maior quantidade de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e vidências de uma memória coletiva, por exemplo.

Se fizermos uma comparação entre a história oral temática e a prática do jornalismo comunitário (feito pela comunidade, no entanto, sob orientação de profissionais da comunicação), percebemos que chegamos à rotina que deveria pautar o jornalismo sério, comprometido e plural, ou seja, o cruzamento das fontes, principalmente quando as entrevistas são divergentes. Os estudiosos da comunicação Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Guimarães Barbosa oferecem a seguinte definição para o termo fonte, indepen-

[7] A título de ilustração, podemos citar dois exemplos de jornalistas que se valeram de centenas de entrevistas e de inúmeros colaboradores para a publicação de seus livros: Fernando Morais (Olga, Chatô, o rei do Brasil e Corações sujos) e Ruy Castro (Chega de saudade – A história e as histórias da bossa nova, Estrela solitária – Um brasileiro chamado Garrincha e Anjo pornográfico – A vida de Nelson Rodrigues).

dentemente da modalidade jornalística:

> Na teoria da comunicação, fonte é 'Nascente de mensagens e iniciadora do ciclo de comunicação'. Sistema (pessoa, máquina, organização, instituição) de onde provém a mensagem, no processo comunicacional. Elemento que, numa cadeia comunicativa, seleciona de um conjunto de mensagens possíveis a mensagem a ser emitida. [...] No jornalismo é a 'Procedência da notícia. Todos os documentos e pessoas de onde um autor de trabalho jornalístico, literário, técnico ou artístico extraiu informações para sua obra. (RABAÇA; BARBOSA, 1998, p. 275)

Nascente de mensagens, procedência da notícia... o que importa é que a fonte, seja ela utilizada na produção do jornal, seja no início de um trabalho historiográfico, será sempre a base para a construção do processo de comunicação humana.

Um bom exemplo de correlação entre a entrevista no jornalismo e o depoimento na história temática (um dos braços da história oral) pode ser observado no livro (aqui já mencionado) *Chega de saudade*, do jornalista Ruy Castro. Para contar a história, o surgimento, o desenvolvimento e o desdobramento da bossa nova, tendo como fio condutor o cantor e compositor João Gilberto, o jornalista Ruy Castro utilizou centenas de fontes (documentos, gravações, entrevistas etc.) que foram cruzadas e checadas até a obtenção do texto final. A preocupação com a realização de um jornalismo sério está explícita na introdução do livro, quando

Castro (1990, p. 15) afirma:

> Para compor esta história, as informações foram buscadas em primeira mão, entre os protagonistas, coadjuvantes ou figurantes de cada evento aqui descrito. [...] Toda informação importante foi checada e rechecada com mais de uma fonte.

Na composição de um livro desse porte (*Chega de saudade* conta com 463 páginas) o autor valeu-se de um meticuloso trabalho jornalístico, que contou com os dois gêneros já apontados da história oral: história de vida e história temática (FREITAS, 2002).

Esses dois gêneros – e também as três técnicas utilizadas por Meihy (2005) – podem ser observados nas oficinas de jornalismo comunitário realizadas na ONG Progen, na Vila Castelo Branco, em Campinas, conforme podemos destacar a seguir nos trechos dos depoimentos concedidos pelos aposentados Jesus Afonso (*Conexão Jovem*, número 24) e Adelisa Braz dos Reis, também conhecida como 'dona Dê' (*Conexão Jovem*, número 25).

Indagado sobre as mudanças que ocorreram em sua vida (após uma cirurgia que antecipou sua aposentadoria), quando passou a realizar atividades para terceira idade oferecidas por diversas instituições no bairro, o aposentado Jesus Afonso respondeu:[8]

[8] Com base na teoria proposta por Meihy (2005), o trecho ora apresentado passou pelo processo de textualização, ou seja, sem as 'impurezas' que comprometem a compreensão do texto.

> Ah, [as atividades] ajudaram demais. Minha esposa que fala 'como você mudou!' Acho que eu mudei pra melhor. Eu não sabia que a melhor coisa que existe é a gente fazer as coisas sempre em grupo. Porque você faz amizades, você conhece pessoas, cada dia que passa você tá conhecendo mais pessoas. Além disso, é bom participar porque a gente ganha noção das coisas. Antigamente eu tinha até vergonha de falar em público. Agora é diferente. Na PUC, por exemplo, quando eu quero contar uma história o professor de engenharia pede para eu ir na frente falar pra turma de alunos, daí eu começo a falar.[9]

A partir desse e de outros trechos do depoimento concedido pelo aposentado, elaborou-se o seguinte relato "transcriado" (MEIHY, 2005), versão que se aproxima do texto jornalístico:

> No primeiro ano depois da operação, ele chegou 'a ponto de ficar louco', pois não aguentava permanecer em casa vendo televisão. Isso até descobrir as atividades oferecidas pelas instituições. Ele começou a participar do Gira Vida, um grupo em que os integrantes contam histórias, piadas, fazem brincadeiras. Jesus notou que um novo horizonte se abria a partir daquele instante. Hoje ele tem a agenda lotada de atividades. 'Às vezes tenho mais de uma atividade no mesmo horário.' Além do Gira Vida, participa de ginástica, aula de dança, de relaxamento, de um grupo vocal, de um curso em que aprende técnicas de engenharia civil na PUC. Já fez até um curso de culinária no Progen. Agora, ele assume mais uma atividade: é repórter do jornal Conexão

[9] Depoimento concedido durante as atividades da oficina de jornal comunitário aos estagiários do projeto Carolina Marialva e Daniel Serrano, em 21/10/2009.

Jovem, participando das oficinas de jornalismo.[10]

Para dar prosseguimento à análise dessas correlações entre jornal comunitário e história oral, extraímos trechos do relato textualizado (depoimento oral) e da matéria publicada (texto editado) – o modelo mais próximo ao texto transcriado da história oral –, a partir do material colhido junto à aposentada Adelisa Braz dos Reis. Quando perguntada sobre como era a Vila Castelo Branco há 40 anos, dona Dê respondeu:

> Quando eu mudei não tinha asfalto, era tudo terra. A água tinha que pegar na escola. Mas logo depois já encanaram água, já colocaram luz, daí veio asfalto. Nosso bairro melhorou 100% muito rápido. A assistente social da época me disse que eu peguei a casa num ponto ótimo, que iam ter duas escolas perto, uma igreja muito grande, ônibus, feira. E tudo que ela falou realmente tem. Tanto que se você andar por aí, o bairro mais importante é o nosso. É um bairro bom, tem tudo, não dá pra reclamar. Ainda tem o Progen. Quando ele foi construído foi uma benção, todas as mães podiam deixar seus filhos. Minhas netas participaram e participam ainda do Progen.[11]

Após trabalho de edição e valendo-se de outras informações retiradas do depoimento da aposentada, o relato ganha forma, incorpora emoções e assume o seguinte contorno jornalístico, com ares de jornalismo interpretativo:

---

[10] Trecho da matéria intitulada "Sou completamente feliz". In: Conexão Jovem (edição n. 24, novembro/2009, p. 8).

[11] Depoimento concedido durante as atividades da oficina de jornal comunitário aos estagiários do projeto Carolina Marialva e Daniel Serrano, em 25/11/2009.

> Naquele ano, dona Dê teve o presente de natal antecipado. Trocou a casa de aluguel na rua Sampainho, no Cambuí, pela casa própria. Era o começo de sua história na Vila Castelo Branco. Ela já era casada, tinha 27 anos e trabalhava como empregada doméstica. No começo, foi difícil. Não havia asfalto e a água tinha que ser buscada na escola. Com o tempo, tudo foi se resolvendo, e disso muito se orgulha dona Dê. Para ela, não resta dúvida: 'O bairro mais importante é o nosso!', comemora.[12]

Nessa sinergia entre história de vida e história temática consideramos que a história temática pode se constituir um recorte da história de vida e oferecer elementos para um trabalho de edição. Embora o inverso também seja verdadeiro, aquilo de mais importante que se extrai desse diálogo começa a ganhar contornos jornalísticos.

São dois exemplos de histórias de vida entre algumas que vêm alimentando o trabalho nas oficinas de jornal comunitário e que oferecem elementos para a produção do texto jornalístico. Exemplos que visam não apenas reconstituir um passado e, por meio de uma metodologia já consolidada – a da história oral –, registrar uma história que poderia se perder não fosse a intervenção de pesquisadores no sentido da efetivação desse registro. É um momento de valorização das pessoas (neste caso, do entrevistado), ou de um 'momento solene', como identifica Le Ven (1997, p. 215-216):

[12] Trecho da matéria intitulada "O bairro mais importante é o nosso". In: Conexão Jovem (edição no. 25, abril/maio de 2010 - no prelo).

> Uma entrevista de história de vida é um 'momento solene', em dois sentidos. Por um lado há todo um aparato técnico, a presença de pesquisadores que são encarados pelo entrevistado, quase sempre, como seres dotados de uma 'autoridade acadêmica'. O entrevistador toma a iniciativa de apontar seus objetivos e interesses e 'escolhe' os indivíduos a serem entrevistados. Por outro lado, apesar destes aspectos, à primeira vista constrangedores, o entrevistado concorda em desnudar sua história diante de pessoas normalmente desconhecidas – o que não é uma situação comum. Assim sendo, as perguntas feitas pelos entrevistadores dão lugar a reflexões por parte do entrevistado, o que o permite, e em certa medida o impulsiona, a tecer sua rede de relações e experiências do vivido.

O autor vai além quando coloca o entrevistado – muitas vezes, um anônimo – na condição de 'criador' da história, um agente de transformação social que passa a refletir sobre seu passado e, assim, oferecer elementos para um melhor entendimento do presente, conforme pudemos observar nas entrevistas dos aposentados Adelisa Braz dos Reis e Jesus Afonso. Momentos como esses vividos pelos moradores da Vila Castelo Branco são assim descritos por Le Ven (1997, p. 220):

> As entrevistas permitem ao entrevistado uma reformulação de sua identidade, na medida em que ele se vê perante o outro. Ele se percebe 'criador da história' a partir do momento em que se dá conta, mesmo minimamente, que transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter a consciência disso), questionando elementos da vida social. Então

> ele pára e reflete sobre sua vida – e este momento é acirrado pelas entrevistas, ocorrendo com freqüência –, se vê como um ator social [...]

A exemplo do jornalismo, a história oral deve transpor a técnica pura e simples da entrevista; deve fugir do 'monólogo', das amarras de um questionário preestabelecido e avançar para o diálogo, um dos principais braços da comunicação humana. Medina (1995, p. 5) propõe a seguinte distinção entre a entrevista puramente técnica e o diálogo:

> A entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. Esta – fria nas relações entrevistado-entrevistador – não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo.

Na história oral, de acordo com Le Ven (1997, p. 217), nesse aspecto, o que se pretende extrair do entrevistado é muito semelhante ao objetivo do jornalista:

> [...] Não é só o entrevistador que ouve, não é só o entrevistado que fala. Não é um monólogo, evidentemente, ou um depoimento para a história. E muito menos um inquérito! É um diálogo, mesmo que um diálogo entre desiguais. Hoje o entrevistador – historiador/cientista social – não ignora o sentido da fala como palavra que também institui um espaço público.

No entanto, há nesta citação de Le Ven uma situação que não se aplica à produção das publicações comunitárias até então elaboradas no projeto. Quando os coordenadores das oficinas dão a liberdade aos adolescentes para a realização das entrevistas, seja na prática da história oral, seja na prática do jornalismo, o entrevistador e o entrevistado não são 'desiguais' – são pessoas da mesma comunidade, com origens e histórias de vida muito parecidas, o que facilita ainda mais o estabelecimento do diálogo proposto por Medina e pelo próprio Le Ven.

Ainda no que diz respeito à história oral, o trabalho possibilitou, também, identificar o gênero tradição oral que permite a transmissão e, consequentemente, a preservação da sabedoria e da memória. Essas histórias, contadas e recontadas a cada geração, conforme a 'História do boi falô', são sempre lembradas quando casos e lendas são solicitados a moradores do distrito de Barão Geraldo e imediações (inclui-se, aí, o Complexo São Marcos), em Campinas.[13] A história foi assim contada por uma adolescente participante da oficina de história oral realizada no Complexo São Marcos:

Há muito tempo, numa sexta-feira da Paixão, quando de costume ninguém trabalha em respeito ao dia em que

[13] Embora a referida passagem tenha ocorrido numa fase inicial do projeto por nós realizado em outra região de Campinas, o registro ocorrido durante a oficina de história oral e transcriado na oficina de jornal comunitário ratifica a correlação existente entre o jornalismo e a história oral.

o Senhor Jesus Cristo morreu, em uma fazenda chamada Santa Genebra, em Barão Geraldo, um fazendeiro pediu para que seu capataz colocasse todos os escravos para trabalhar. Quando o escravo Toninho foi buscar o boi para puxar o carro, o boi falô:

– Hoje eu não trabalho, pois é dia santo!

O escravo, muito assustado com a reação do boi, rapidamente correu para avisar os trabalhadores da fazenda que o boi falô. Então, daquele dia em diante, ninguém, mais trabalha na sexta-feira da Paixão. Até hoje se comemora com festas o dia em que o 'boi falô', comendo uma farta macarronada preparada pela comunidade.

Há, nessa simbiose entre jornalismo e história oral, algo muito presente em publicações comunitárias: a conscientização sobre direitos e deveres do cidadão, levando a uma constante postura de reivindicação. Os depoimentos orais colhidos pelos adolescentes e estagiários do projeto permitiram aos depoentes rebobinar o fio da memória e retornar à Vila Castelo Branco de 1970, época da formação do bairro, quando os problemas com infraestrutura do local eram ainda mais marcantes, conforme depoimento da aposentada Adelisa Braz dos Reis (trecho já apresentado neste trabalho).[14]

[14] Ver nota 10.

Como se pode observar no presente trabalho, quando há uma comunhão de interesses, é bastante tênue a linha que limita a atividade da história oral (de vida ou temática) com a prática de um jornal comunitário. Ambas dão voz a múltiplos narradores, muitas vezes anônimos. Permitem registrar relatos de cidadãos que vivenciaram um determinado período, num passado próximo ou longínquo. Possibilita ao entrevistado evocar situações vividas, mesmo que reescritas ou transformadas no momento dessas lembranças. Esse registro, além de impresso nas páginas do jornal, pode, também, ficar para a história, mesmo que não seja a oficial.

Referências

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARNICEL, Amarildo. "Jornal Comunitário". In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro; CARNICEL, Amarildo (Orgs.). *Palavras-chave em educação não-formal*. Holambra/Campinas: Setembro/CMU-Unicamp, 2007.

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade – História e histórias da bossa nova*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica Editora Ltda., 1997.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral*: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GRANDE ENCICLOPÉDIA Larousse Cultural. São Paulo/Rio de Janeiro: Larousse/Nova Cultural, 1998.

LE VEN, Michel Marie; FARIA, Érika de; MOTTA, Míriam Hermeto de Sá. "História oral de vida: o instante da entrevista". In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral – 1996*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

MARQUES DE MELO, José. *Comunicação social – teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. "Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária". In: ANUÁRIO UNESCO/UMESP DE COMUNICAÇÃO REGIONAL. São Bernardo do Campo: Unesp, 2003.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário da comunicação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

O resgate da ética no fotojornalismo: A banalização das imagens nos meios de comunicação

Erivam Morais de Oliveira[1]
erivam.oliveira@gmail.com

Resumo

A fotografia começou a ser usada pelos jornais diários em 1904 com um atraso de mais de 20 em relação às revistas ilustradas. Quase um século após essa publicação e da genial frase *"Embora as fotografias não possam mentir, os mentirosos podem fotografar"*, proferida por Lewis Hine, fotógrafo americano que denunciou a exploração do trabalho infantil em seu país, o conteúdo dessa afirmação perpetua no dia a dia do fotojornalismo mundial acompanhado de problemas éticos nas edições, cortes, manipulações e adulterações - inclusive montagens nos meios jornalísticos, mas nunca com tanta frequência como agora, resultados dos avanços tecnológicos, onde essa prática torna-se mais fácil e comum, interferindo na credibilidade e destruindo a memória do século XXI.

Palavras-chave: Fotojornalismo. Ética. Manipulação. Mercado. Memória.

[1] Graduado em Jornalismo; Especialista em Teoria da Comunicação Social - Cásper Líbero e mestre em Ciências da Comunicação pela USP com a dissertação e documentário em vídeo: Hércules Florence: Pioneiro da fotografia no Brasil (2003). Atualmente é professor e pesquisador do Deptº Comunicação da UFV, vice-coordenador do curso de Jornalismo e Coordenador dos Laboratórios de Comunicação. É autor de vários artigos e do livro *Fotojornalismo - uma viagem entre o analógico e o digital* (2009).

Introdução

A fotografia começou a ser usada pelos jornais diários em 1904, com a publicação de uma foto no jornal inglês *Daily Mirror*, com um atraso de mais de 20 anos em relação às revistas ilustradas, que já publicavam fotografias desde a década de 1880. Essa entrada da fotografia no jornalismo diário proporcionou uma mudança significativa na forma do público se relacionar com a informação, por meio da valorização do que é visto. O aumento da demanda por imagens promoveu o estabelecimento da profissão do fotógrafo de imprensa, procurada por muitos a ponto de a revista *Collier's*, em 1913, afirmar: "Hoje em dia é o fotógrafo que escreve a história. O jornalista só coloca o rótulo" (LACAYO; RUSSEL, 1990, p.31. apud SOUZA, 2000, p. 70).

Quase um século após a entrada da fotografia no jornalismo diário e da genial frase *"Embora as fotografias não possam mentir, os mentirosos podem fotografar"*, proferida por *Lewis Hine*, fotógrafo americano que denunciou a exploração do trabalho infantil em seu país, o conteúdo da afirmação está presente no dia a dia do fotojornalismo mundial, juntamente com os problemas éticos de adulteração de imagem.

Os acontecimentos recentes, envolvendo imagens manipuladas, revelam o sério problema que a falta de ética e de

escrúpulos pode acarretar na veracidade das informações jornalísticas, descaracterizando o contexto real da imagem, tornando-a mais atraente e sedutora ao público. Como no caso das imagens realizadas pelo fotógrafo *Brian Walski* do jornal americano *Los Angeles Times*, que mostram um fuzil apontado para um pai com uma criança no Iraque, resultado de fusão e manipulação em programa de tratamento de imagem; ou, ainda, das fotografias do bombardeio de Beirute, no Líbano, produzidas por *Adnan Haij*, fotógrafo da principal agência de notícias britânica, nas quais a fumaça da fotografia original é ampliada, para criar mais impacto na informação.

Edições, cortes e manipulações - inclusive montagens (estas mais raras) - sempre ocorreram nos meios jornalísticos, mas nunca com tanta frequência como agora. Esses fatos devem servir de alerta para que o respeito aos leitores e aos fotografados seja preservado, pois, com o avanço tecnológico, essa prática torna-se mais fácil e comum, podendo interferir na credibilidade das imagens, destruindo a memória fotográfica do século XXI.

Essas interferências intencionais ou não nas imagens são mais comuns do que se pode imaginar, afirma o professor Nelson Chinalia.

> A construção visual da notícia passa pela intenção e posicionamento do jornalista da imagem e pela ideologia pela qual essa imagem será construída utilizada e distribuída. A imagem produzida leva

> ainda consigo a carga subjetiva de seu produtor. Desde a escolha da objetiva pelo fotojornalista, o ponto de vista em relação ao fato, o enquadramento, até mesmo zona de nitidez da imagem revelam as intenções de que a produz ou quem a veicula. (CHINALIA, apud OLIVEIRA, 2005, P.2)

Para muitos profissionais da imagem, fotografar é eternizar o momento que poderá ser contemplado por futuras gerações. Alguns atribuem ao fotojornalismo a documentação absoluta da verdade e a reprodução exata da realidade, afirmações essas que são questionadas por Barthes logo nas primeiras páginas do livro *A Câmara Clara* (1984). De acordo com o pesquisador francês, somente para um olhar desatento, a fotografia terá única e absolutamente este papel, mas, para um olhar observador deve-se questionar a própria existência da fotografia e discutir sua importância como aparelho reprodutor de ideologia.

A fotografia nos ensina um código visual, transformado e ampliado de acordo com nossos conceitos culturais e de observação, construindo-se, dessa forma, uma cultura visual, embasada na ética e na estética. O registro fotográfico sinaliza a existência de determinados cenários socioculturais, econômicos e político, podendo-se refletir esta ou aquela ideologia.

O fotojornalista e pesquisador Douglas Mansur acredita que:

> A história precisa ser compreendida e não somen-

> te conhecida. A documentação fotográfica armazena de maneira estruturada os acontecimentos, o que permite resgatá-los, interpretá-los e alicerçar a construção da memória coletiva. Devemos ainda considerar que somente por meio das gerações é que a memória coletiva se fixa às culturas, se comunicam os valores, as crenças e o sentido histórico dos fatos (MANSUR, 2004, p. 11)

Para compreendermos o conceito apresentado por Mansur, necessitamos entender que a fotografia também é um instrumento pedagógico de conscientização da realidade na qual vivemos, é uma forma de perceber os erros e os avanços do passado com o importante papel na construção da memória coletiva. Principalmente quando herdamos da história contemporânea o conturbado modelo de sociedade, onde não se tem mais raízes para se segurar, em virtude do processo de globalização com as suas dramáticas consequências econômicas e socioculturais, podendo significar prosperidade plena para uns e a miséria absoluta para muitos.

Segundo Barthes, a fotografia faz um registro histórico do momento, de um instante que não poderá ser reproduzido novamente, levando-se em consideração a época, os costumes e as tradições que ficam eternizados no instante fotografado. É, por isso, única e de caráter documental.

Portanto, talvez a verdadeira busca do real, atribuída muitas vezes, erroneamente, à fotografia, passe pelos educadores e fotojornalistas, os quais têm a responsabilidade

de estimular a reflexão e a lapidação da consciência daqueles que irão registrar nosso cotidiano, por meio de imagens fotográficas; seja um profissional ou amador, há que se alertar para a importância da ética e do correto armazenamento das imagens e suas responsabilidades com a memória do século XXI.

As edições e o armazenamento da imagem

A fotografia digital apresenta novos desafios que teremos de solucionar para preservação da memória do século XXI, uma vez que as imagens fotografadas em coberturas jornalísticas passam pela edição do fotógrafo, e também pela do editor de fotografia, que irá selecionar as imagens que julgar mais adequadas à linha editorial do veículo. Muitos desses editores selecionam poucas fotografias para compor o banco de imagens de seus arquivos, apagando as fotografias excedentes, por falta de espaço para armazenamento desse material. O excesso de edição em campo e na redação preocupa a todos que usam a fotografia como ferramenta de pesquisa e documentação.

O professor de português Jorge Pedro Sousa realizou estudos sobre o assunto e acredita que:

> [...] à alteração digital de fotografias jornalísticas, que apesar de as novas tecnologias trazerem vantagens incontestáveis no que respeita à qualidade da imagem, à expressividade e à capacidade de se vencer o tempo e o espaço com maior rapidez e como-

> didade, as questões ligadas à geração e manipulação digital de imagens são talvez das mais relevantes para o fotojornalismo actual, especialmente no que diz respeito à ética e à deontologia profissionais. Inclusivamente, a tecnologia digital da imagem está a ter cada vez maior utilização e é provável que venha a suplantar a fotografia tradicional, coisa que, possivelmente, afectará a nossa percepção do mundo, os processos de geração de sentidos e, portanto, o processo de construção social da realidade. (SOUSA, 1995, p.1)

Temos consciência de que a fotografia digital facilita o dia a dia do fotojornalismo em virtude da agilidade na captura da imagem, mas devemos ter como alerta suas limitações, para evitarmos problemas como o que envolveu recentemente os profissionais de um grande jornal esportivo do Rio de Janeiro, que tiveram de recorrer à sua redação em São Paulo para obter uma fotografia do ex-árbitro de futebol Armando Marques, que também era, na época, o diretor de arbitragem da CBF - Confederação Brasileira de Futebol, com sede no Rio de Janeiro. Esse deslize se deu porque todas as imagens fotografadas de Armando Marques haviam sido apagadas, no intuito de se desocupar espaço no disco virtual do arquivo do jornal.

Esse fato acarreta preocupação com a história recente do século XXI, pois se a falta de critérios para armazenamento das imagens permanecerem corre-se o risco de haver material suficiente para documentação dos séculos XIX e XX e nenhum material para ilustrar os acontecimentos do século XXI.

Outro assunto relevante que merece atenção é o incentivo ao envio de imagens aos jornais e revistas por leitores, os quais, por serem amadores, não têm o comprometimento jornalístico dos fatos e, portanto, nenhuma preocupação com a veracidade das imagens; dessa forma, podem praticar alterações nas imagens, uma vez que está constatado ser essa prática comum entre os amadores, e essa interferência irá facilitar a publicação das fotografias nos jornais.

Os veículos de comunicação não garantem a publicação do material recebido, mas exigem a exclusividade do leitor, por meio do preenchimento dos termos de compromisso, evitando que o material possa chegar ao concorrente, o que obriga o comprometimento do leitor com a linha editorial do veículo.

O leitor, por sua vez, além da exclusividade, acaba sendo obrigado a ceder os direitos autorais ao veículo, e muitos acabam caindo em "arapucas" montadas por alguns jornais, em função da facilidade que se tem em produzir imagens, resultado do avanço tecnológico e do barateamento dos equipamentos.

Portanto, faz-se necessário discutir o papel do fotojornalista a partir do surgimento da fotografia digital e a regulamentação do recebimento de imagens pelos veículos de comunicação, uma vez que o acesso ao equipamento digital se torna cada dia mais comum em aparelhos celulares e agendas de bolso com câmeras fotográficas acopladas, com

ótimas resoluções para captura de imagem. Nesses casos amadores, basta proceder à regulagem correta e a resolução compatível com as publicações para que, então, qualquer cidadão possa veicular seu material em noticiário escrito e televisivo, provocando uma falsa revolução no jornalismo. Casos assim ocorreram recentemente no atentado terrorista de Madri, no terremoto na Ásia e, mais recentemente, no acidente de avião da TAM, em São Paulo, quando imagens produzidas por leitores amadores chegaram às redações e, consequentemente, foram publicadas, muitas vezes sendo questionadas por pessoas diretamente ligadas aos fatos, por terem sido alteradas digitalmente.

A banalização que se vive pela imagem exclusiva nos remete a Villém Flusser, que analisou, em *Filosofia da Caixa Preta*, o comportamento do fotógrafo em relação a sua "presa".

> Quem observa os movimentos de um fotógrafo munido de um aparelho (ou um aparelho munido de fotógrafo) esta observando o movimento de caça. O antiquíssimo gesto do caçador paleolítico que persegue a caça na tundra. Com a diferença que o fotógrafo na se movimento em pradaria aberta, mas na floresta densa da cultura. (FLUSSER, 1985, p.18)

A análise de Flusser para muitos parece exagero, mas a atitude do fotógrafo mencionada por ele pode ser encontrada quase que diariamente na imprensa brasileira e mundial.

Essa busca desenfreada pela imagem inédita e de impacto faz com que os profissionais de imprensa, muitas vezes, se esqueçam de que seu objetivo maior é o de informar.

Uma fotografia com dois autores

A banalização é tanta que, recentemente, surgiu uma polêmica no episódio do incêndio no Hospital de Clínicas em São Paulo, na véspera de Natal, com dois fotógrafos como autores da mesma imagem. Esse fato causou constrangimento em todos que buscam no fotojornalismo o instrumento da verdade e da ética, como percebemos no texto publicado no sítio da ARFOC-SP – Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado de São Paulo:

> O que era apenas uma suspeita, agora é fato e o fato é uma fraude. A fotografia do incêndio do Hospital das Clínicas, publicada na capa do jornal Folha de S. Paulo e na página interna do Jornal da Tarde do dia 26/12 era a mesma imagem. Os leitores e a Folha foram enganados, na medida em que a fotografia publicada com crédito de Oslaim Brito, na verdade é de autoria de Alberto Takaoka, numa trama entre os dois. (ARFOC-SP. Disponível em: http://www.arfoc-sp.org.br/. Acesso em: 6/4/2008).

A polêmica foi levantada inicialmente no sítio da ARFOC-SP, com o título *"Uma foto e dois autores?"*, em 2 de janeiro de 2008, em que se solicitava esclarecimentos aos supostos autores e aos jornais que publicaram as fotogra-

fias. A nota ainda afirmava ter documentos suficientes para comprovar que as fotos foram originadas da mesma câmara fotográfica.

Oslaim Brito, um dos autores, respondeu a três correios eletrônicos, destinados ao presidente da ARFOC-SP, Rubens Chiri. No primeiro, Brito afirmou que a fotografia era de sua autoria, contudo admitiu falta de ética.

> [...] sabe, estou processando o Estadão e Jornal da Tarde, e como ainda está em andamento, não posso mandar o material em meu nome, aí fiz um acordo com ele [Alberto Takaoka] e mandei no nome dele. Sei que é falta de ética, mas foi em (sic) comum acordo.

A direção da ARFOC, na busca de novos esclarecimentos, cobrou detalhes do caso. Brito enviou um segundo e-mail, que aqui estão transcritos com algumas alterações para facilitar o entendimento, pois o original contém alguns erros de português e concordância.

> [...] gostaria de dar um basta neste assunto, inclusive no site da Arfoc, o ocorrido foi que o Alberto e eu estávamos no local e o material foi feito pelos dois. Ele me consultou, porque não queria mandar fotos de vitimas para os jornais. Em (sic) comum acordo falei para ele que poderia mandar o material com vitima em meu nome[...]

No mesmo e-mail, Brito admite ter enviado as fotografias para as agências Folha e Futura *Press*, o que torna o caso ainda mais grave, pois as duas agências utilizaram o

material com o crédito errado de Oslaim Brito.

No terceiro e último e-mail, Brito deixa claro que não é o autor das fotos.

> [...] bem, vamos lá..., tínhamos material idêntico no dia. A foto é dele, porém em (sic) comum acordo me passou o direito de imagem para eu poder mandar para agências às quais já mando fotos, porque o mesmo não queria mandar fotos de vítimas para o Estadão. Depois que eu já tinha mandado o material para a Folha, o mesmo pegou as cópias dele, que tinha cedido para mim e mandou para o Fotorepórter [...]

Dessa forma veio a público a fragilidade e a falta de preparo para lidarmos com assuntos que envolvem o fotojornalismo nacional. A direção da ARFOC solicitou esclarecimentos aos outros envolvidos, como Juca Varella, mentor do fotorepórter e editor de fotografia do jornal *O Estado de S. Paulo Jornal da Tarde*; Gustavo Roth, subeditor da *Folha de S. Paulo*, que fez o fechamento da edição da publicação das imagens, e Alberto Takaoka, autor verdadeiro das imagens que as enviou para o Fotorepórter.

O editor do grupo *Estado* Juca Varella e o subeditor da *Folha*, Roth, enviaram relatórios e fotografias que comprovam a fraude. Os dados da câmara apontam tecnicamente que as imagens foram feitas pela mesma câmera. Varella afirmou que recebeu as fotografias de Alberto Takaoka através do projeto Fotorepórter, que recebe imagens de leitores de fatos jornalísticos. Já Roth recebeu imagens de Oslaim

Brito via Folhapress, agência da qual Brito é parceiro. Tanto Takaoka, quanto Brito não têm vínculo direto com os jornais envolvidos.

Takaoka, por não ser profissional regulamentado, preferiu o silêncio junto à ARFOC. Contudo, em depoimento ao *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo*, Mário Magalhães relatou o incidente em artigo publicado no dia 13/1, no qual dá a sua versão para os fatos.

> Por e-mail, Takaoka narrou que estava no HC pelas 22h30. Na manhã seguinte, acompanhava a mulher, internada em outro hospital. Brito teria surgido e se oferecido para enviar as fotos à mídia. Em contrapartida, ele me pediu que lhe cedesse as vantagens de algumas imagens que seriam enviadas exclusivamente a outra publicação. Mostrei as imagens que eu iria utilizar e o deixei enviando-as de meu notebook. Takaoka não nega ter topado que fotos suas ancorassem crédito alheio. O condenável seria Brito exagerar.

Embora os fatos tenham sido elucidados, o assunto foi levado ao conhecimento dos associados da ARFOC em assembleia ordinária, na qual o repórter fotográfico Oslaim Brito foi descredenciado da Associação e deverá ainda responder junto à comissão de ética do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Já em relação ao colaborador do fotorepórter do Estadão, não poderá ser feito nada, uma vez que ele não tem vínculo algum com a ARFOC ou o Sindicato do Jornalistas.

Out-Brazil

O desrespeito às leis e às instituições no Brasil parecem não ter fim. Em outra denúncia publicada no portal da ARFOC-SP, é questionada a fotografia produzida pelo repórter fotográfico Maurício Lima para a agência internacional de notícias *France Press* e publicada na edição do jornal *O Globo*, em 15 de setembro de 2007. Nela a imagem foi alterada, prejudicando o contexto da informação.

Segundo Rubens Chiri, presidente da ARFOC, o fato feria a extinta Lei de Imprensa n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, em vigor na época da publicação, que proibia em seu artigo 65: "As empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no País não poderão distribuir notícias nacionais em qualquer parte do território brasileiro, sob pena de cancelamento da autorização por ato do Ministro da Justiça e Negócios Interiores". (ARFOC-SP. Disponível em: http://www.arfoc-sp.org.br/. Acesso em: 6/4/2008).

Chiri ainda afirma que o jornal *O Globo* cometeu dois erros lamentáveis: o primeiro por descontextualizar a imagem, dando a ela outra interpretação, e o segundo, por violar uma lei federal (*Out Brazil*) que impedia a utilização, pelos jornais brasileiros, de fotografias produzidas no Brasil pelas agências de notícias internacionais. Certamente, se a lei *Out Brazil* fosse cumprida, o primeiro problema não teria sido ocasionado, pelo menos com a foto de Maurício Lima.

Na foto original, Maurício retratou uma cena composta por três operadores da BM&F, Bolsa Mercantil de Futuros. Já na edição de *O Globo*, aparece apenas um dos operadores, isoladamente. Em outra oportunidade, segundo Maurício, ocorreu o mesmo problema de edição de foto em *O Globo*. O profissional que já havia sido informado de que, em havendo reincidência, perderia o direito de fotografar na BM&F, recebeu um telefonema de um assistente do diretor de comunicação, informando-o de que estaria proibido de atuar nas dependências da bolsa, por causa da fotografia publicada, o que não deixa de ser um absurdo e um autoritarismo digno do regime militar, por parte da direção da B&MF.

Posteriormente, o mal entendido foi desfeito e a BM&F reconheceu que o problema não partiu do repórter fotográfico e, sim, da edição da foto pelo jornal *O Globo*, que retalhou a fotografia, tirando completamente o sentido original da imagem.

Embora a extinta Lei determinasse que as agências não podiam distribuir material produzido no Brasil a veículos brasileiros, a mesma Lei nunca foi respeitada, porque não previa qualquer tipo de punição aos infratores, contribuindo, dessa forma, para o seu descumprimento, o que favorecia a utilização de imagens constantemente pelos veículos de comunicação brasileiros. São incontáveis as argumentações que questionam as agências de notícias de diferentes

pontos de vista, que vão desde a denúncia como instrumento de monopolização da informação e do estrangulamento do mercado de trabalho, como descaracterização do noticiário do interior, até como instrumento de achatamento salarial e desemprego.

Os veículos brasileiros argumentavam que essa lei era da época do regime militar, e, portanto tanto arbitrária. Ainda afirmavam que as agências internacionais empregam fotojornalistas brasileiros e, por isso, a lei deveria ser revogada.

Vale ressaltar que o *lobby* das empresas de comunicação funcionou e que o STF: Supremo Tribunal Federal acabou revogando a Lei 5.250, beneficiando mais uma vez os empresários brasileiros e prejudicando a classe trabalhadora. Devemos destacar que vários países adotam lei semelhante para proteger o mercado jornalístico, restringindo a distribuição de notícias pelas agências internacionais, evitando o que ocorre no Brasil, onde os jornais e revistas publicam imagens e textos de agências internacionais de fatos, muitas vezes ocorridos na cidade sede do veículo.

Os problemas com a distribuição de imagens pelas agências de notícias intencionais e o excesso de manipulação na imagem são fatores que preocupam os fotojornalistas. Para o professor Ari Vicentini, especialista em direito autoral:

> A lista de truques, encenações e manipulações na história do fotojornalismo são tão grandes e tão antigas que já, em 1938, a National Press Photografers dos Estados Unidos, lançou um manifesto exigindo compromisso ético de credibilidade de seus associados. Historicamente, a manipulação fotográfica é muito mais analógica que digital. (VICENTINI, apud OLIVEIRA, 2007a, p. 1)

Mas essa lógica deverá ser superada nos próximos anos, pois a facilidade em alterar uma imagem com os programas de tratamento de imagens é bem superior. Vicentini relembra alguns paradigmas que poderão ajudar a entender a preocupação com a manipulação.

> Discorrer sobre a possibilidade de se permitir o uso de manipulações em fotografias jornalísticas soa como heresia, mas a questão não pode ser tratada sob a retórica fundamentalista da não manipulação a qualquer preço, muito menos por uma adoção total da cartilha da imagem digital. (VICENTINI, apud OLIVEIRA, 2007a, p. 1)

A reportagem fotográfica é composta de imagens que se sucedem no tempo, portanto não podemos atribuir-lhes juízo de valor, já que os acontecimentos estão em seu desenrolar. Quando se apagam imagens sem o total conhecimento dos acontecimentos, pode-se estar apagando as imagens mais importantes.

Vicentini ainda faz reflexões a respeito da utilização e filmes pelo fotojornalista e a utilização do equipamento digital.

> O uso do filme fotográfico de certa forma impunha aos fotógrafos a guarda de tudo o que haviam fotografado. No mundo digital esta escolha entre apagar e preservar passou a ser uma opção, perigosa é verdade, mas que ajuda a criar uma consciência de que a manutenção e preservação das fotografias é uma necessidade que vai além do ato de fotografar. (VICENTINI, apud OLIVEIRA, 2007a, p. 1)

Esse excesso de edição nas imagens apontada por Vicentini vem preocupando a todos que usam a fotografia como ferramenta de pesquisa e documentação, porque as imagens digitais podem ser facilmente apagadas, o que não ocorria com os negativos.

O pesquisador Douglas Mansur também analisa essa prática que se tornou tão comum entre os profissionais da fotografia, com muita preocupação.

> A inquietação na era digital nos leva a refletir e questionar os modelos aplicados nos armazenamentos das imagens que documentaram e fixaram os momentos da historia. Se olharmos os arquivos dos grandes jornais só 20% das imagens são armazenadas das pautas realizadas no dia a dia. Nos sindicatos, associações, movimentos sociais, sindicais e religiosas a inquietação e maior onde percebemos que a febre de maquinas digitais recheiam de ansiedade e vontade de todos fotografarem, daí esta o nosso desafio de conscientizar da importância de preparar as pessoas, ou melhor, de contratar profissionais para registrarem os momentos da trajetória tanto das entidades como dos momentos vividos. (MANSUR, 2005. Disponível em: www.eca.usp.br/pjbr

As reflexões e contribuições apresentadas neste artigo buscam encontrar um paralelo satisfatório entre a imagem analógica e digital, entre o fiel objeto e o conhecimento objetivo de Flusser, o que nos leva a refletir e nos aponta como conclusão a falta de objetividade como inerente a toda tentativa de reprodução, a toda compreensão humana (ou não). Portanto, devemos buscar soluções para resolvermos as questões éticas que envolvem a fotografia – e não somente a digital –, considerando que a primeira manipulação surgiu com Hippolyte Bayard logo após o anúncio da descoberta de Daguerre. Se todos nós ficamos maravilhados com a frase de Lewis Hine, ao afirmar que "Embora as fotografias não possam mentir, os mentirosos podem fotografar", não podemos nos esquecer do pensamento do fotógrafo catalão Joan Fontcubuerta: "a fotografia mente sempre, importa saber o que podemos fazer com esta mentira" (FONTCUBERTA, 1998).

Resta-nos acreditar que existem pouco mentirosos por trás do visor das câmeras fotográficas, nos computadores, alterando as imagens ou mesmo nas redações, fazendo as edições e orientando como aquela imagem irá se tornar mais sedutora, sem prejudicar a linha editorial do jornal.

Referências

ARFOC-SP - Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado de São Paulo. Disponível em:

http://www.arfoc-sp.org.br/. Acesso em: 27/11/2009.

BARTHES, R. *A Câmera Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRARD, P. *Technologie des caméras*: manuel de l'assistant-opérateur. Paris: Éditions techniques européennes, 1969.

FERREZ, G. *A fotografia no Brasil, 1840-1900*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*: ensaio para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Hucitec, 1985.

FONTCUBERTA, J. *El Beso de Judas Fotografia y verdad.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1998.

FRANCASTEL, P. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FREUND, G. *Fotografia e Sociedade*. Lisboa: Vega, 1994.

_____. *La fotografía como documento social*. Barcelona: G. Gili, 1986.

LEDO, M. *Documentalismo Fotográfico Contemporáneo.* Salamanca: Xerais, 1995.

LISTA, G. *Futurismo e fotografia*. Lista, Milano: Multhipla, 1979.

MANSUR, D. A. Focus: Movimento dos Sem Terrinha. *Revista Cultura Vozes*, São Paulo, n. 91, encarte, março/abril, 1997.

_____. *Os Horizontes da Documentação Fotográfica na construção da memória na Conquista da Terra - Paraná (Região Centro-Oeste e Paraguai (Região do Alto Paraná).* Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2004.

_____. O futuro da documentação fotográfica na era digital. Revista PJ:BR, edição 05, 1. sem. 2005. Disponível em: www.eca.usp.br/pjbr. Acesso em: 27/11/2009.

OLIVEIRA, E. M. *Hércules Florence:* Pioneiro da fotografia no Brasil. Dissertação (Mestrado) – ECA/USP, São Paulo, 2003.

_____. Da fotografia analógica à ascensão da fotografia digital. *Revista Communicare*, CIP – Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 5, p.159-165, 2005.

_____. *Da fotografia analógica à ascensão da fotografia digital.* Covilhã - Portugal, Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação - Universidade da Beira Interior. 2006. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-erivam-

fotografia-analogica-fotografia-digital.pdf. Acesso em: 27/11/2009.

_____. *Da verdadeira fotografia de Lewis Hine:* as mentirosas manipulações do fotojornalismo atual. 2007a. Disponível em: http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=136&print=1&cf=7. Acesso em: 27/11/2009.

_____. *O pioneiro da fotografia no Brasil.* Covilhã - Portugal, BOCC. Biblioteca On line de Ciências da Comunicação - Universidade da Beira Interior. 2007b. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-erivam-pioneiro-fotografia-brasil.pdf. Acesso em: 27/11/2009.

OLIVEIRA, E. M; VICENTINI, A. *Fotojornalismo: uma viagem entre o analógico e o digital.* São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SAMAIN, E. *O fotográfico.* São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

SANTOS, N. P. T. dos. A fotografia e o direito do autor. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1990.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SONTAG, S. *Diante da dor dos outros.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Sobre Fotografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, J. P. *A tolerância dos fotojornalistas portugueses à alteração digital de fotografias jornalísticas.* Covilhã, Portugal, Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação - Universidade da Beira Interior, 1995. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/. Acesso em: 27/11/2009.

_____. *Uma história critica do fotojornalismo ocidental.* Chapecó: Grifos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

TACCA, F. de. *Imagens do Sagrado – Entre Paris Match e o Cruzeiro.* Campinas: Editora Unicamp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

_____. O feitiço abstrato. *Cadernos da Pós-graduação*, Instituto de Artes, Unicamp, ano 3, v. 3, n. 2, 1999; *Revista Eletrônica Studium*. Disponível em: http://www.studium.iar.unicamp.br/. Acesso em: 27/11/2009.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

Rede Universitária de Rádios: exemplo do potencial de extensão e laboratório de ensino em emissoras públicas[1]

Valci Regina Mousquer Zuculoto[2]
valzuculoto@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho, em construção, apresenta resgate histórico da Rede Universitária de Rádios para a cobertura das Reuniões Anuais da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sublinhando e refletindo, ainda preliminarmente, seus potenciais de extensão e formação em radiojornalismo. A Rede envolveu o segmento radiofônico do campo público, referenciado como educativo até os anos 90. Contou com sete edições nas SBPCs e uma de cobertura do Plano Decenal de Educação, entre 1994 e 2002. Em algumas delas, chegou a reunir perto de 100 emissoras estatais, culturais, educativas e, principalmente, universitárias de todo o país. Em tese de doutoramento, observamos que a Rede Universitária foi uma das experiências referenciais do segmento para a construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras. Agora, nesta Comunicação Científica, resgatamos e fazemos análise inicial desta experiência com foco em suas possibilidades de prática de extensão e laboratório de ensino universitários. Como re-

[1] Comunicação Científica apresentada ao Grupo de Pesquisa na Graduação, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010)

[2] Professora de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), jornalista graduada na UFRGS, mestre e doutoranda PPGCOM PUCRS, Diretora de Educação da FENAJ e Conselheira do FNPJ. Co-organizadora de Teorias do Rádio–Textos e Contextos –Volume II e Formação Superior em Jornalismo, uma exigência da sociedade –Volume 2. E artigos publicados em inúmeras obras sobre rádio, jornalismo e comunicação. Já trabalhou na Zero Hora, Rádio Gaúcha, Isto É, O Globo. Foi diretora da FM Cultura/RS.

ferência principal, adotamos a proposta de Sandra Deus (2003, p. 1-13), de que emissoras universitárias públicas devem cumprir papéis de laboratório para complementação da formação e de extensão, dentro da missão de responder aos direitos sociais à comunicação.

Palavras-chave: Radiojornalismo. História do Rádio. Ensino de Radiojornalismo. Extensão universitária.

Introdução e contextualização

Em pesquisa para doutorado sobre "A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras", observamos como uma das principais referências a experiência de formação de rede desenvolvida por emissoras deste segmento que, até os anos 90, era conhecido como educativo. Denominada Rede Universitária de Rádio, esta experiência consistiu na cobertura das Reuniões Anuais da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência entre 1994 e 2002. Neste período, a rede se formou por sete vezes para as SBPCs e uma para cobrir o Plano Decenal de Educação. Em algumas destas oito edições, chegou a reunir aproximadamente 100 das emissoras de rádio estatais, educativas, culturais e universitárias daquela época, quando estas totalizavam não mais de 200 espalhadas por todo o país. E destas estações, organizada e coletivamente, no máximo exatamente estas cerca de 100 estações - e não todas juntas – buscavam se

reunir com alguma frequência para tratar de suas questões comuns. Também desde o fim do SINRED - Sistema Nacional de Rádio Educativo[3], sempre em grupos bem menores, um número não muito grande destas emissoras tentava manter parcerias ou, ao menos, intercâmbio de experiências.

Na nossa Tese de doutoramento, analisamos a influência constitutiva da Rede na construção histórica das linhas e modelos de programações destas estações radiofônicas. Evidenciamos que foi justamente naquele período que estas emissoras aprofundaram o questionamento sobre suas missões como rádios que têm uma dimensão pública. Também avançaram na busca de um perfil conjunto mais definido, no sentido de, efetivamente, atenderem a esta característica específica – de emissoras não comerciais. E praticamente todas, a partir desta época, passaram a se autodeclarar públicas.

A categorização de uma emissora como totalmente pública depende de diversas variáveis, sendo as principais, além da vinculação, os modelos de gestão, financiamento

[3] Conforme histórico cronológico da Rádio MEC do Rio de Janeiro disponível em seu site (RÁDIO MEC, 2007), as primeiras atividades do SINRED foram informais. Começaram em 1982, com a co-produção de duas séries educativas e culturais: 'Coisas da Província' e 'Meu Brasil Brasileiro'. O objetivo do SINRED era produzir e transmitir, em cadeia nacional, programas com manifestações culturais de cada região do Brasil, promovendo o intercâmbio de informações. Mas somente em 1983 ocorre a instituição formal e oficial do SINRED, através da Portaria 344 do MEC. Também de acordo com o site da Rádio MEC, no início do Sistema oficial, duas séries co-produzidas se destacaram: 'Perfis Brasileiros' e 'Esses Moços'. O SINRED funcionou até 1988. Neste ano foi desativado e em 1994, houve tentativa de reativá-lo, inclusive através de uma nova portaria ministerial, mas sem êxito.

e programação. Se fôssemos classificar estas emissoras que estudamos – as estatais, educativas, culturais e universitárias que integravam o sistema educativo até o final dos anos 90 – exclusivamente com base na Constituição Federal em vigor, não poderíamos reuni-las num mesmo sistema. Isto porque a Constituição de 1988 estabeleceu três sistemas para a radiodifusão0020 – o privado, o estatal e o público – e sua complementariedade.

Mas até hoje não houve a regulamentação. E a legislação que disciplina a radiodifusão, da década de 60 do século 20, encontra-se totalmente desatualizada, há muito não dando conta de disciplinar e estruturar o setor. Tanto que na reivindicação de um novo e urgente marco regulatório para a área das comunicações brasileiras – um dos grandes temas no processo de preparação e construção, em todo o país, da histórica 1ª Conferência Nacional de Comunicação – Confecom, realizada em dezembro de 2009, o debate sobre a desatualização da legislação para a radiodifusão foi um dos mais destacados.

Porém, na nossa Tese, detectamos ainda que a maioria destas rádios, tanto as estatais, educativas, culturais quanto as universitárias, encontrou na programação um espaço privilegiado para a construção de um perfil público. E buscam esta construção referenciando-se nos requisitos para uma programação de emissora de natureza pública, os quais, resumidamente, estão expressos na Carta de Princípios da

ARPUB (Associação das Rádios Públicas do Brasil), elaborada quando da sua fundação em 2004. Esta Carta afirma que a missão institucional do rádio público deve ser:

> Difundir, irradiar e produzir cultura, educação, cidadania, entretenimento, informação e prestação de serviços, buscando atingir um público cada vez mais amplo da sociedade. Difundir a arte e a cultura nacional, respeitando sua diversidade regional, as diversas manifestações artísticas, com destaque para a música (clássica e popular) [...], fazer a cobertura jornalística da vida cultural da sua cidade e do país, [...]. Contribuir para a educação do nosso povo, no sentido amplo do termo, [...]. Democratizar a informação, fazendo com que ela chegue a todo e qualquer cidadão, dando voz a quem não tem [...]. [...] deve estar voltada para a prestação de serviços à população: dicas e informações sobre o trânsito [...] auxílio a órgãos públicos no enfrentamento a situações de calamidade [...]. O primeiro princípio a ser adotado é o da democratização da gestão. [...] Outro princípio a ser observado é [...] ética no trato com recursos públicos [...] responsabilidade social empresarial[...]. Governos e sociedade precisam compreender que a comunicação pública (rádios e TVs) são bens de consumo necessários a uma cesta básica de cidadania, [...]. E isso só pode ser garantido com mais recursos, mais investimentos, tanto públicos quanto privados (ARPUB, 2004).

Além de se referenciarem nestes princípios, boa parte delas, principalmente as universitárias, vêm procurando também atendê-los conjugados a funções de emissoras vinculadas a instituições de ensino. Assim, ao mesmo tempo

que se questionam sobre suas missões de rádios públicas, debatem estes seus papéis ainda mais específicos de estações universitárias, os quais, na nossa compreensão, igualmente devem ser atribuídos aos veículos desta natureza. Ou seja, prática de extensão e laboratório de ensino são requisitos do rádio público. Evidentemente que, especialmente, as emissoras universitárias, mas também podem constituir-se uma das funções das demais rádios do campo que pretendem uma programação efetivamente pública.

Sandra de Deus, professora e pesquisadora de radiojornalismo e ex-diretora da Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defende, para a emissora gaúcha e, por consequência, entendemos que a todas as outras universitárias, as seguintes concepções:

> A concepção primeira é de que, por ser universitária, esta rádio deve ser laboratório, e por ser pública, deve retratar a pluralidade da sociedade em sua programação. Além da função laboratorial, ela deve ser um canal de extensão da Universidade para a sociedade [...], oferecendo perspectivas esclarecedoras dos problemas sociais e das contradições políticas e econômicas, além de dar visibilidade para as diferentes formas de expressão artística e, por fim, deve representar a multiplicidade de ideias, gostos e correntes do contexto social. A atividade laboratorial desenvolvida em uma rádio que, além de universitária, é pública, prepara diferenciados profissionais de comunicação para que estejam aptos ao intercâmbio de ideias políticas e sociais, abertos à pluralidade e que tenham compreensão para exe-

> cutar um serviço voltado ao interesse educativo e cultural da sociedade. Dentro dessas emissoras, estes futuros profissionais terão uma visão democratizadora da comunicação, pois é permitido fazer – e somente neste espaço isto é possível- um trabalho que deve estar a serviço da sociedade e não para o consumo da sociedade como fazem as emissoras comerciais. (DEUS, 2003, p. 11)

Referenciamo-nos especialmente nestas concepções de Sandra de Deus para analisarmos estas potencialidades específicas destas emissoras para a construção das suas programações. Mas também resgatamos a experiência da Rede com base nas compreensões de outros estudiosos, gestores e produtores do rádio público brasileiro, que citaremos à medida que desenvolvermos a comunicação científica. A priori, como sublinhamos anteriormente,concordando com Sandra de Deus, analisamos esta prática de rede pelas universitárias públicas na perspectiva de que também devem desenvolver atividades de extensão e laboratoriais. Mas consideramos que tais práticas igualmente podem ser implementadas nas demais rádios não comerciais que se declaram públicas.

Rede Universitária de Rádios: em busca de programação de rádio pública, incluindo extensão e laboratório de ensino

Rede de Rádios na SBPC,
rompendo fronteiras para divulgar

a ciência e a universidade brasileiras.
(trecho de uma das vinhetas da Rede)

No início da década de 90, mais uma vez o rádio se debate para encontrar caminhos de sobrevivência. Sob o impacto das novas tecnologias da comunicação, transforma-se e precisa avançar para não cair na obsolescência. Este era um grande problema que se apresentava, naquela época, para todo o rádio brasileiro, ou seja, inclusive para as emissoras estatais, culturais, educativas e universitárias.

Mas estas tinham, ao mesmo tempo, diversas outras dificuldades a superar. O papel, a função, a razão de existência e, em especial, as formas de financiamento para sobrevivência dessas rádios estavam cada dia mais em questionamento, inclusive por elas próprias. Não mais contavam com outra das suas mais marcantes experiências em rede - e até hoje a maior e mais organizada institucionalmente - o SINRED (Sistema Nacional de Rádio Educativo). Boa parte destas emissoras, no rastro do sistema, continuava retransmitindo especialmente a programação da Rádio MEC-Rio, que era a cabeça-de-rede e também produções da outra estação referencial do grupo, a Cultura paulista.

Em março de 1994, para debater este quadro, a Rádio MEC do Rio de Janeiro promoveu, naquela capital, o I Encontro Nacional de Rádios Educativas e Universitárias. Participaram perto de 30 instituições, entre emissoras e produtoras radiofônicas. Deste total, cerca de dez são liga-

das a universidades. E praticamente todas as participantes tinham integrado o Sistema. A proposta de debate apresentada pela MEC foi a de reorganização do extinto organismo, agora, conforme Blois (2004, p. 172), por meio de "uma Rede Nacional, com programações diferenciadas, visando atingir várias comunidades brasileiras"

Durante os três dias de discussões, as emissoras também apresentaram seus entendimentos sobre como deveria funcionar a retomada do trabalho interligado, expressando contrariedades em repetir o modelo SINRED. A principal reclamação quanto ao Sistema era seu conceito vertical, em que predominava a figura da cabeça de rede. Isto apesar de a maioria das rádios, com poucas estrutura e financiamento para produções próprias mais qualificadas e de maior envergadura, depender da retransmissão de diversos programas e séries encabeçados, principalmente pela MEC RJ. A necessidade de estabelecer parcerias em um novo patamar era percepção partilhada inclusive com alguns produtores e gestores da própria MEC. Liara Avelar[4], então Coordenadora de Jornalismo da emissora, em entrevista para nosso estudo, avalia aquele processo:

> Partimos da experiência do SINRED, com seus erros e acertos e buscamos uma integração com as emissoras universitárias e estaduais, a partir de um encontro e da disposição de propor um trabalho conjunto. Pensamos que devíamos iniciar nossos esforços em coberturas especiais conjuntas e não

[4] Entrevista à autora em outubro, novembro e dezembro de 2009.

> em uma programação de cima para baixo, que era uma grande crítica que se fazia ao SINRED. Se uma emissora "pública", devido às suas limitações, não consegue cobrir bem um grande evento, porque não juntar esforços e cobrir conjuntamente.(AVELAR, 2009)

Ao final do evento, ficou aprovada a constituição de uma Rede Nacional de Emissoras de Rádio Educativas e Universitárias. E se não na profundidade desejada por algumas das participantes, o conceito de rede expresso no documento de conclusão do encontro já continha elementos em direção à horizontalidade, afirmando a necessidade de produção descentralizada. A MEC seria cabeça-de-rede para a distribuição, especialmente, mas as demais integrantes do grupo também teriam espaço para produzir. O documento final do Encontro Nacional de Rádios Educativas e Universitárias assim define a instituição do grupo e suas ações gerais:

> A Rede Nacional de Emissoras de Rádios Educativas e Universitárias terá uma base no Rio de Janeiro, ou seja, uma Central de Captação e Distribuição dos Materiais produzidos pelas demais regiões do país. O sucesso da operacionalização da Rede se complementará com o treinamento de pessoal, a qualificação profissional e o estímulo à produção local. (ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS, 1994, p. 3)

Deixa-se claro que se pretendia trabalhar com uma concepção de rede horizontal; as emissoras assumiram a

responsabilidade de produzir e co-produzir, ficando a cargo do Centro Roquette-Pinto/Rádio MEC a distribuição via satélite. Enquanto não tivessem condições de produção suficiente, acordaram que a programação inicial a ser retransmitida seria a da grade da MEC, tanto AM quanto FM.

A deliberação de instituir a Rede Nacional não vingou. Mas a disposição de concretizar este tipo de produção em cadeia e horizontalizada – com todos não só retransmitindo, mas também participando da produção e veiculação - avançou mais rapidamente. A ideia foi debatida mais profundamente em maio do mesmo ano de 1994, em um novo encontro das rádios, desta vez promovido por iniciativa e com predominância das emissoras universitárias. Foi o II Encontro Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias, realizado pelo Curso de Jornalismo da UFSC, em Florianópolis, Santa Catarina.

Deste evento saiu a decisão e o início da organização da primeira formação, via satélite, da Rede Universitária de Rádio para, inicialmente, a cobertura da então próxima Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Em Florianópolis, entre as principais preocupações que levaram as emissoras a esta decisão, continuavam a se destacar: os anseios por tornar claros, afinal, quais são os objetivos, a missão destas rádios públicas; o estabelecimen-

to de grades de programação que efetivamente atendam a estas finalidades e adequadas às suas realidades específicas; a ampliação da audiência (ou a definição de que dispensam esta necessidade); e busca de soluções de financiamento como também de gestão, para evitar as descontinuidades.

Naquele ano, quase 60 anos após a criação da primeira emissora do campo público – a estatal Rádio MEC – as rádios, numa conceituação bem ampla e geral, permaneciam invocando como seu papel produzir e transmitir programação voltada para o interesse público, prestando um serviço social, educativo e cultural. Mas pelos debates, preocupações expressas, o que se observava naquele II Encontro é que a maioria das próprias emissoras entendia que tal missão, especialmente na tradução das suas grades, "tem ficado no nível apenas da proposta" (ZUCULOTO, 1996, p. 12).

Naquela fase, os dirigentes e produtores das emissoras do segmento educativo estavam sempre a se questionar, com interrogações e considerações como as levantadas no III Encontro, em Goiânia, pelo professor da Universidade Federal de Goiás, Luiz Signates, naquela época atuando na Rádio Universitária daquela instituição:

> O que é o educativo? Como educar pelo rádio? Que tipo de educação é essa? Educação para quem?[...] Para quem é veiculada a programação educativa? Quem precisa educação pelo rádio?Faço essas perguntas por que considero que o rádio educativo

> deve estar a serviço das minorias, que, neste país, são constituídas dos excluídos de diversos tipos. [...] Exclusivamente auditiva, a recepção radiofônica dispensa a codificação de modo completo. Junte-se a isso o fato de sua abrangência e da credibilidade constatadas em pesquisas, e chegamos à conclusão de que a radiofonia é o melhor meio de se atingir as grandes parcelas da população. [...]o critério de audiência deve ser relevante. Não há sentido público se a emissora comunitária se torna corporativa, isto é, a serviço de interesses de grupos, sejam profissionais ou de qualquer outra espécie. Não há sentido público, se a emissora educativa se torna elitista, isto é, se estabelecem a partir de elementos culturais que excluam a preferência ou o gosto popular, inclusive os que geram enormes audiências nas rádios comerciais (SIGNATES, 1995, p. 2, 3, 6)

Em julho de 1994, a Rede Universitária de Rádio foi formada pela primeira vez para a cobertura radiojornalística da 46ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Vitória, no Espírito Santo. Aquela primeira experiência contou com pouco mais de uma dezena de emissoras e produtoras universitárias, estatais, culturais e educativas.

Nesta edição pioneira, além de transmitirem a cobertura em cadeia, via satélite, os integrantes da Rede também enviaram profissionais, professores e estudantes para a produção e realização dos programas.

Sob o comando da Rádio MEC-RJ, que assumiu a coordenação geral das providências e trabalho, nos seis dias

da SBPC, a Rede produziu e transmitiu diariamente, de hora em hora, das 9h às 18h, programas de cinco e 10 minutos que davam um panorama de tudo o que se debatia e se apresentava pela comunidade científica e universitária brasileira naquela Reunião Anual. "A Rede tentava, democraticamente, transmitir e disseminar o conhecimento que tem ficado restrito aos pesquisadores, estudiosos e ao meio acadêmico" (ZUCULOTO, 1996, p. 13)

Como uma das participantes da Rede, representando o Laboratório de Rádio da UFSC – a produtora radiofônica do Curso de Jornalismo da instituição -, dois anos depois fizemos a seguinte avaliação da primeira formação para cobertura da SBPC:

> E embora aquela primeira experiência tenha funcionado ainda na base do improviso, acredito que serviu para demonstrar que a Rede é uma iniciativa viável e capaz de cumprir objetivos que devem ser os da Universidade e, portanto, também os seus: o ensino, inclusive o prático, a pesquisa, a extensão. E no caso dos meios de comunicação universitários, o de divulgar a produção científica e universitária, visando justamente a democratização do conhecimento (ZUCULOTO, 1996, p. 13).

A Coordenadora de Jornalismo da MEC naquele período e integrante da coordenação da Rede nas suas primeiras edições, faz uma avaliação entusiasmada, especialmente desta pioneira formação para a cobertura da evento de Vitória:

> O resultado foi uma cobertura histórica da SBPC que até hoje é citada pelas rádios que participaram e/ou transmitiram, onde veiculamos cerca de 72 boletins, 12 por dia, para cerca de 15 emissoras em rede. Trabalhamos com cerca de 50 profissionais entre jornalistas, professores de jornalismo e rádio e estudantes. Cobrimos de uma forma muito profunda um evento muito importante para a área da Ciência e Tecnologia e que nenhuma emissora comercial nem chegou perto. [...] Vimos que é possível integrar as emissoras numa cobertura, de uma forma que todos participaram igualmente, sem autoritarismo. [...] Lembro perfeitamente da integração de toda a equipe no primeiro dia de reunião de apresentação. Tínhamos vários profissionais, jornalistas e professores, que eram "feras" e muitos estudantes. E ninguém deu uma de estrela. (AVELAR, 2009)

Ainda em 1994, houve uma segunda formação da Rede, para a cobertura do Plano Decenal de Educação, em Brasília. Esta atividade, em comparação com a cobertura da SBPC de Vitória, teve uma organização e produção mais modestas. Não conseguiu a adesão de todas as instituições que haviam participado da experiência de Vitória. A maioria delas não pode viabilizar a participação por dificuldades financeiras.

> Mesmo assim, mais uma vez a Rede comprovou sua viabilidade e função. Em julho de 1995, a Rede voltou a ser formada para fazer a mais completa cobertura jornalística da SBPC, o que evidencia sua característica de poder transformar-se numa alternativa democrática de divulgar informações importantes não veiculadas em profundidade e ex-

> tensão pelos demais meios de comunicação (ZUCULOTO, 1996, p. 14).

Naquele ano de 1995, a Rede cobriu a 47ª Reunião Anual da SBPC, em São Luis do Maranhão. Contou, tanto para a produção quanto para a transmissão, com o dobro de adesão em relação a sua primeira experiência. Na produção e veiculação a partir dos estúdios da Universitária FM da Universidade Federal do Maranhão, no Campus do Bacanga, em São Luis, trabalharam cerca de 50 enviados, entre professores, profissionais e estudantes de radiojornalismo. A programação foi transmitida por 20 rádios universitárias, estatais, culturais e educativas do país. A coordenação esteve a cargo da Rádio MEC-Rio e também da emissora anfitriã e geradora, a Universitária FM da Federal do Maranhão.

A 47ª Reunião Anual da SBPC se estendeu de 9 a 14 de julho de 1995. E desde a abertura até seu encerramento, a Rede produziu e veiculou um total de 50 boletins/programas de cinco e 15 minutos. A geração, ao vivo, para as 20 emissoras que integravam a cadeia da cobertura, ocorria de hora em hora, da manhã até o início da noite. E a cada edição de hora em hora, o programa veiculava matérias inéditas, informando o principal de todos os debates, mostras e apresentações do evento.

> Por isso, houve, na própria SBPC, o reconhecimento de que se tratou da maior cobertura jornalística

> da história das reuniões anuais da entidade. E esta terceira experiência, na avaliação dos integrantes da Rede, transformou-se na consolidação de uma proposta para a busca conjunta de saídas aos problemas e dilemas das emissoras universitárias (ZUCULOTO, 1996, p.14)

Naquele mesmo ano, sob a euforia do sucesso da cobertura do Maranhão, no III Encontro Nacional realizado em Goiânia, os dirigentes e profissionais participantes da Rede monopolizam os debates e resolvem institucionalizar sua experiência. Fundam a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio, Televisão e Produtoras Universitárias, em 5 de outubro de 1995. A Associação nunca saiu do papel, nem chegou a ser registrada.

Um dos maiores estimuladores da Rede e da criação da entidade, o ex-diretor da MEC Luiz Alberto SANZ[5], resume assim o fracasso da Associação:

> Com o tempo, foram mudando as direções universitárias e governamentais e na Rádio MEC e foi ficando mais difícil conseguir recursos e encontrar quem quisesse assumir a luta em nossas próprias instituições. [...] Acho também que as Universidades nunca assumiram o nosso sonho de uma rede pública como sendo o delas. A maioria dos reitores, como políticos, está interessada em saber como pode usar os veículos de comunicação para promover-se e evitar problemas. (SANZ, 2009)

Mas a Rede para cobertura da SBPC não só continuou sendo realizada, como foi se aperfeiçoando em termos de

5 Em entrevista à autora em dezembro de 2009.

produção e também angariando mais adesões de emissoras. Em 1996, com a participação de mais de 40 emissoras e com coordenação ampliada, incluindo várias instituições como a Rádio MEC-Rio, a UFSC, a UnB (pela supervisão geral do professor Carlos Eduardo Esch, eleito para presidir a Associação), a Rede já contava com financiamento de apoios culturais e cobriu a 48º Reunião Anual da SBPC em São Paulo.

No ano seguinte, 1997, estava presente na 49ª SBPC, em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a adesão de aproximadamente 60 emissoras, ou seja, a grande maioria das existentes no segmento educativo do campo estatal/público. Nesta edição, inaugurou mais uma experiência marcante: produção conjunta com a área de televisão. A Rede, então, também produziu e transmitiu em torno de cinco boletins diários para TVs educativas e universitárias do país.

A 50ª Reunião da SBPC, em 1998, foi em Natal, no Rio Grande do Norte, e a Rede novamente se formou. E pelo segundo ano agregou também a cobertura para tvs universitárias, mas mantendo a maior produção e tempo de transmissão para as emissoras de rádio. Igualmente teve a programação retransmitida em cadeia, ao vivo e de hora em hora, entre 9 e 18h, diariamente, para cerca de 60 emissoras de todo o Brasil. Em 1999, mais uma edição, desta vez em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Neste

ano, com a adesão da FM Cultura de Porto Alegre, inclusive na sua coordenação, superou em dobro o número de retransmissoras. Mais de 100 emissoras participaram.

Nos dois anos que se seguiram, a Rede não se formou, principalmente pela saída da coordenação do professor Carlos Eduardo Esch, da UnB, que até então era um dos principais captadores de financiamento para sua estruturação. Mas em 2002, a parceria coordenadora da FM Cultura de Porto Alegre, Rádio da Universidade de Goiás e o Curso de Jornalismo daquela instituição, possibilitam uma nova edição, para cobrir a 54ª reunião da sociedade científica.

Esta edição alcançou a marca histórica de quase 200 emissoras em rede, inclusive rádios comerciais. Possibilitou-se número tão expressivo de estações na retransmissão pelo uso de diversas tecnologias: satélite, internet e telefone (um 0800 para a maioria das rádios em Rede e para emissoras do RS, principalmente, o serviço de rádio da assessoria de imprensa do Palácio Piratini, do governo estadual, disponibilizou a programação por meio de uma linha telefônica direta sem custos).

A Rede Universitária de Rádio para a cobertura das Reuniões Anuais da SBPC definiu sua programação (concepções, modelos, pautas, formatos, linguagem) com base, primeiramente, na missão que estabeleceu como sua e de todas as emissoras integrantes da cadeia. Diz um dos Projetos de planejamento e organização da cobertura:

> Nosso objetivo é fazer uma profunda e completa cobertura, levando à sociedade as últimas informações sobre a produção brasileira científica e de conhecimento, tão importante para o desenvolvimento do país e de sua população. Principalmente as rádios públicas têm esse compromisso com sua audiência [...] (REDE UNIVERSITÁRIA DE RÁDIO, 1999)

Os seus Manuais de Produção e Redação também expressam claramente a conscientização sobre seu papel como emissoras que se declaram públicas e os entendimentos que as norteavam acerca do radiojornalismo que pretendiam praticar, do conteúdo, dos formatos e linguagens que deveriam adotar na cobertura em "pool".

> E para que possamos dar conta de nossa função como emissoras públicas, vamos, mais uma vez, realizar esta cobertura com a máxima qualidade formal, técnica e de conteúdo, produzindo reportagens, entrevistas e boletins diários com linguagem e notícias que cativem e informem plenamente a) audiência, além de edições especiais de alguns de nossos programas tratando exclusivamente do tema[...] (REDE UNIVERSITÁRIA DE RÁDIO, 1999)

Desde sua primeira formação, os organizadores elaboraram um Manual que era distribuído a todos os seus integrantes e que baseava a produção diária da cobertura, da estruturação do funcionamento, como horários de funcionamento, a pauta e até a geração e recepção dos programas. A cada edição da Rede, o mesmo Manual era atualizado e

adaptado às especificidades, condições e realidades da cobertura em foco.

Em outro trecho destes Manuais, encontram-se orientações sobre a linguagem, formato e como agir em relação aos diversos sotaques presentes em coletivos, como o da Rede:

- Em matérias muito especializadas/segmentadas, o que é a regra numa SBPC, procurar o máximo de entendimento sobre o assunto, para conseguir produzir um boletim que possa ser "decodificado" por todo o nosso público. Tentar "traduzir" para uma linguagem mais coloquial informações excessivamente especializadas.

- Ao redigir a matéria, procure "contar" o que viu e ouviu, de uma forma clara e com linguagem acessível (por isso é importante entender sobre o que se está escrevendo).

- Embora as matérias tenham que ser curtas e objetivas, isso não significa que vamos usar uma linguagem telegráfica. O texto deve ser criativo, bem informativo, num tom coloquial e como se o repórter falasse de improviso, mesmo quando estiver lendo.
- Ninguém deve preocupar-se com o sotaque. Cada sotaque representa o toque especial da Rede. Portan-

to, não tente gravar boletins sem sotaque.

Estas evidências sobre a Rede analisadas na nossa pesquisa sobre a construção da programação das rádios estatais, universitárias, culturais e educativas – as autodenominadas públicas e que até pouco tempo eram designadas como do segmento educativo -, apontam que esta experiência de parceria constituiu-se em mais um referencial na história destas emissoras. E principalmente para a estruturação em busca de modelos de programação mais adequados à missão de veículos que se pretendem públicos.

É neste período e na organização da própria Rede que começa a se disseminar com mais força e clarificação, entre as emissoras, o entendimento de que podem ser rádios públicas. E elas querem o ser, se não na sua natureza jurídica, pelo menos na forma de gestão e, principalmente, na programação. Por isso, é quando a maioria passa a se autoproclamar rádio pública, mesmo as que não se enquadram nesta natureza de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Quanto especificamente a sua programação, caminharam na construção de uma concepção e realização de uma rede mais horizontal, em que a pauta e a produção não eram definidos por uma única emissora cabeça-de-rede. Embora as decisões ainda se concentrassem em algumas poucas rádios, de início especialmente na Rádio MEC-Rio, as demais

conseguiram um espaço maior de definição e produção. Neste sentido, pelo menos na aceitação dos sotaques diversos, a linguagem dos programas expressou a diversidade da sociedade brasileira e respeitou as realidades regionais e, ao mesmo tempo, as produções locais adequadas, questões que muito preocupavam e ainda são enfrentadas por estas emissoras.

A escolha do objeto de cobertura – a SBPC - e sua concretização, com êxito, evidenciam a reafirmação do que já invocavam como sua missão: programação voltada ao interesse público, prestando, à sociedade, serviço cultural, educativo e de estímulo ao exercício da cidadania. Assim, traduziram, na prática, pelo menos na cobertura da Rede, o que vinham conceituando como seu papel.

E neste ponto, deram continuidade ao desenvolvimento da construção do rádio educativo, idealizado por Roquette Pinto, nos primórdios tanto da radiofonia brasileira, no geral, como da própria radiodifusão do campo público. É de se relembrar que, tanto na sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro como na sucessora Rádio MEC, após a doação da primeira para o Ministério da Educação, Roquette Pinto comandava as programações com o expresso objetivo de levar cultura e educação à população brasileira.

Quanto às suas missões mais específicas, de promover a extensão e funcionar também como complementação da formação em radiojornalismo, é possível refletir, ainda

preliminarmente, que a Rede serviu como demonstração de que estas emissoras e suas grades incluem estes potenciais. Estes veículos e suas programações já vêm construindo e ainda têm como avançar na constituição de sistemas ou redes ou parcerias que não só podem como devem desenvolver estas potencialidades, juntamente com as demais compreendidas como características que fazem de uma emissora não comercial uma rádio pública .

E talvez, afora estas, mais outras transformações ainda venham a ocorrer no segmento aqui estudado. Isto se a experiência da Rede Universitária for tomada como um referencial. Isto se realmente entendida como integrante um novo conceito de rede. Da mesma forma que a conceituou um dos seus mais entusiasmados integrantes na época, o ex-dirigente e ex-produtor da MEC Luiz Alberto Sanz. Afirmou ele que a Rede Universitária de Rádio para a cobertura da SBPC deveria:

> Contrapor-se à realidade das redes de trama estreita, lançadas e puxadas (produzidas e programadas) com uma linguagem (audiovisual e/ou verbal) de sotaques paulistano e carioca (quando não mundial) e de conteúdo na estranho à época do milagre econômico brasileiro.[...] o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Universitário de Rádios, Tvs e Produtoras, embrião de um vigoroso sistema público do audiovisual, passa pela compreensão do seu caráter comunitário, solidário, pluralista e igualitário. Não há futuro para ele se não agir em busca do diálogo autêntico, se não transformar sua

> existência nessa procura – entre seus integrantes e com os parceiros e a sociedade (SANZ, 1995, p. 2).

Também é possível propor esta conclusão preliminar de que a Rede Universitária evidenciou o potencial de extensão e laboratório destas emissoras com base na avaliação de outro ex-integrante da experiência Adalberto Mello[6], na época participante como aluno de jornalismo e estagiário da Rádio Universitária da UFMA – Universidade Federal do Maranhão, e hoje no cargo de Coordenador de Jornalismo daquela emissora:

> O papel de redes como essa é fundamental, na integração entre as emissora; na oportunidade dada a alunos de experimentar o ritmo, a dinâmica e a responsabilidade de uma cobertura desta natureza;na diminuição de custos na cobertura; [...] Participar da Rede Universitária de Rádio foi uma experiência única, em que solidifiquei meus conhecimentos, exercitei teóricas com a prática jornalística, aumentei minha rede de relacionamentos e amadureci profissionalmente.(MELLO, 2009)

Luiz Alberto Sanz[7], passados mais de 10 anos das principais e mais amplas edições da Rede, também permanece vendo naquela experiência exemplos e raízes do que ainda pode vir a ser um efetivo sistema de rádio público, que inclua não somente as universitárias como as demais emissoras comerciais e que, entre suas funções, figurem a extensão e o ensino.

> [...] A sequência de coberturas propiciou um estrei-

[6] Em entrevistas à autora em novembro de 2007 e de 2009.
[7] Em entrevista à autora em dezembro de 2009.

> tamento das relações entre departamentos de ensino, emissoras e núcleos de produção de universidades que mal se conheciam; provocou o intercâmbio de técnicas e métodos que evidenciavam a diversidade do trabalho e do ensino de jornalismo nas diferentes regiões do país; fez com que o conjunto dos envolvidos ganhasse mais confiança; despertou a atenção das autoridades e das chamadas comunidades universitárias para o potencial das emissoras e produtoras. A compreensão que tínhamos, na Rádio MEC e que se manteve por pouco tempo depois da minha saída (acho que até o Rio Grande do Norte) era de que estávamos gerando um sistema que poderia efetivamente vir a ser um sistema democrático de produção e difusão de informações e saberes, que o Estado jamais será capaz de criar, por seu caráter intrinsecamente autoritário. (SANZ, 2009,)

Referências

ARPUB. - Histórico da Associação das rádios públicas do Brasil. 2004. Disponível em<http://www.arpub.org.br/histórico>.Acesso em: 12/06/2009.

_____. *Carta de Princípios de 2004*. Disponível em: <http://www.arpub.org.br/docu mentos/cartas de principios>. Acesso em: 16/12/2009.

AVELAR, L. *História e Programação das Rádios Públicas, especialmente Rádio MEC RJ*. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, ao vivo, por e-mail e telefone, outubro, novembro e dezembro de 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

DEUS, S. de. Rádios das Universidades Federais: função pública e compromisso laboratorial**.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., GT de Rádio e Mídia Sonora, 2003. Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: Intercom, PUCMG, 2003. 1CD.

ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS EDUCATIVAS E UNIVERSITÁRIAS, 1., 1994. Rio de Janeiro. Documento final... Rio de Janeiro: Rádio MEC, 1994.

MELLO, A. *História e Programação da Rádio da Universidade da UFMA*. Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, São Luís do Maranhão, por e-mail , novembro de 2009.

RÁDIO MEC. *Uma história de ética e pioneirismo.* Rio de Janeiro, 12 abr. 2007. Disponível em: <www.radiomec com. br/ extos/umahistoriadeeticaepioneirismo>. Acesso em: 12/04/2007.

REDE UNIVERSITÁRIA DE RÁDIO. *Manual de Redação e Produção*. 1996, 1997, 1998, 1999, 2002.

_____. *Projeto de planejamento e organização da cobertu-*

ra. 1999, 2002.

SANZ, L. A. Recursos para um Sistema Solidário, Pluralista, Comunitário e Igualitário – A Caminho do Sistema Nacional de Rádios, TVs e Produtoras Universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS, TVS E PRODUTORAS UNIVERSITÁRIAS, 3., 1995. Goiânia. *Anais*... Goiânia, 1995.

_____ *História e Programação da Rádio MEC e Rede Universitária de Rádios.* Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, dezembro de 2009.

SIGNATES, L. Política de Programação de Rádio Universitária Educativa: algumas reflexões conceituais**.** In: ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS, TVS E PRODUTORAS UNIVERSITÁRIAS, 3., 1995. Goiânia. *Anais*... Goiânia, 1995.

ZUCULOTO, V. As tendências do rádio na globalização e sob o impacto das novas tecnologias: a experiência da Rede Universitária de Rádio como exemplo de busca de espaço e função. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 19., GT de Rádio e Mídia Sonora, 1996. Londrina, Paraná. *Anais*...Londrina: Intercom, 1996.

Bibliografia Consultada

BLOIS, M. *Florescem as FM Educativas no Brasil. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos.* Rio de Janeiro: UGF, 1996. Tese (Livre-Docência em Comunicação Televisão e Rádio) –Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro , 1996.

_____ Rádio Educativo no Brasil. Uma história em construção. In: HAUSSEN, D.; MAGDA (Orgs). *Rádio Brasileiro – Episódios e Personagens*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. *Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil.* Disponível em: <http://www.fndc.org.br/arquivos/Programa>. Acesso em: 15/05/2007.

_____. *Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil.* Disponível em: <http://www.fndc.org.br/arquivos/ContribuicaoFNDCpdf>. Acesso em: 20/09/2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO. *No ar um projeto em construção: uma contribuição à memória da TVE e FM Cultura***.** Porto Alegre: Fundação Cultural Piratini-Rádio e Televisão, 2002.

GOMES, W. *Jornalismo e Esfera Civil*: O interesse público como princípio moral no jornalismo. Aula Inaugural do II Curso de Especialização em Estudos de Jornalismo da UFSC, Florianópolis, setembro de 2002.

_____. *Jornalismo, fatos e interesses*: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GUILHON, O. Rádios Públicas: missão institucional, gestão democrática e modelo de financiamento. In: FÓRUM NACIONAL DE RÁDIOS PÚBLICAS, 1., 2007. Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: ARPUB, AMARC, Abraço, Astral, Acerp, Radiobrás, EBC, 2007.

_____. Rádios Públicas Brasileiras: Modelo de Gestão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RÁDIOS E ENCONTRO NACIONAL DE RÁDIOS PÚBLICAS, 3., 2009. Brasília. *Anais eletrônicos*... Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.lapcom.unb.br/files/Apres%20Guilhon %201 (1).ppt > Acesso em: 20/03/2009.

_____. *História e Programação das Rádios Públicas, especialmente Rádio MEC RJ.* Entrevista concedida a Valci Regina Mousquer Zuculoto, Rio de Janeiro, agosto de 2009.

MARTÍ, J. M. La programación radiofónica. In: MARTÍNEZ-COSTA, M. P.; MORENO MORENO, E. *Programa-*

ción radiofónica – Arte y Técnica del diálogo entre la radio y su audiencia. Barcelona: Ariel, 2004.

MARTÍNEZ-COSTA, M. P. (Coord.). *Información Radiofónica*. Barcelona: Ariel, 2002.

MEDITSCH, E. B. V. *A Rádio na era da informação – Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo*. Coimbra: Minerva, 1999.

RINCON, O. (Org.). *Televisão pública*: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

SCHUDSON, M. Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación. In.: JENSEN, K.B.; JANKOWSKI, N.W. (Eds). *Metodologias cualitativas de investigación em Comunicación de Masas*. Barcelona: Bosch, 1993.

Sites Consultados

http://www.arpub.org.br/
http://www.campinas.sp.gov.br/
http://www.fmcultura.com.br/
http://www.fndc.org.br/
http://www.inconfidencia.com.br/
http://www.radioeducativo.org.br/
http://www.radiomec.com.br/fm/
http://www.radiomec.com.br/am/
http://www.radio.ufg.br/

http://www.soarmec.com.br/
http://www.tvcultura.com.br/radioam/
http://www.tvcultura.com.br/radiofm/
http://www.tve.com.br/
http://www.radiouniversitariafm.com.br/
http://www.ufmg.br/

Entrevistados

Adalberto Mello – Coordenador de jornalismo da Rádio Universitária da Universidade Federal do Maranhão. Entrevistas concedidas em novembro de 2007 e novembro de 2009.

Liara Avelar – Na Rádio MEC desde 1983, já passou pelas funções de estagiária, repórter, redatora, apresentadora, editora, Chefe do Jornalismo, Superintendente de Produção e Programação e Assessora da Gerência Executiva. Atualmente, ocupa o cargo de Líder de Produção e Programação da MEC AM, que é similar ao de Coordenadora.

Luiz Alberto Sanz – Diretor do Centro Nacional de Rádio Educativo Roquette-Pinto - rádios MEC do Rio e de Brasília - abril a agosto de 1996; Chefe de Reportagem, Editor de Pauta da Divisão de Jornalismo, Editor e Produtor na Divisão de Educação da MEC RJ, Chefe da Divisão de Jornalismo das Rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro entre 1988 e 1993. Entrevista concedida em dezembro de 2009.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

A legitimidade social como referência ética do jornalismo[1]

Heitor Costa Lima da Rocha[2]
heitor@nlink.com.br

Resumo

Este trabalho aborda o constante e permanente desafio vivido pelas organizações da instituição do jornalismo no sentido de alcançar reconhecimento social para legitimar o seu desempenho e, assim, garantir a sua sobrevivência. Esta circunstância estabelece, algumas vezes, uma contradição entre a legitimação do sistema político geral e a legitimação da própria mídia, abrindo espaço para a mudança social. Como critério fundamental de análise desta questão, propõe a aplicação da distinção habermasiana entre legitimação social e legitimação sistêmica, considerando que o compromisso ético essencial do jornalismo está vinculado com o fortalecimento do consenso social através da livre discussão das pretensões de validade contemplando a diversidade significativa das versões existentes na sociedade. Esta aplicação da ética do discurso no jornalístico implica a busca de uma inclusão gradativa dos posicionamentos dissensuais, contra-hegemônicos e contra-factuais na discussão pública.

Palavras-chave: Jornalismo. Ética. Legitimação Social.

---

[1] Comunicação Científica apresentada ao Grupo de Ensino de Ética e Teorias do Jornalismo, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010).

[2] Professor e membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com graduação em jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1983), mestrado em ciência política (1989) e doutorado em sociologia (2004) ambos pela UFPE.

1. O contexto da esfera pública e o jornalismo

No ensino dos Estudos e Teorias do Jornalismo a ética evidencia-se como uma questão transversal no permanente desafio enfrentado pelos veículos de legitimar-se perante o seu público, idealmente o conjunto da sociedade, a fim de concomitantemente satisfazer a necessidade de se viabilizar economicamente como empresa e ter o seu papel social reconhecido. Neste sentido, a questão ética/moral, que diz respeito ao efeito social dos produtos jornalísticos na sociedade, não pode ser entendida dissociada da questão técnica/instrumental de uma ação voltada para o êxito empresarial. Assim, fica mais evidente a relevância da discussão sobre a forma de legitimação adequada ao jornalismo e suas implicações éticas.

Após a transição da sociedade tradicional/medieval para a sociedade moderna, com o seu processo de racionalização, o pensamento teocêntrico foi superado e a socialização do indivíduo, então, passou a se efetivar através de processos de aprendizagem dos problemas teóricos, prático-morais e estéticos, vivenciados de forma descentrada segundo as legalidades internas próprias dessas esferas de valor. Para a consolidação dos dois sistemas correntemente identificados com a nova sociedade, o Estado e o mercado, não se pode deixar de reconhecer o papel que o sistema generalizado de trocas de informações que é o jornalismo desempenhou neste processo.

Nas sociedades modernas altamente complexas, as estruturas sistêmicas econômicas (o mercado) e adminstrativas (o Estado), bem como comunicacionais (a mídia) distanciam-se da sociedade a ponto de quase conquistar a condição de se autonomizar (autopoiesis), parecendo capaz de regular a si próprias ao tentar reduzir tudo mais ao seu entorno, como concebe Niklas Luhmann (2000) na sua teoria de sistemas fechados. Nesta abordagem, não se distingue inteiramente a interação sistêmica da interação social, pois não reconhece toda a diferença categorial entre sistema e mundo da vida.

Na discussão estabelecida com a teoria de sistemas, Habermas argumenta que, nas complexas sociedades modernas, cada vez mais diferenciadas em relação às formas de vida e às disposições de interesse, não desaparece a ação voltada ao entendimento (HABERMAS, 1988). Assim, observa que a necessidade de entendimento desaparece quando os domínios de ação socialmente integrados são transformados em integração de sistemas. Nesses casos, o dinheiro e o poder, fichas simbólicas dos mercados e das administrações, passam a responder pelas funções de integração, que, anteriormente, eram formalmente realizadas por valores e normas consensuais, ou até por processos voltados ao entendimento.

A tese de Habermas é que não pode deixar de provocar distúrbios colaterais patológicos a comercialização

ou burocratização de domínios de ação especializados na transmissão de cultura, socialização de jovens e integração social, para os quais é imprescindível o meio da ação comunicativa, uma vez que não podem ser efetivamente integrados através de dinheiro ou poder.

Na forma de compreensão habermasiana da transição para a sociedade moderna, prevalece a ênfase num conceito de interação ligado à arena social, na qual funciona como princípio transformador a ação comunicativa, fundamentando um processo de diferenciação social em que os conceitos weberiano de burocratização e marxiano de monetarização são reelaborados e colocados em relação com processos interativos. A ação comunicativa foi capaz de conservar sua autonomia e pôr limites à dinâmica própria dos subsistemas autonomizados, ao romper o isolamento das culturas dos especialistas, pois a racionalização do mundo da vida permite, ao mesmo tempo, a coisificação sistematicamente induzida para preservação do sistema e a projeção de uma perspectiva utópica imprescindível para a ampliação do recurso escasso da significação e, conseqüentemente, para a mudança social (HABERMAS, 1988).

As tendências envolvidas nesse processo, para Habermas, não culminam exclusivamente em bons resultados, mas indicam que, afinal, está se ampliando o número de casos em que a integração precisa ser coordenada através de um consenso alcançado pelos próprios participantes.

Caso contrário, eles precisam ser adaptados a meios como dinheiro e poder, ou dirigidos através de um pseudoconsenso, que, cada vez menos, pode ser construído a partir de ideologias, sendo muito mais forjado pela fragmentação da consciência e por interdições na comunicação, que distorcem a prática cotidiana e estão na base das grandes patologias sociais contemporâneas (HABERMAS, 1987).

Neste contexto, a terceira arena, distinta do Estado e do mercado, a esfera pública articulada pelo jornalismo para formação da opinião pública, propicia também instrumentos de defesa à sociedade contra os processos de mercantilização e burocratização, a partir das "redes públicas de comunicação, com as quais os processos de institucionalização legal e utilização administrativa do poder estão indissoluvelmente ligados" (AVRITZER, 1996, p. 15).

Portanto, a atividade do jornalismo insere-se, de forma estratégica, no cerne do próprio fenômeno paradoxal, que caracteriza o processo de modernização em que a diferenciação de esferas culturais de valor autônomas produz o desacoplamento de sistema e mundo da vida.

O caráter paradoxal desse fenômeno consiste no fato, facilmente constatado pelo senso comum, dele se apresentar sob a forma de duas tendências antagônicas, contraditórias:

1. uma crescente racionalização pública, impulsionada pela imprensa, remove as barreiras limítrofes da ação

comunicativa, fato este potencializado pelo advento dos meios de comunicação eletrônicos que emancipam as possibilidades de consenso racionalmente motivado das restrições espaciais e temporais, atingindo contextos multiplicados de um público indeterminado e geral;

2. uma comunicação sistematicamente distorcida (manipulada), que interdita e exonera a demanda pela tematização e problematização de questões de interesse geral no debate público articulado pelo jornalismo, solapando o processo de racionalização e esvaziando as possibilidades de construção lingüística de consenso, com o intuito de satisfazer a necessidade de estabilização do sistema, desviando as sobrecargas de legitimação através principalmente dos meios de controle "dinheiro" e "poder". Neste caso, pela pressão política da manipulação ideológica, são excluídos os temas e reivindicações da periferia da estrutura de poder (os movimentos sociais) da agenda jornalística.

A diferença dessas duas tendências antagônicas expressa a contradição entre

> a racionalização da comunicação cotidiana, ligada às estruturas intersubjetivas do mundo da vida, para quem a linguagem representa o meio genuíno e insubstituível de entendimento, e a crescente complexidade dos subsistemas de ação racional com respeito a fins onde coordenam a ação meios

> de controle como o dinheiro e o poder (HABERMAS, 1988, p. 437).

Assim, a identificação dessas duas tendências, mais do que a distinção de competência entre o tipo de ação orientada ao entendimento e o tipo de ação orientada ao êxito, exige a diferenciação de dois princípios de integração: a integração social (a) e a integração sistêmica (b). Na primeira, é evidente a necessidade da ação comunicativa para satisfazer lingüisticamente às pretensões de validez exigidas pelo processo de construção racional de consenso, enquanto a segunda integração é realizada por meios de comunicação deslingüistizados, através dos quais se diferenciam os subsistemas de ação orientada ao êxito.

Hoje em dia, qualquer pessoa medianamente informada tem a capacidade de reconhecer essas duas tendências antagônicas que se confundem com a própria imagem do jornalismo:

a) uma instituição que, mais do que qualquer outra, tem a capacidade de proteger o simples cidadão de injustiças cometidas pelo poder político dos que respondem pela administração estatal ou pelo poder econômico dos controladores do mercado, bem como de se constituir em ameaça para a preservação de sistemas ilegítimos;

b) ao mesmo tempo em que amedronta as pessoas com a exposição pública de sua vida privada, caso isso venha a lhe trazer algum lucro, na melhor das hipóteses negati-

vas, chegando até a incorrer em manipulações para produzir alienação e anomia, com a banalização da violência e o aviltamento dos padrões morais de convivência social, resultantes da disseminação de um exacerbado individualismo hedonista.

Pode-se verificar na análise de Habermas (1984) a identificação do advento de cada um dos lados da atual dupla face do jornalismo em distintos momentos históricos. Inicialmente, para viabilização do mercado com a transformação do valor de uso dos produtos em valor de troca das mercadorias. Para isso, foi necessário não só um sistema de troca de produtos, mas também um sistema de troca de informações, capaz de subsidiar, referenciar e lastrear a fixação dos preços das mercadorias através da especulação sobre a oferta e procura dos bens e serviços.

Com a reestruturação promovida pelo capitalismo mercantilista, Habermas (1984) registra que toma corpo o segundo elemento do sistema de trocas pré-capitalista, a imprensa, como uma peculiar força explosiva. Esse fato se deu aos poucos, à proporção que a notícia também vai se transformando em mercadoria. Inicialmente, os primeiros jornais diários, chamados políticos, não refletiam esse potencial devido à censura oficial das administrações e extra-oficial dos grandes comerciantes, que filtrava o grande fluxo de informações contido nas correspondências privadas, onde se relatava amplo noticiário de assembléias par-

lamentares, guerras, resultados de colheitas, impostos e comércio.

Nesse filtro passavam, essencialmente, informações menos importantes do comércio, da corte e do estrangeiro, além do repertório de "novidades", herdado dos folhetins: "as curas miraculosas e os dilúvios, os assassinatos, epidemias e incêndios. Assim, as informações que chegam à publicação pertencem ao rebotalho do material noticioso em si disponível" (HABERMAS, 1984, p. 34-35).

Dentro desse novo contexto de vertiginoso crescimento dos negócios e da economia de uma maneira geral, o jornalismo, como sistema de troca de informações de acesso geral, além de se constituir em componente essencial na formação do mercado, igualmente foi instrumento de viabilização e consolidação de outra instituição imprescindível para o surgimento da sociedade moderna: o aparelho de estado burocrático e policial-militar permanente.

Assim, a despeito de sua utilização para satisfazer os interesses sistêmicos, a imprensa, desde o início, também despertou os temores das cortes e dos monarcas, pelo seu potencial ameaçador com relação à preservação das estruturas do poder teocrático, ao tornar as decisões administrativas do governo um assunto de interesse geral, formando uma esfera pública, onde se passou a produzir algo como um discernimento ou uma racionalização pública sobre as questões políticas, econômicas e sociais (HABERMAS, 1984).

Assim, essas opiniões que se pretendia sufocar são consideradas juízos públicos, dentro do contexto de uma esfera pública que, certamente, era anteriormente entendida como monopólio do poder público, mas que, então, passava também a ser apropriada como o fórum para onde se dirigiam os cidadãos com o intuito de constranger o poder público numa situação nova de fragilidade social, na qual precisaria legitimar a sua posição perante a opinião pública.

Instituição por excelência da opinião pública, o jornalismo conseguiu, com o tempo, dobrar as resistências do antigo regime e afirmá-la como expressão da vontade geral e, por isso, fonte única e exclusiva das leis do Estado de direito democrático. Portanto, foi a partir do poder simbólico-comunicativo exercido pela imprensa que os monarcas passaram a ser obrigados a comparecer ao tribunal da opinião pública para justificar seus atos e omissões sob pena de ter que revisá-los, caso não obtivessem o consentimento da maioria. Portanto, o jornalismo conquistou a posição de artífice da publicidade crítica, que suplantou a política do segredo, característica da monarquia absolutista, e possibilitou a racionalização publica, geradora da sociedade moderna.

2. Publicidade e Segredo

A divisão entre Estado e sociedade passa a demarcar também a separação do setor privado da esfera pública,

garantida pelo princípio da publicidade inerente à opinião pública, ao contrário da situação anterior quando a política do segredo propiciava a autonomização da corte e do estamento dominante de qualquer pressão social. Assim, nos cafés, salões e associações, desenvolveu-se um tipo de sociabilidade burguesa em que prevalecia, em oposição à convenção cortesã, algo como a igualdade de *status*, ilustrada pelo conceito do "meramente humano".

Com esses padrões de convivência, os freqüentadores dos cafés foram aumentando progressivamente até que o círculo multiforme por eles constituído não poderia mais manter sua coesão senão através do jornal, cujos artigos eram não só objeto de discussão como também apreendidos como parte constitutiva desse público, conferindo um caráter literário a essa esfera pública.

Este espaço público literário é entendido por Habermas como origem do processo em que os indivíduos se conscientizam da força que representam como público, refuncionalizando o vínculo de coesão de literário em político, quando passam a utilizar a esfera pública, antes dominada pela autoridade, através da crítica exercida contra o Estado, com sua reivindicação de substituição da prática do segredo pela da publicidade, afirmando a opinião pública como única fonte legítima de leis genéricas e abstratas.

A efetividade prática desse princípio da universalidade jurídica, característica do Estado de Direito Burguês, é

questionada por Habermas na constatação de que "a esfera pública burguesa desenvolvida baseia-se na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos" (HABERMAS, 1984, p. 51). Tal coincidência de papéis, porém, no seu entendimento, só aconteceria se as condições econômicas e sociais possibilitassem as mesmas chances a todos de preencherem os critérios de acesso à esfera pública: propriedade e formação educacional.

Nesse sentido, faz-se necessário salientar que o argumento universal insere-se num momento histórico de luta político-ideológica da burguesia para sobrepor-se à lógica do antigo regime, ilustrado pela participação do público em conflitos para superação da censura prévia imposta à imprensa, como forma de transformá-la em instrumento contra o Estado, que se ressentia dessa ameaça e considerava os cafés focos de agitação política. Vencida a censura prévia, são institucionalizados os comentários críticos às medidas da Coroa e deliberações do Parlamento que transformam o caráter do poder público, agora convocado a se explicar perante o fórum do público. "Através disso, o poder torna-se "público" em duplo sentido. O grau de desenvolvimento da sociedade mede-se daí por diante pelo grau de discussão entre Estado e imprensa" (HABERMAS, 1984, p. 76-79).

Com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa e a consolidação do Estado de Direito burguês, as

pressões sobre a imprensa são aliviadas e esta vai abandonando sua posição polêmica e se tornando manipulável à proporção que se comercializa. Enquanto não se transformou num instrumento da cultura consumista, a imprensa funcionou como uma espécie de mediador e potencializador da esfera pública de cuja politização originou seu desenvolvimento.

À medida em que vai se convertendo em empreendimento capitalista, a imprensa, paulatinamente, vai caindo sob a influência de interesses estranhos à empresa jornalística, "desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte de anúncios", o que a torna de instituição de pessoas privadas enquanto público em "instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública" (HABERMAS, 1984, ps. 217-218).

O lado negativo da dupla face do jornalismo começa a se evidenciar com a sua mercantilização, com a transformação dos jornais em empresas e as notícias em mercadorias. As organizações empresariais jornalísticas passam a apresentar uma segmentação em duas áreas distintas, a direção da empresa e a redação, com lógica, princípios e critérios diversos, que implicam tensões e conflitos geralmente resolvidos em função dos interesses pecuniários (muitas vezes, extremamente imediatistas e deslocados da realidade

específica desse tipo de negócio altamente dependente da credibilidade pública) e dos que respondem pelo investimento de capital dessa atividade econômica.

Ao contrário de um posicionamento muito freqüente de acusar como ideológica a própria crítica da ideologia, não se pode deixar de observar que, neste caso, os interesses do capital investido nas empresas jornalísticas deslocase do alardeado compromisso exclusivo com o lucro para atender necessidades ideológicas de preservação da estrutura de poder, através da publicidade manipulativa, negligenciando o compromisso com a ampliação do seu público, através da concessão de maior credibilidade e legitimidade aos seus produtos, como defende os critérios profissionais dos jornalistas. Assim, não é a mercantilização com o seu compromisso com o lucro que promove a refeudalização da esfera pública construída na visibilidade jornalística, como equivocadamente expressa Habermas, mas exatamente o relaxamento com o compromisso mercantil com o lucro para a adoção do compromisso com a manipulação ideológica.

Os sintomas mais graves da degradação da esfera pública diagnosticados por Habermas são o "consenso fabricado", que não resulta de uma concordância racional de opiniões em concorrência aberta, impossibilitada exatamente à medida que interesses privados (esfera pública) a adotaram para si a fim de se representarem a si próprios através

da publicidade, e a conseqüente "opinião pública encenada" sobre as questões de interesse público. Com isso, ocorre a "refeudalização da esfera pública", que "se torna uma corte, perante cujo público o prestígio é encenado – ao invés de nele desenvolver-se a crítica" (HABERMAS, 1984, p. 228).

A "refeudalização da esfera pública" representa o processo de regressão de todas as conquistas modernas descritas anteriormente em termos de racionalização pública, com as questões de interesse geral sendo dirimidas através de processos de construção de consensos com dimensão aproximativamente universal e baseados exclusivamente na força lógica do melhor argumento, para uma situação similar à da época feudal, com interação política restrita aos representantes do poder econômico, que dominam o mercado, e do poder político, que usurpam o Estado, excluindo a sociedade que passa a ser mera espectadora dos grandes eventos da liturgia ritual do poder midiático. Evidentemente, esta situação compromete os interesses específicos das empresas jornalísticas, uma vez que diminui as possibilidades de legitimação social e, conseqüentemente, de crescimento do público para valorização do seu espaço comercial.

Sem ter que se submeter a uma discussão livre para elaboração de concordância racional, essa nova ideologia consumista reproduz a antiga função de coerção ao conformismo com as relações vigentes, sem necessitar estruturar-

se, como as ideologias anteriores, num esquema racional que apresente um mínimo de coerência lógica interna nas suas concepções. Ao abandonar a busca pelo entendimento com o seu público e o conjunto da sociedade, fica claro que a organização jornalística abre mão dos interesses próprios do seu segmento de mercado para submeter-se aos interesses da estrutura de poder, grandes corporações econômicas e os grupos que ocupam o aparelho de estado, adotando uma política de manipulação ideológica que é contraditória com a aplicação da lógica de mercado ao seu caso específico.

Esta contradição é bem registrada por Daniel Hallin (1994) ao ponderar que as perspectivas de legitimação do jornalismo crescem com a ampliação dos conflitos de interesse existentes entre as elites, ou seja, entre os diversos tipos de capital, como o investido nas empresas jornalísticas, e o conjunto do sistema político, econômico e social hegemônico.

Embora esta especificidade não seja percebida por Habermas, na sua revisão do conceito de esfera pública é abandonada a idéia de uma produção monolítica da mídia em função dos interesses da estrutura de poder, quando destaca a importância da oxigenação ocorrida quando jornalistas conseguem incluir na discussão pública pautas dos movimentos sociais que, num modelo de iniciativa externa à estrutura de poder, formam opinião e vontade política

como poder comunicativo para ampliar a representatividade e legitimidade dos consensos sociais.

3. O novo conceito de esfera pública

Já a partir do desenvolvimento dos estudos prévios para formulação da Teoria da Ação Comunicativa, a perspectiva do conceito de esfera pública foi se transformando com a guinada lingüística para fundamentação da análise social através da teoria do discurso. Conforme o próprio Habermas veio a reconhecer posteriormente, a sua idealização inicial do conceito se deu envolvido pelo modelo weberiano de tipo-ideal, que se caracteriza como instrumental analítico, que não pode ser reconhecido integralmente na realidade empírica.

Assim é que, em *O discurso filosófico da modernidade*, Habermas (2000), sem abdicar de toda a gravidade de sua denúncia sobre a refeudalização da esfera pública e o que ela representa em termos de regressão no processo de racionalização pública, chama a atenção, em sentido oposto, para a eventualidade, nas sociedades modernas, de uma consciência comum difusa, baseada em projetos polifônicos e opacos de totalidade, mas que vêm se concentrando e se articulando com mais clareza com o auxílio de temas específicos e contribuições, ordenadas através dos processos de comunicação de grau superior e condensados pela esfera pública, alcançando a dimensão suficiente para funcionar

como um processo de auto-entendimento da sociedade.

Desse modo, registra que, possibilitada pelas tecnologias de comunicação, surge uma rede altamente diferenciada de esferas públicas – agora o conceito passa a ser concebido como uma pluralidade - locais e supra-regionais, literárias, científicas e políticas, intrapartidárias e específicas a associações, dependentes dos *media* ou subculturais, nas quais os processos de formação da opinião e da vontade são institucionalizados e, por mais especializados que possam ser, estão orientados para a difusão e interpenetração. Os limites são permeáveis: cada esfera pública está aberta também às demais. Devem suas estruturas discursivas a uma tendência universalista dificilmente dissimulada. Todas as esferas públicas parciais remetem a uma esfera pública abrangente articulada pelo jornalismo em que a sociedade em seu todo desenvolve um saber de si mesma (HABERMAS, 2000, p. 499-500).

Portanto, a despeito de o Estado ter se diferenciado como um dos sistemas funcionais e vir se coagulando burocraticamente e se fechando às perspectivas da sociedade inteira, a ponto de não poder mais ser considerado como instância central de controle para a auto-realização social, ou seja, restringindo-se à racionalidade com respeito a fins, persiste visível uma dimensão mais ampla na esfera pública política que faz com que, mesmo as sociedades mais complexas, possam distanciar-se normativamente de si mesmas

e elaborar coletivamente as experiências de crise. A esfera pública passa a evidenciar o sistema político como fonte de problemas de controle e não apenas como um meio de solução de problemas, tornando transparente a diferença entre desequilíbrios sistêmicos e problemas de entendimento recíproco, entre perturbações na reprodução material e deficiências na reprodução simbólica do mundo da vida.

Nessas circunstâncias, é perceptível a subtração de motivações ou de legitimação para sustentação do sistema através de seus imperativos, que, no entanto, expressam seus custos, haja vista que as operações de controle não podem substituir o entendimento recíproco "em uma proporção qualquer" sem seqüelas, pois "o dinheiro e o poder não podem comprar nem obter pela força solidariedade e sentido" (HABERMAS, 2000, p. 504). Assim, é crescente a constatação de que a força de integração social da solidariedade, processada nas esferas públicas autônomas (quer dizer, que não são produzidas e sustentadas pelo sistema político com a finalidade de obter legitimação), deveria poder afirmar-se contra os meios controladores de integração sistêmica, que são o dinheiro e o poder.

No livro *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*, Habermas (1997) distingue uma variação no nível discursivo da formação da opinião e na qualidade do resultado, de acordo com a forma mais ou menos racional com que são elaborados argumentos, propostas e informações na

controvérsia. Portanto, a qualidade de uma esfera pública passa a ser vista como grandeza empírica, que fundamenta uma medida para a legitimidade da influência exercida por opiniões públicas sobre o sistema político.

Na luta que se verifica por influência nas esferas públicas, podem ser classificados atores que surgem do público e se mobilizam na reprodução desse espaço e outros que representam grandes interesses organizados nos sistemas funcionais e se aproveitam dele para influir no sistema político. Estes, todavia, não podem usar manifestamente, na esfera pública, os potenciais de sanção sobre os quais se apóiam quando participam de negociações reguladas publicamente ou de tentativas de pressão não-públicas. As opiniões públicas que são forjadas através do uso não dissimulado de dinheiro ou poder organizacional perdem sua credibilidade, tão logo essas fontes de poder social se tornam públicas. Isso acontece porque "as opiniões públicas podem ser manipuladas, porém não compradas publicamente, nem obtidas à força" (HABERMAS, 1997, p. 96-97).

Essa é uma limitação importantíssima na análise da atuação dos veículos de comunicação, que se constituem em tremendo instrumento de poder, mas só se o seu público acreditar que essa influência lhe seja saudável.

O terceiro grupo de atores da esfera pública é, exatamente, composto pelos jornalistas, que coletam informa-

ções e editam os programas noticiosos. Entretanto, correspondente à crescente complexidade da mídia, que implica o aumento do investimento de capital no setor e da centralização dos meios de comunicação, verifica-se o incremento, na mesma proporção, de uma pressão seletiva tanto da oferta dos produtos midiáticos quanto de sua procura. O crescimento do poder da mídia, a partir desses processos de seleção, todavia, não vem sendo acompanhado de um controle adequado pelos critérios profissionais. Mesmo que a idéia de um consumidor passivo tenha sido afastada pela pesquisa da recepção, persiste o diagnóstico da teoria da indústria cultural de que a personalização do debate sobre as questões de interesse geral, "a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica e a fragmentação de contextos formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação política" (HABERMAS, 1997, p. 110).

Apesar dessa tendência majoritária, o nexo entre a esfera pública e a esfera privada fica evidente no fato de que os temas discutidos refletem o sofrimento das experiências pessoais. É na esfera privada, onde ressoam os ecos dos problemas sociais, que esses podem ser captados pelas organizações e associações da sociedade civil, as quais os condensam e transmitem para a esfera pública política, sob a forma de discursos capazes de solucionar questões de interesse geral. Portanto, a sociedade civil pode, em certas

circunstâncias, ter opiniões públicas próprias capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial.

Na sociedade de classe moderna, apresenta-se uma contradição fundamental devido ao fato do seu princípio organizacional envolver necessariamente a confrontação de pretensões e intenções de indivíduos e grupos, a longo prazo, inconciliáveis. Enquanto a incompatibilidade não é reconhecida pelos participantes, esse confronto permanece latente. Com o intuito de manter a situação nessa circunstância aquém do limiar da consciência, o sistema condutor precisa transformar a contradição dos interesses de classe numa contradição de imperativos sistêmicos, o que exige uma operação ideológica para esconder a desigualdade na distribuição de possibilidades para a satisfação legítima das necessidades (isto é, repressão das necessidades). A comunicação entre participantes é, pois, sistematicamente distorcida ou bloqueada" (HABERMAS, 1980, p. 41-42).

Dentro desse contexto, portanto, o solapamento das possibilidades de entendimento através da comunicação, ou a "retração sistemática do sentido", como classifica Mouillaud (2002, p. 81), reflete a necessidade imperativa do sistema administrativo condutor de remover a pressão por legitimidade, para assim se estabilizar e evitar uma crise de legitimação a longo prazo.

Com esse intuito, os meios de controle reprimem os processos de elaboração de sentido (a vivência e a ação) na função desempenhada pela ação orientada ao entendimento de reconhecer, formular e explicitar comunicativamente todas as referências de sentido que se tornam explícitas no contexto do mundo da vida.

A identificação de uma crise de motivação decorrente da "sistemática escassez do recurso de significação" (HABERMAS, 1980, p. 122-123), por sua vez, presume uma relação da legitimidade com a verdade que é controversa. Os valores e as normas, a partir das quais as motivações são geradas, mantêm uma relação imanente com a verdade, cuja compreensão exige a superação da filosofia da consciência e do sujeito, para a filosofia da linguagem, com os ganhos pragmáticos e hermenêuticos. Isso pressupõe o abandono da orientação em função das operações da consciência em proveito da orientação em função das objetivações do agir e do falar.

Assim, descartada a possibilidade de acesso aproblemático à verdade dos fatos, passa-se necessariamente ao terreno das pretensões de validade como condição para distinção do factual e do que se pode reconhecer como válido intersubjetivamente. Ao proceder essa distinção, Habermas observa que podem existir contundentes razões para repugnar como ilegítima a pretensão de validade de uma norma vigente na sociedade, bem como que não se pode

esperar que, pelo simples fato de, pelas suas razões potenciais, poder e merecer ter reconhecida discursivamente a sua pretensão de validade, uma norma venha a conseguir efetivamente o seu reconhecimento factual.

Isso decorre do fato de a imposição de normas estar duplamente codificada, já que os motivos para o acatamento de pretensões de validade normativa poderem remeter não só a convicções, mas também a recompensas e sanções, ou até a uma complicada mistura de conteúdos discernidos e imposições vinculadas à violência. A presença de facticidade não impede o advento de pretensões de validade capazes de conquistar reconhecimento racionalmente motivado, podendo, em princípio, influir sobre o poder comunicativo e, posteriormente, sobre o poder político.

O recurso ao expediente das recompensas deve-se ao fato de significação ser um recurso escasso que está se tornando cada vez mais escasso, fazendo com que as expectativas orientadas aos valores de uso ou ao sucesso avolumem-se de forma crescente, na mesma proporção da demanda por legitimação.

4. Crise de legitimação e os fluxos comunicativos

Segundo Habermas, uma crise acontece exatamente quando as recompensas oferecidas pelo sistema para com-

pensar a ausência do produto escasso que é a legitimação não conseguem crescer na mesma proporção que a demanda por legitimidade, ou por exigirem uma quantidade de valor maior do que o disponível ou por incapacidade diante de expectativas que não podem ser satisfeitas por essas recompensas (HABERMAS, 1980, p. 96).

Nesses casos, a aceitação motivada racionalmente da pretensão de validade estará associada à oferta de compensações por bens materiais ou a uma situação empírica de ameaça por armas. Embora essas circunstâncias de legitimação não sejam simples de analisar, constituem "indício de que não basta a entrada em vigor positivista das normas para assegurar duradouramente sua validade social" (HABERMAS, 1989, p. 82-83).

A forma como é denunciada a sistemática interdição e distorção do fluxo comunicativo, aludido por Habermas para se referir à perda de significação ou legitimação que diagnostica na interação sistêmica, preserva o conceito de comunicação reservando-o à interação social lingüistizada, baseada em ações orientadas ao entendimento, quer dizer, baseada em razões.

A imagem difusa com que a sociologia da comunicação de massa, em geral, concebe a esfera pública, sempre submetida ao poder e à dominação dos meios de comunicação de massa, alimenta o ceticismo em relação à possibilidade de a sociedade civil vir a exercer influência sobre

o sistema político. Isso, assegura Habermas, só vale para a situação de uma esfera pública em repouso, haja vista que, quando as estruturas sobre as quais se apóia a autoridade de um público que toma posição começam a vibrar, as relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político podem sofrer modificações (HABERMAS, 1997, p. 113).

No caso contrário da interação sistêmica, Habermas, inclusive, estabelece uma série de distinções relativas ao grau de interdição e exoneração da capacidade de racionalização comunicativa alcançado através da intervenção de "valores instrumentais generalizados" (HABERMAS, 1988, p. 436), como são os meios de controle do sistema (dinheiro e poder) e as formas generalizadas de comunicação (influência, prestígio/compromisso valorativo), para descarregar as demandas por legitimação da engrenagem onde deveriam funcionar as pretensões de validade para reprodução simbólica do mundo da vida.

Os fluxos comunicativos, que traduzem os caminhos tomados pelos temas da agenda pública, são analisados por Habermas sob a perspectiva de três modelos: a) **o modelo de acesso interno**, quando a iniciativa é dos dirigentes políticos ou detentores do poder, que fazem o tema restringir seu percurso ao âmbito do sistema político, "sem a influência perceptível da esfera pública política ou até com a exclusão dela"; **o modelo de mobilização**, em que a iniciativa foge ao âmbito restrito do sistema político, obrigando seus

agentes a mobilizar recursos junto à esfera pública para obter o apoio do público a fim de satisfazer seus interesses no tratamento formal do assunto; e **o modelo de iniciativa externa**, no qual a iniciativa é promovida por forças de fora do sistema político, que conseguem impor o tratamento formal para as questões que apresenta através da mobilização da esfera pública, "isto é, da pressão de uma opinião pública" (HABERMAS, 1997, p. 113-114).

Esses grupos de fora da estrutura de poder articulam demandas, tentando despertar o interesse de outros setores da população para o seu tema, com o intuito de ganhar espaço na agenda pública para pressionar os que têm poder de decisão a inscreverem a matéria na agenda formal da mídia e tratarem seriamente a questão. Normalmente – adverte Habermas -, o caminho dos temas segue os primeiros dois modelos, num fluxo de direção centrífuga do centro da estrutura de poder para a periferia social, em face do poder do sistema político de definir primariamente a agenda e as fontes dos meios de comunicação de massa, que buscam seu material dos produtores de informações poderosos e bem organizados, preferindo "estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação" (HABERMAS, 1997, p. 114).

No entanto, além dessas situações "normais", e a despeito da diminuta complexidade organizacional, da fraca capacidade de ação e das desvantagens estruturais, Haber-

mas acredita que os atores da sociedade civil, muitas vezes negligenciados, podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de conseqüências no debate articulado pelo jornalismo, quando tomam consciência da situação de crise e da necessidade especial de legitimação que a mídia enfrenta nestas ocasiões, pois passam a ter a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública, transformando de uma do maneira progressista o modo de funcionamento do sistema político.

Desta maneira, a percepção da contradição entre os interesses específicos da mídia e do sistema geral político, econômico e social, que se evidenciam com clareza nas situações de crise de legitimação, é de grande importância no ensino e na prática jornalística para afastar o equívoco, em que incorre Habermas, de acreditar na existência de uma incompatibilidade entre o compromisso com o lucro, máxima da "lógica de mercado", com um desempenho ético do jornalismo para fortalecimento do recurso escasso da significação, que só pode acontecer quando contempla o entendimento público com a preocupação de conquistar legitimação social.

Referências

AVRITZER, Leonardo. A moralidade da democracia. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

HABERMAS, Jürgen. A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. A nova intransparência. São Paulo: CEBRAP, 1987.

_____. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martin Fontes, 2000.

_____. Teoria de la accion comunicativa. Madrid: Taurus, 1988.

HALLIN, Daniel. We keep América on top of the world: television journalismo and the públic sphere. London: Routledge, 1994.

LUHMANN, Niklas. La realidad de los médios de masas. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Iberoamerica-

na, 2000.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio D. (Org). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Editora da UNB, 2002.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

Cazuza: O Caso da Veja 1.077 – Análise ética do discurso da revista Veja sobre a doença e morte de Agenor de Miranda Araujo Neto[1]

Tatiana Notaro Nunes[2]
tatiana.notaro@gmail.com

Resumo
Este trabalho analisa o discurso da matéria "A luta em público contra a AIDS", publicada pela revista *Veja*, em 26 de abril de 1989. As observações aqui registradas têm como base as determinações do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 1987, utilizadas na análise da capa da edição 1.077, sua manchete – "Cazuza - uma vítima da Aids agoniza em praça pública" – e das oito páginas da reportagem, assinadas pelos jornalistas Alessandro Porro e Ângela Abreu. Prestes a completar 20 anos, a reportagem de capa da *Veja* 1.077 ainda consta no *ranking* das matérias mais comentadas da história de 40 anos da revista, com 625 cartas à redação. O material aqui analisado fere declarações do supracitado código e de sua versão atualizada em 4 de agosto de 2007, pela Federação Nacional dos Jornalistas.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo. Ética. Aids-notícia. Cazuza. Código de Ética.

[1] Comunicação Científica apresentada ao Grupo de Pesquisa na Graduação, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010).

[2] Tatiana Notaro Nunes é jornalista, formada pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduanda em Jornalismo e Crítica Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Introdução

Os anos 80 desenharam-se pelo fim da ditadura, pelos resquícios da liberação sexual da década anterior e pela chegada de uma nova peste: a Aids. A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida, em sua sigla em português) fora primeiramente taxada de "câncer gay", já que os primeiros indivíduos contaminados eram homossexuais ou bissexuais masculinos, usuários de hemoderivados e consumidores de drogas injetáveis. Tempos depois, o vírus começa a infectar heterossexuais e atinge mulheres e crianças. Estava formada a epidemia que, apenas no Brasil, teve 474.273 casos notificados de 1980 a junho de 2007, segundo dados do Ministério da Saúde.

Para Agenor de Miranda Araujo Neto, Cazuza, a Aids chegou no auge da beleza física, da inspiração poética, da fama e da vida. Quando descobriu que era soropositivo, em 1987, Cazuza tinha 29 anos. Lutou até sucumbir ao vírus e aos seus vícios, em 7 de julho de 1990, aos 32 anos. Nessa história, a mídia esteve presente desde a fase de especulações, no momento em que o cantor resolveu assumir que era soropositivo, e a sua morte. Aqui, entra a edição número 1.077 da revista *Veja*, publicada no dia 26 de abril de 1989, objeto maior de estudo deste trabalho. Na capa, uma doença devastadora na pessoa de Cazuza que, aos 31 anos, foi sentenciado por *Veja*: "Cazuza – Uma vítima da Aids agoniza em praça pública".

Este trabalho analisa a abordagem da Aids pela mídia, com foco na matéria "A luta em público contra a Aids", publicada na *Veja* 1.077, explorando os padrões de manipulação da imprensa e teorias de recepção de mensagens, além da construção da aids-notícia a partir do histórico da doença no mundo e na vida de Cazuza. Para o estudo, utilizamos o método descrito por Márcia Benetti (2007) como Análise de Discurso Francesa, que sugere a fragmentação do texto para observações mais detalhadas. A base das nossas análises é o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em vigor no Brasil desde 1987, que, aliado às teorias do jornalismo, foi utilizado para que compreendêssemos as falhas cometidas por *Veja*.

Referencial teórico

Segundo Nelson Traquina (2001), as notícias sobre Aids são claramente orientadas para os acontecimentos aos quais está ligada a doença e, raramente, "são iniciadas por jornalistas" (TRAQUINA, 2001, p. 135). Esta análise é complementada por Antônio Fausto Neto (1999) em "Comunicação e Mídia Impressa – Estudo sobre Aids": "Do ponto de vista simbólico, a Aids é um significante com várias dimensões, resultado das diferentes construções de sentidos realizadas pelas estratégias de várias instituições [...]" (FAUSTO NETO, 1999, p. 15). Segundo Herzlich & Pierret (apud

SPINK et al., 2001), "foi a imprensa que, de certo modo, fez existir a Aids para o conjunto da sociedade".

Em sua discussão sobre o ciclo temporal que cerca o exercício jornalístico, Traquina (2001) levanta duas questões relevantes: "a importância do imediatismo como valor-notícia (ROSCHO apud TRAQUINA, 2001, p. 135 e 136) e a obrigação imperiosa de os jornalistas responderem à pergunta 'o que há de novo?'". Todas combinam para fornecer aos leitores aquilo que Philip (apud TRAQUINA, 2001, p. 136) descreve como "novidade sem mudança". *Veja*, então, trazia a "novidade" sobre o caso: três meses depois do último show, Cazuza estava mais magro e fisicamente atingido pelos medicamentos. Mostrava-se publicamente e afirmava não estar morrendo – o que justificaria a afirmação da *Veja* de que o cantor "agonizava em praça pública".

De início, fica claro que a intenção da edição 1.077 foge do objetivo de esclarecer sobre a Aids, mas expõe o drama de Cazuza. Não há consultas a especialistas ou discussão sobre sintomas, contágio ou pesquisas, mas uma sentença de morte do cantor. Essa atitude, Perseu Abramo (2003) classifica como "padrão de ocultação":

> É o padrão que se refere à ausência e à presença de fatos reais na produção da imprensa. [...] O padrão de ocultação é decisivo e definitivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato "não é jornalístico", não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa. (ABRAMO, 2003, p. 26-27)

Segundo Fausto Neto (1991), a mídia constrói o perfil do "olimpiano" nos mesmos moldes dos personagens de ficção e o receptor assim o absorve. Sendo assim, seguindo sua postura de veículo informativo com credibilidade nacional, a *Veja* não poderia se valer do sensacionalismo para expor a Aids à esfera pública. Essa questão da influência que os veículos exercem na esfera pública é abordada por Habermas (1997), que diz que "pessoas ou instituições podem gozar de uma reputação que lhes permitem exercer influência sobre as convicções de outras pessoas, sem ter que comprovar competências e sem ter que dar satisfações".

Vamos levar em consideração que a Aids era desconhecida na década de 80 e os equívocos sobre a doença foram transmitidos na primeira fase da cobertura jornalística, chamada por Traquina (2001) de "era invisível". Segundo o autor, o primeiro registro sobre a contaminação por HIV foi publicado no *Morbidity and Mortality Report* (MMWR), em relatos sobre indivíduos masculinos contaminados pelo vírus: "a única característica partilhada pelos cinco homens que sofriam de pneumonia era que eram homossexuais". Assim, devemos questionar o resultado final da recepção: em nenhuma das oito páginas da matéria "A luta contra a Aids", a *Veja* trabalha a Aids enquanto doença, mas transforma o estado de Cazuza em um mote para o sensacionalismo.

Levamos em consideração as explicações de Francisco José Karam (1997), no que diz respeito à relação entre o jornalismo e a publicização de fatos de natureza trágicas, por exemplo. "É necessário dizer que o jornalismo não pode conviver somente com "as coisas belas da vida". Precisa tratar das tragédias que essa mesma vida carrega, para, inclusive, valorizar as consideradas grandiosas". (KARAM, 1997, p. 78-79). Este trabalho analisa como os jornalistas podem reportar o trágico, o triste e o doloroso sem lhes acentuar estes sentimentos ou tirar proveito destes. Informar sem, no entanto, usá-los em atitudes antiéticas.

Análise

Este estudo analisa as vertentes do sensacionalismo, da ética jornalística, apoiado no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros de 1987 e na captação das mensagens pelo receptor. O "silenciamento" sobre a doença por parte da *Veja* também entra em análise. Como explica Benetti (2007), no processo de análise do discurso, os assuntos ignorados têm tanta importância quanto aqueles incluídos no discurso.

Um dos principais temas que indicam a complexidade do problema ético da atividade jornalística é a relação entre o direito à vida privada e a liberdade de informação jornalística em conexão com o interesse público. De um lado, parece-nos bastante subjetivo definir que onde termina a

vida privada começa o interesse público, ou simplesmente que a privacidade deve estar submetida ao interesse público. Também é relevante questionar até que ponto o jornalista é responsável pelo resultado final do seu texto, depois da edição. Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 1987, em seu capítulo 3, artigo 11, é da responsabilidade do jornalista "toda informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros".

De início, propomos a disposição cronológica da Aids na vida de Cazuza. Como diz Márcia Benetti (2007, p.111), para o estudo dos sentidos de um texto, "importa compreender que existe uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas que de fato o constitui e não pode ser dele apartada".

De acordo com relatos registrados no livro "Cazuza: Só as Mães são Felizes", de Lucinha Araujo, o cantor suspeitava que houvesse contraído o vírus da Aids em 1985. No dia 31 de julho daquele ano, Cazuza foi internado e o primeiro diagnóstico revelou uma infecção bacteriana e "negativo" para a contaminação pelo HIV. Mesmo assim, a própria *Veja* levantou especulações: "Depois de sua foto publicada na revista *Veja* e mesmo negando a doença, as especulações sobre o verdadeiro estado de saúde de Cazuza se intensificaram". (ARAUJO apud ARAUJO, 2004, p. 195)

Em 1987, Cazuza foi novamente internado e em 26 de abril do mesmo ano, João e Lucinha Araujo tomam co-

nhecimento de que o filho havia sido "tocado pela Aids". Em maio daquele mesmo ano, Cazuza teve a confirmação definitiva de que estava contaminado pelo vírus HIV, em exames realizados em Boston, EUA. Em 6 de dezembro de 1988, o cantor aceitava o convite da jornalista Marília Gabriela para uma entrevista no *Cara a Cara*, da TV Bandeirantes. Indagado sobre a doença, negou estar contaminado. Ele assumiu publicamente a Aids em entrevista ao então repórter do jornal *Folha de S. Paulo*, Zeca Camargo, publicada em 13 de fevereiro de 1989.

Em entrevista concedida na sede da Sociedade Viva Cazuza, no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 2007, Lucinha Araujo (2007) relatou detalhes do dia no qual Cazuza recebeu em sua casa os jornalistas da sucursal de *Veja*, além dos "efeitos colaterais" da matéria. Enfatizamos que a entrevista concedida pelo cantor aos jornalistas Alessandro Porro e Ângela Abreu não teve seu conteúdo distorcido, de acordo com Lucinha Araujo (2004).

> Já no dia em que ela (Ângela Abreu) foi, já levou o editor-chefe aqui do Rio [...], chamava-se Alessandro Porro. Aí eu me lembro que um amigo dele (de Cazuza) que estava lá disse: "Lucinha, dá um pulinho aqui que eu não estou gostando do teor dessa entrevista. Cazuza tá falando tudo". Eu fui e fiquei escondida escutando. [...] E aí o cara levou um isqueiro Zippo de presente, Cazuza serviu cafezinho, feliz da vida porque ia aparecer na capa da *Veja*. (ARAUJO, 2007)

Em 26 de abril de 1989, a *Veja* publicava sua edição 1.077, que trazia o cantor e compositor na capa. Ao ler a matéria, Cazuza teve uma parada respiratória e foi internado na Clínica São Vicente, no Rio. Segundo o registro de Lucinha Araujo (1997), Ângela Abreu alegou que, apesar de seu nome assinar a matéria ao lado de Alessandro Porro, ela não era a responsável pelo texto final, e que este sofrera edição na redação, em São Paulo. Na semana seguinte, Ângela pediu demissão à revista. Segundo o Código de Ética de 1987, em seu capítulo 3, artigo 11, "o jornalista é responsável por toda informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros".

"A luta em público contra a Aids"

A partir daqui, seguiremos pelas análises da matéria "A luta em público contra a Aids", objeto central deste trabalho, a qual vamos classificar como texto "A". Como sugere Marcia Benetti (2007), recortamos fragmentos do texto, que a autora chama de "seqüências discursivas" (SD), método utilizado no estudo dos sentidos na Análise de Discurso francesa (AD). Vamos levar em conta, como diz Benetti (2007, p. 111), que "o texto é parte visível do material de um processo altamente complexo que inicia em um outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário". Em cada SD, estarão assinaladas em negrito das "formações discursivas" (FD).

Márcia Benetti (2007), em seu trabalho "A Ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*", identifica tipos de ironia empregados no discurso de *Veja*. A nós, interessam os seguintes: antífrase ("que exprime idéias antiéticas por meio de palavras de sentido contrário") e sarcasmo (ironia desqualificadora, ofensiva ou injuriosa).

SD1- A – Justificando a manchete de capa

"[...]. Primeiro ídolo popular a admitir que está com Aids, a letal síndrome da imunodeficiência adquirida (FD1-A), o roqueiro carioca nascido há 31 anos com o nome de Agenor de Miranda Araujo Neto definha um pouco a cada dia rumo ao fim inexorável (FD2-A). Mas o cantor dos versos

Senhoras e senhores

Trago boas novas

Eu vi a cara da morte

E ela estava viva

faz questão de morrer em público, sem esconder o que está se passando" (FD3-A).

A matéria inicia enfatizando que a síndrome da imunodeficiência adquirida é letal (FD1-A) para justificar a sentença seguinte, que afirma que Cazuza "definha um pouco a cada dia rumo ao fim inexorável". Essa sentença, inclusive, é usada para dar legitimidade à manchete de capa da revista - "Cazuza – uma vítima da Aids agoniza em pra-

ça pública" - e à foto do cantor, que, naquela época, estava pesando cerca de 40 quilos. Isso justificaria o fim inevitável que a revista anunciou para Cazuza.

Para afirmar que Cazuza estava morrendo, os jornalistas deveriam se valer de depoimentos médicos, mesmo diante do estado visivelmente debilitado do cantor, levando em consideração o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros de 1987, que em seu artigo sétimo diz que "o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação". Entretanto, mesmo sem respaldo dos médicos que acompanhavam Cazuza, a revista sentencia sua morte. Lembremos que há casos de aidéticos que tiveram uma longa vida, apesar da doença, como o sociólogo Hebert de Souza, Betinho, que conviveu com a Aids de 1986 a 1996.

Quando *Veja* diz que Cazuza "definha um pouco a cada dia rumo ao fim inexorável" (FD2-A), noticia a morte do olimpiano sem deixar margens a dúvidas. Para isso, utilizam um artifício irrefutável: a foto do cantor, com olhar incisivo, pele ressecada e vários quilos mais magro. Os braços cruzados e as mãos sobre os ombros, aliados à sentença de "agonia" pela qual passava o cantor, segundo dizia a manchete da edição 1.077, não só infringem o artigo 13, alínea a, do supracitado código, que diz que "o jornalista deve evitar a divulgação de fatos de caráter mórbido e contrários aos

valores humanos", como o artigo 14, alínea b: "o jornalista deve tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar". Os FD1-A e FD2-A justificam a estrutura semântica da capa da revista, que traz a agonia de Cazuza, estampada pela foto, e a manchete que a ratifica. Imagem e texto criam uma sentença que precisa de uma legitimação, como explica Fausto Neto (1991):

> [...] Se abstraíssemos o enunciado lingüístico que vem superposto às imagens, estas articuladas com o sintagma *Veja* seriam suficientes para nos dizer: "*Veja* como Cazuza está", em nível de efeito e sentido. [...] O olhar e a posição dos braços entrecruzados de Cazuza apontam para uma articulação pela qual ele não só interpela o leitor, mas lhe oferece a singular ocasião de produzir a seguinte associação: "*Veja* como eu me encontro!". (FAUSTO NETO, 1991, p.136)

Toda declaração de Cazuza foi a ele creditada, dando a revista o confortável *status* de mero intermediador. Segundo Fausto Neto (1991), essa intenção da revista é explicitada também pelo formato dado à matéria, que distribui relatos de Cazuza na íntegra, em boxes que se espalham ao longo das oito páginas da matéria. Trataremos disso mais detalhadamente na análise SD12-A.

SD12-A – Lauro Corona, aidético?

"Ninguém tem mais padecido mais com esses boatos (sobre estar contaminado pela Aids) do que o ator Lauro Corona.

[...] 'Eu não estou com Aids, mas a campanha que a imprensa está fazendo contra mim é tão grande que eu passei a ser encarado como um maldito', disse o ator a VEJA [...]. 'É uma irresponsabilidade a imprensa noticiar especulações, provocando repercussões 'definitivas em minha vida profissional e afetiva", afirmou Lauro, que desde então vem se recusando a falar com jornalistas" (FD15-A).

Segundo Lucinha Araujo (1997), Cazuza realmente deu depoimento a Alessandro Porro e Ângela Abreu sobre a possível contaminação de Lauro Corona, que foi assim registrado pela revista, em um box na página 85:

Sobre Lauro Corona

> "Ele deve estar com Aids, sim. Quem tem Aids fica com o cabelo mais ralo no lado da cabeça. É um dos sinais mais claros. Mas ele vai esconder a doença até morrer, vai fazer igualzinho ao Rock Hudson. Ele é muito galãzinho, muito vaidoso. Deus queira que ele não tenha Aids. Mas, de repente, ele vive internado, não sei. [...]" (CAZUZA, 1989, p. 85)

Primeiro, vamos buscar a explicação de Fausto Neto (1991) para a diagramação das páginas da matéria "A luta contra a Aids", que trazia boxes com citações integrais do cantor. Segundo o autor, com o tratamento dado pela edição da revista, as declarações de Cazuza tornam-se autônomas, como se "não tivessem sofrido um processo de orga-

nização e hierarquização injucionado pelo próprio campo da produção jornalística" (FAUSTO NETO, 1991, p. 138).

> Ao serem autonomizadas, as declarações de Cazuza são transformadas em espécie de depoimentos [...]. Tal organização visa oferecer com efeito de sentido a idéia de que os depoimentos, sendo guardados pela condição do discurso direto, não podem ser contestados, porque foram afinal, e simplesmente, resguardados enquanto palavras ditas por Cazuza. (FAUSTO NETO, 1991, p. 138)

Neste caso, chamamos atenção para dois detalhes importantes:

As palavras de Cazuza inspiram dúvida em relação à sua própria afirmativa: "Ele deve estar com Aids sim." e "Deus queira que ele não tenha Aids. Mas, de repente, ele vive sendo internado, não sei". Já em FD15-A, *Veja* registra depoimentos do próprio Lauro Corona, que ratifica não estar com Aids e que a "campanha" da imprensa o estaria tornando um "maldito". Ora, diante dos depoimentos de veracidade duvidosa e Cazuza e das negativas de Lauro Corona, *Veja* não poderia ter levantado a polêmica. Observemos que, ao chocar as declarações de ambos, a revista declara nas entrelinhas que o ator estava contaminado.

Neste caso, *Veja* compromete o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros de 1987 em dois dos seus artigos: o sétimo, que diz que "o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta

pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação"; e o artigo nono, alínea "g", que estabelece que é dever do jornalista "respeitar o direito à privacidade do cidadão".

Diante da atualização do Código de Ética, de 2007, o FD15-A fere os artigos sexto, parágrafos sexto, que diz ser dever do jornalista "não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha", e oitavo, que determina que o profissional deva "respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão".

SD14-A – A sentença final da Veja

"[...], o drama de Cazuza tem servido de pretexto para que se escrevam algumas bobagens (FD16-A). O jornalista verde Fernando Gabeira, por exemplo, escreveu que o verso A droga que já vem malhada antes de eu nascer é uma "reflexão sobre a própria civilização brasileira, que se instalou com a rapina colonial e a intensa exploração de índios e escravos negros". [...] Quando o ecologista topar com letras de Tom Jobim, Chico Buarque e Caetano Veloso, para não falar de Shakespeare ou Dante, quantos séculos de estudo precisará? Cazuza não é um gênio da música. É até discutível se sua obra irá perdurar, de tão colada que está ao momento presente (FD17-A). Não vale, igualmente, o argumento de que sua obra tende a ser pequena devido à força do destino: (..). Cazuza não é Noel, não é um

gênio. É um homem cheio de qualidades e defeitos que tem a grandeza de alardeá-los em praça pública para chegar a algum tipo de verdade. (FD18-A)"

Consideramos esta SD a mais significativa de todo o discurso da *Veja* 1.077, diante do contexto deste trabalho. Observemos os fragmentos em negrito e, se estabelecermos um elo direto entre este parágrafo, o último da matéria "A luta em público contra a Aids", com o SD1-A, que inicia o discurso da revista, podemos construir um cenário para o real sentido que *Veja* buscou alcançar ao publicar a manchete "Cazuza – Uma vítima da Aids agoniza em praça pública": a busca do sensacionalismo através da morbidez.

Em FD16-A, a *Veja* diz que o então deputado Fernando Gabeira escreveu "algumas bobagens" ao descrever que os versos da música "Brasil", "a droga que já vem malhada antes de eu nascer" poderiam ser interpretados como uma reflexão do processo de civilização do Brasil. Segundo a narrativa da revista, Fernando Gabeira se deslumbrava com as palavras do cantor e compositor pelo mesmo motivo dos fãs – Cazuza estava morrendo e suas palavras ganhavam, por causa do estigma de "derradeiras", o *status* de profecia. Em toda SD14-A, último parágrafo da matéria, a voz é do emissor, como em monólogo no qual o veículo estabelece uma posição diante do assunto. O tom opinativo é o mesmo do início da matéria.

E diante do questionamento "Quando o ecologista topar com letras de Tom Jobim, Chico Buarque e Caetano Veloso, para não falar de Shakespeare ou Dante, quantos séculos de estudo precisará?", que culmina com a resposta "Cazuza não é um gênio da música" e a dúvida (da própria *Veja*) de que as músicas do compositor ficariam perdidas em algum lugar daquele tempo, já que não perdurariam.

O tempo provou que a profecia da *Veja* estava equivocada. Em 2004, o filme "Cazuza – O tempo não pára" de Sandra Werneck levou milhões de pessoas aos cinemas em todo País. Até hoje, as composições de Cazuza rendem direitos autorias ao trabalho da Sociedade Viva Cazuza, organização não-governamental criada por Lucinha Araujo, que cuida de crianças aidéticas no Rio de Janeiro.

A repercussão pública

Chegamos às análises das cartas à redação publicadas por *Veja* em 17 de maio de 1989, na edição 1.079. Elas refletem a opinião do campo receptor sobre a matéria "A luta em público contra a Aids", ainda que tenham passado pelo crivo da edição da revista. O que temos aqui são impressões sobre a matéria, o que nos seria demais subjetivo para uma análise sucinta, como explica Fausto Neto (2002), a respeito dos processos de recepção de discurso sociais:

> Como o conhecimento daquilo que a recepção faz com os discursos que lhes são endereçadas não se

> garante por técnicas de mensuração, tampouco pelo teste de variáveis, o desafio bate à porta dos que trabalham com esses problemas [...]. Nesse caso, o desafio estaria na junção, domínio e articulação de um conjunto de procedimentos e técnicas que assegurem, simultaneamente, compreender o tipo de discurso [...] e, também, "entender como as pessoas se apropriam, bem ou mal, desse discurso". (FAUSTO NETO, 2002, p. 193 e 194)

Observemos:

Tabela 1:

	Favoráveis	Desfavoráveis	Neutros	Total
Edição PE	27	27	4	58
Edição RJ	7	0*	3	11
Total	33	28	7	69

* Uma leitora do Rio de Janeiro elogiou a matéria e criticou a manchete da capa.

Como vemos na tabela 1, a edição 1.079 que circulou em Pernambuco trouxe 58 cartas à redação. Observemos que, destas, 27 apresentam discursos favoráveis à revista, de leitores que consideram a matéria como uma "homenagem" a Cazuza, "séria", "realista", "sensível", "correta" e "neutra". A defesa bate na tecla de que a *Veja* revelou a realidade de um doente de Aids. Chamamos atenção a uma carta em especial:

> Recebam minha solidariedade pelo "desagravo" que esquisitas figuras promoveram contra a revista

> *VEJA*, no Rio de Janeiro, por documentar verdades sobre o irracional, abusado e indecoroso Cazuza. De triste memória, esse aidético insultou famílias, ofendeu seguidamente o público em seus shows e até desrespeitou o símbolo máximo da nacionalidade – a nossa bandeira. Que os signatários do desagravo – lido em noite de gala e noticiado pela TV Globo – vão todos para os diabos e, ao ordinário Cazuza, que o inferno o receba, em breve e ardentemente. (JAZADJI, 1989).

No fragmento do deputado Afanázio Jazadji, observamos um discurso extremamente agressivo. A revista, ao publicar esta manifestação, não só desrespeita o exercício do jornalismo, como o cantor e àqueles que assinaram o manifesto contra a *Veja*. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 1987, justifica nossa abordagem sobre este fragmento, em seu artigo décimo, alínea "d": "o jornalista não pode concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual". Da mesma forma, a publicação da carta de Afanázio Jazadji fere o artigo 14, alínea "b", que diz que o jornalista deve "tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar".

Na amostragem publicada por *Veja* em sua edição 1.079, que circulou em Pernambuco, parte do público leitor entendeu a matéria como uma homenagem ao cantor. Muitos não consideraram sensacionalista sua abordagem,

mas elucidativa do ponto de vista da doença e corajosa ao desmistificar a ação do vírus HIV no ser humano. Houve também posições críticas em relação à carta de repúdio lançada por artistas no dia da entrega do II Premio Sharp; outros se ativeram a acusar a revista de falta de respeito com Cazuza, por ter explorado sua doença com sensacionalismo.

Das 27 cartas, uma chama atenção ao drama de Lauro Corona, que foi referenciado por Cazuza na matéria. E o argumento do leitor, que disse que "faltou respeito à pessoa do ator e ao seu direito de silenciar sobre seu estado de saúde", tem respaldo no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 1987, que determina em seu artigo nono, alínea "g", que é dever do profissional "respeitar o direito à privacidade do cidadão". Por esse universo de fragmentos de cartas de leitores contrários à abordagem feita por *Veja* em "A luta em público contra a Aids", observamos que a matéria é tratada como "informativo de imprensa marrom", "injusta", "grosseira", "utilização oportunista [...] sem o mínimo de respeito humano", "sensacionalista", "apelativa", "grotesco" e "sarcástica".

A disparidade entre os fragmentos que circularam em "Cartas" em Pernambuco daquela publicizada no Rio de Janeiro nos chamou atenção. Primeiro, por que apenas 11 foram publicadas na edição 1.079 que circulou no Rio, contra 58 da edição pernambucana. Segundo, pela diferença

de porcentagem entre os fragmentos: no Rio, foram publicadas sete manifestações favoráveis à abordagem que *Veja* deu à matéria sobre a Aids de Cazuza; uma é contrária e critica a capa da revista, mas mantém os elogios à reportagem. Três abordam outros assuntos, não tecendo posicionamentos específicos diante da matéria. Entre os leitores que tiveram suas cartas publicadas, e que se posicionaram a favor de *Veja*, destacamos que, ao contrário dos fragmentos da edição 1.079 que circulou em Pernambuco, a que circulou no Rio se atém a críticas veladas à classe artística e ao manifesto assinado por artistas e lido durante a cerimônia do II Prêmio Sharp.

As diferenças encontradas nas cartas publicadas nas duas edições da *Veja* demonstram que, no Rio, a revista posicionou-se contra os artistas – a maioria deles residem na capital carioca. Na edição de Pernambuco, *Veja* optou pelas cartas que se posicionaram ao seu favor e privilegiou aquelas de linguajar mais agressivo. Visivelmente, as respostas dos receptores foram manipuladas pela revista a seu favor, como se descrevessem posicionamentos seus.

Conclusão

Embora muitas teorias tratem da abordagem mórbida pela mídia, como é o caso da matéria "A luta em público contra a Aids" de *Veja* e sua capa sobre a doença do cantor Cazuza, elas seriam dispensáveis pelo olhar crítico, prin-

cipalmente daqueles que compreendem o dia a dia do jornalismo. Não estamos aqui falando da autocensura, prática também condenada pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 1987, mas apelando para o bom senso profissional. O discurso de *Veja* ignora a informação mais importante do caso: a figura do olimpiano aidético que busca tratamento e continua vivendo. Ao contrário, *Veja* explora a agonia de Cazuza e utiliza a imagem do cantor para justificar suas posições, afinal, ele mesmo estava publicizando sua agonia.

Observamos que a opinião velada e irônica da revista é costurada aos depoimentos de Cazuza, dos seus pais e amigos, em um discurso de agonia firmado pelo rosto do cantor, na capa. Seu suplício, pelo discurso de *Veja*, era resultado da vida desregrada, à base de bebidas, drogas e promiscuidade. *Veja* toma para si o discurso médico e, sem respaldo dos profissionais que acompanhavam Cazuza, redige sua sentença de morte.

A disparidade entre as opiniões dos leitores publicadas por *Veja* vai além da questão ideológica de cada indivíduo, como explicou Fausto Neto (2002), mas segue pelas várias interpretações que a linha irônica da matéria remete. Márcia Benetti (2007) diz que a ironia é um recurso de risco, que põe em questão a credibilidade do veículo, como foi o caso aqui, e acaba por despertar inúmeras interpretações.

Com os estudos de Fausto Neto (2002) sobre o campo

da recepção, e diante das manifestações dos leitores à matéria de *Veja*, de acordo com os fragmentos de cartas publicados na edição 1.079 – mesmo cientes de que passaram pelo crivo da edição – podemos concluir que o perfil de leitor "caixa vazia" existia também àquela época. Primeiro, por que a Aids era um assunto desconhecido e, principalmente, pela credibilidade da revista diante do seu público leitor (vemos que mesmo os leitores que criticam a matéria tecem seu desagravo, dizendo-se decepcionados com o "deslize" de uma revista "séria" como *Veja*). Não nos referimos somente àqueles leitores que se posicionaram contra a revista, mas numa análise do campo receptor como um todo. É a questão de influência sobre a convicção as pessoas, sem ter que se comprovar competências ou dar satisfações, como diz Habermas (1997).

Como vimos, na edição que circulou no Rio de Janeiro nenhuma das cartas publicadas foram contrárias ao desfecho que *Veja* sentenciava para Cazuza. Importante lembrar que as maiores manifestações contra a matéria estavam justamente localizadas da capital carioca, onde residia Cazuza e onde estavam as manifestações dos artistas.

Por fim, concluímos que o discurso da *Veja* ignora os preceitos éticos do jornalismo, negando o posicionamento da revista enquanto veículo informativo de credibilidade nacional. Ao tratar de forma irresponsável e sensacionalista um assunto delicado como a Aids, *Veja* enfatizou pre-

conceitos contra os aidéticos, ratificou o vínculo da doença aos homossexuais, drogados e promíscuos e não assumiu a responsabilidade da informação elucidativa, que trataria a doença do ponto de vista médico e científico. *Veja* sequer tratou da descoberta da ciência de que o HIV contaminava também indivíduos heterossexuais masculinos, mulheres e crianças, um alerta necessário à sociedade. Além disto, ignorou Cazuza enquanto pessoa humana, seu estado de saúde já debilitado, e o expôs à esfera pública de forma tão mórbida e desumana que, até hoje, quase 20 anos após sua publicação, "A luta em público contra a Aids" figura no *ranking* das 10 matérias mais polêmicas da história de 40 anos da *Veja*.

Referências

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADÁRIO, P. *A cara do Brasil*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1989, Caderno B.

AMIGA. Rio de Janeiro: Bloch, n. 991, 15 mai. 1989.

ARAUJO, M. L. da S. *Cazuza*: só as mães são felizes. 2. ed. São Paulo: Globo, 2004.

ARAUJO, M. L. da S. Entrevista concedida na sede da Sociedade Viva Cazuza, Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 2007. Entrevista concedida à Tatiana Notaro.

BENETTI, M.; LAGO, C. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros de 1987. Disponível em: http://www.comunique-se.com.br/conteudo/central_de_links/legislacao/codigo_etica.htm. Acesso em: 05/01/ 2008.

BRASIL. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 4 de agosto de 2007. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf, acesso em 5 de janeiro de 2008.

CAMARGO, J. C. Cazuza tem vírus da Aids mas diz estar com 'saúde ótima'. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 13 de fevereiro de 1989, Ilustrada, p. E6.

CAZUZA diz que sentiu vontade de vomitar ao ler revista *Veja*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de abril de 1989, Ilustrada, p. E3.

CAZUZA. *Cazuza*: depoimento [dez.1988]. Entrevistadora: Marília Gabriela. São Paulo: TV Manchete, 1988. 1 DVD vídeo. Entrevista concedida ao programa Cara a Cara da TV Manchete

CHEQUER, P. *Aids vinte anos* – Esboço histórico para entender o Programa Brasileiro, out. 2005. Disponível em: http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISBD1B398DITEMIDCF21498585DB4D9F8F812B75B92305DAPTBRIE.htm. Acesso em: 29/04/ 2008.

DUARTE, J.; BARROS, A. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

FAUSTO NETO, A. *Comunicação e mídia impressa*. Estudo

sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
_____. *Mortes em derrapagem* – Os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
KARAM, F. J. C. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
LOGULLO, E. Cazuza vence prêmio Sharp; artistas lançam manifesto contra "*Veja*". *Folha de São Paulo,* São Paulo, 27 de abril de 1989, Ilustrada, p. E-5.
LOPES, J. *O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas*. Recife: Editora UFPE, 2006.
MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch, n. 1.934, 13 mai. 1989.
MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch, n. 1.996, 21 jul. 1990.
MARCONDES FILHO, C. *Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
MORRE o poeta rebelde dos anos 80. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1990, Cazuza, p. 59A e 59B.
MINISTÉRIO da Saúde. Aids no Brasil. Disponível em: http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS13F4BF21PTBRIE.htm. Acesso em: 29/04/2008.
O "EXAGERADO" Cazuza morre aos 32 anos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1990, Cidades, p. C-1, C-3 e C-4.
PARKER, R. de et al**.** *A Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Relu-

me-Dumará, 1994.
SPINK, M.J. et AL. *A construção da aids-notícia*. São Paulo, ago. 2001. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000400019. Acesso em: 20/04/ 2008.
TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. Porto Alegre: Unisinos, 2001.
VEJA, São Paulo: Abril, 14 ago. 1985.
VEJA. São Paulo: Abril, n. 1.077, 26 de abr. 1989.
VEJA. São Paulo: Abril, n. 1.079, 17 de mai. 1989.
VEJA, São Paulo: Abril, 18 de jul. 1990.

Comunicações

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

Rotinas produtivas em jornal laboratório a partir da experiência do Foca Livre –UEPG-PR[1]

Cíntia Xavier[2]
Marcelo Engel Bronoski[3]
marceloengel2004@hotmail.com

Resumo

É possível instituir uma rotina produtiva em jornal laboratório? Frente às dificuldades institucionais e pedagógicas que requerem do trabalho de produção em jornal laboratório um lógica específica pode-se, à primeira vista, responder negativamente a questão. Ao longo dos anos, em contato com a necessidade e obrigatoriedade da prática do jornal laboratório, percebe-se que é importante pensar e trabalhar num modelo, ainda que próprio de rotina de produção. As especificidades da prática laboratorial, que exigem reflexão e avaliação dos processos produtivos, aliadas a um trabalho organizado conformado em rotinas e divisão das atividades, complexificam e exigem precaução na condução da atividade. Interessante compreender que a prática deve levar em conta os elementos que constituem os conceitos de jornalismo como periodicidade, atualidade e o acontecimento.

Palavras-chave: Jornal laboratório. Rotinas produtivas. Jornalismo.

---

[1] Relato de experiência apresentado ao Grupo de Pesquisa em Produção Laboratorial - Impressos, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010).

[2] Jornalista, professora da UEPG, mestre em comunicação e linguagens e aluna do PPG-Comunicação da Unisinos. cintia_xavierpg@yahoo.com.br

[3] Jornalista, professor da UEPG, doutor em Comunicação pela Unisinos. marceloengel2004@hotmail.com

1. Introdução

A motivação para este artigo e/ou relato de experiência ganhou força quando no último Encontro de Professores em Jornalismo realizado em Belo Horizonte, no ano de 2009, discutiu-se neste Grupo de Trabalho sobre as possíveis contribuições dos jornais laboratório na formação dos estudantes, especialmente no diz respeito às lógicas de produção.

Baseados nesta preocupação, demos início a uma investigação junto aos estudantes que participaram da atividade no ano de 2009.

A ideia geral é buscar identificar as lógicas de produção dentro de jornais laboratórios e como isto participa na elaboração e definição da notícia.

Temos claro que estamos falando de outra forma de se fazer notícia, diferente daquela operada pelo jornalismo tradicional. Neste âmbito, é visível a deficiência de estudos/pesquisas que tenham como objeto a produção da notícia em ambientes laboratoriais de cursos de jornalismo.

Naturalmente as teorias focam a produção da notícia no chamado jornalismo comercial ou de mercado, a partir de lógicas definidas por interesses do próprio mercado. Tal realidade, ainda que plenamente justificada, tende a desconsiderar que o primeiro contato dos estudantes com a produção jornalística ocorre através dos jornais laboratório-

rios, ou seja, a identificação e elaboração daquilo que se entende por notícia têm seus primeiros apontamentos na atividade laboratorial.

Nesta medida, lançamos mão de um primeiro dispositivo investigatório: um questionário organizado a partir de questões semiestruturadas, aplicadas aos estudantes participantes do *Jornal Foca Livre*, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2009. Trata-se de um primeiro esforço no sentido de mapear as impressões dos estudantes em relação à produção/definição noticiosa laboratorial. Temos clara a importância de se investigar como isto ocorre no universo dos focas, procurando caracterizar estes fazeres.

Nossa preocupação pontual foi a de procurar avaliar a contribuição do exercício de produção do jornal para a formação dos mesmos e quais relações eles identificavam com os demais conteúdos do curso.

A literatura jornalística tem observado que a rotina jornalística diária provoca, em alguma medida, a ausência e/ou limitação da capacidade reflexiva dos jornalistas. (VIZEU, 2003; BRONOSKY, 2008, et al.). Horários de fechamento, pressão das chefias, dead-lines, sistemática cobrança por furos, a própria precarização do trabalho com o enxugamento dos quadros funcionais, entre outros, são alguns dos exemplos que interferem na capacidade de reflexão, além, é claro, de limitar os momentos de debate.

Erik Neveu, ao introduzir as consequências das rotinas produtivas junto ao trabalho do jornalista, aponta que uma delas é a "que proíbe as deliberações prolongadas". Além disso, existe na cultura jornalística uma forte resistência a críticas. De forma geral, os jornalistas não suportam que seus textos sejam observados criticamente, a não ser pelos seus chefes que, em muitos casos, como reação recebem veladamente comentários desabonadores de seus repórteres.

2. Divisão de tarefas

Naturalmente, essa dinâmica chamada rotina produtiva tem fortes diferenças da forma como se opera em produtos laboratoriais, a começar pela periodicidade. Em média os jornais laboratório produzem oito edições, embora em alguns casos se edite menos. Mas há casos excepcionais, como o Rugde Ramos Jornal da Umesp, São Bernardo do Campo, com características semanais, e o Laboratório de Notícia (Lona) da Universidade Positivo - Curitiba, o único jornal laboratório diário do país. (GOMES, 2008, p. 29).

Em relação ao *Foca Livre*, objeto da pesquisa, a produção segue o que orientam as políticas educacionais para a área, ou seja, oito edições anuais. Com formato standard, oito páginas, sendo quatro em cores (XAVIER e BRONOSKI, 2009, p. 4), o jornal circula ininterruptamente há mais de 20 anos. É interessante lembrar que o Foca está dividido em editorias aos moldes do jornalismo tradicio-

nal e sua linha editorial está voltada para o público universitário, assumindo independência da agenda da assessoria de comunicação das instituições, especialmente da própria Universidade.

Para a produção do jornal laboratório, os alunos, geralmente matriculados na segunda série do curso[4], são organizados em oito equipes, seis editorias e dois grupos responsáveis pela edição e diagramação. Estas oito equipes se revezam nas editorias, trocando a cada edição sua função. Como são oito edições, todos passam por todas as funções. Na coordenação, há geralmente dois professores responsáveis por conduzir as atividades. Entre suas atribuições, está a revisão dos conteúdos (textos e fotos) e a elaboração e o cumprimento da agenda de entrega de material, bem como o controle da participação em reuniões e atividades do jornal laboratório. Como se trata de um projeto e não de uma disciplina tradicional, a participação se dá pela produção e presença nas atividades e não necessariamente pela qualidade do material. O controle se dá, neste caso, pela cessão ou não de carga horária, no caso, 100 horas atividades. Caso ele deixe de cumprir alguma das atividades definidas, automaticamente está fora do projeto, sendo que seu cumprimento é exigência para a diplomação.

[4] O regulamento do jornal laboratório orienta que os alunos, a partir da segunda série, podem se inscrever na atividade Jornal Laboratório I, que leva o nome de Foca Livre. No regulamento consta ainda que sejam ofertadas 40 vagas para cada ano letivo.

3. A rotina

Em média, o prazo para realização das atividades é de um mês para cada publicação. A produção da edição começa com uma reunião de pauta, na qual os professores e alunos discutem as pautas por editorias, previamente elaboradas. O estudante deve oferecer ao menos duas pautas para a sua editoria. Nos casos das equipes serem diagramação e edição, as sugestões ficam abertas a qualquer uma das editorias. Em 2009, o jornal contou com as seguintes editorias: Ciência e Tecnologia, Geral, Especial, Política e Economia, Universidade e Lazer. As orientações, no momento da discussão de pautas, eram buscar angulações dos assuntos/acontecimentos para aproximá-los do público universitário. A pauta deve também orientar a produção de fotografias, pois o aluno deve também fazer as imagens para a sua pauta.

Depois da reunião de pauta os alunos têm, dependendo do calendário, entre 10 e 15 dias para a apuração e redação do material, devendo, num primeiro momento, dentro do prazo, entregar o material redigido, juntamente com as fotos aos professores. Estes fazem orientações sobre a redação ou apuração, após a primeira leitura, podendo autorizar o envio do material para a edição ou orientar a solução dos possíveis problemas apontados.

Com a chegada dos textos no e-mail do jornal, tem

início o trabalho dos editores, os quais devem decidir as reportagens que abrem página, as chamadas da capa, fazer nova revisão dos textos, conferir legendas e fotos e, a partir disso, trabalhar – em conjunto com a diagramação – a produção da arte das páginas.

O trabalho da diagramação é organizar visualmente o jornal a partir do padrão previamente discutido e adotado para o período. O programa utilizado é o Scribus, software livre, similar ao Adobe Pagemaker, mas não é pago e o código fonte é aberto. Para a realização da atividade, os alunos que estão na diagramação devem ter um conhecimento mínimo do programa.

A capa do jornal normalmente é decidida pelos alunos, especialmente a reportagem que será manchete. Em alguns momentos, as informações que comporão a capa são discutidas com os professores; em outros, somente os alunos definem o que estará na primeira página.

Geralmente o prazo para estas duas atividades (edição e diagramação) é de 7 a 10 dias. Com o material todo pronto e revisado mais uma vez por um dos professores, o jornal é enviado para a gráfica. A distribuição também é de responsabilidade dos alunos. Antes da reunião de pauta que vai definir a próxima edição é realizada reunião de avaliação, em que são problematizados os critérios de noticiabilidade, pluralidade de vozes, enquadramento ou angulação dada às reportagens. Cada equipe da edição e diagramação deve

apresentar um relatório com a descrição de suas atividades.

No momento do encontro de avaliação, os aspectos mais importantes daquela edição são retomados. Ou seja, as principais decisões, as que geraram conflitos quando da edição/fechamento, e questões envolvendo apuração são trazidas para o debate com todos os participantes do projeto. Neste momento, os alunos, juntamente com os professores, buscam refletir sobre o espaço da produção.

4. Da investigação

Neste esforço produtivo, os estudantes – a partir do resultado do questionário – ofereceram algumas informações relevantes no sentido de ajudar a demonstrar o lugar da notícia no Foca Livre. Uma delas diz respeito à temporalidade: por mais que se tenha em média 30 dias entre a pauta e a circulação do jornal, a maioria dos estudantes identificou forte presença de rotina e isto seria o principal atributo na decisão de escolher ou não determinado acontecimento, ou mesmo na definição do modo como aquele fato deveria ser tratado.

Cabe destacar que, neste caso, embora a rotina não se apresente estreita como num periódico diário, ela aparece nas respostas como decisiva da forma como eles atuam na produção do jornal. Isto se comprova quando perguntado:

"O jornal laboratório prepara para o exercício profissional?". O fator temporal surgiu em mais de 2/3 dos respondentes como importante. Mesmo sendo recorrente as observações sobre as rotinas, alguns duvidaram (cerca de 1/3) se o fato de o jornal não ser diário ofereceria condições próximo ao jornalismo de mercado, dando a crer que ele ainda não está representando uma realidade ideal.

De toda forma, a valorização e o reconhecimento das rotinas por parte dos estudantes demonstra que os modos de operação do jornal laboratório valorizam a própria prática, aproximando-se de certa realidade – a do mercado –, conferindo aos estudantes segurança nos modos de produção noticiosa. Parece que a tensão dos deadlines inserem os estudantes numa situação real.

Cabe destacar, como lembra Mouilland (2002, p. 176), que o jornal cria um presente, numa relação entre produção e recepção continua e permanente, compondo um único momento.

> [...] o que eu leio é o que se espera que esteja ocorrendo, no momento em que leio. O jornal não lê o presente, ele o diz. Na realidade, este não tem outra definição a ser aquela de ser 'aquilo que é contemporâneo à instância do discurso' (Benveniste). Não tem duração objetiva que não se possa atribuir.

Desta forma, a articulação entre o leitor e o produtor materializa a temporalidade do dispositivo para além da sua unidade temporal, provocada pela sua forte identificação

junto aos leitores. Ao longo dos últimos 15 anos, o jornal circulou sem falhar uma única edição, além de estar comprometido com fiscalização e eventuais denúncias contra os gestores públicos, especialmente da própria Instituição, como no caso das denúncias envolvendo professores que mantinham Dedicação Exclusiva com outros empregos. Esta relação, como diz Mouilland, estabelece a necessidade de consumo conformando a temporalidade, algo como demonstrado, resguarda as proporções em relação às revistas.

A valorização das rotinas demonstra que os modos de operação do Foca Livre aproximam-se da realidade do jornalismo de mercado e que a ausência da produção diária não compromete a lógica noticiosa.

Ainda dentro da reflexão sobre a atividade laboratorial em comparação com o exercício profissional, cabe destacar o reconhecimento dos estudantes em considerar como a prática do jornal permite uma aproximação com as formas e processos de apuração, a pauta, tratamento das fontes, a prática de entrevistas, o enquadramento a partir da linha editorial do veículo. Boa parte dos estudantes apontaram pelo menos um dos elementos acima como importantes na dinâmica de produção do jornal laboratório. Mesmo que não indicassem, no questionário, literalmente que os elementos descritos estavam relacionados com a rotina produtiva como fator identificável do processo.

Embora a questão da periodicidade mensal ter sido destacada como um ponto negativo no processo de produção do jornal, distanciando-o de uma preparação adequada ao exercício profissional, os estudantes apontaram o tempo como uma dificuldade no sentido de cumprir prazos. O período previsto para apuração deve ser conciliado com outras atividades do curso. A necessidade de conciliar os horários de aulas e preparar as reportagens para o jornal laboratório foi visto como obstáculo pelos alunos.

Outro dado importante relacionado aos modos de produção noticiosa no jornal Foca Livre diz respeito às dificuldades de infraestrutura. A maioria dos questionamentos volta-se à falta de computadores para a programação visual, dificuldades de locomoção para as reportagens, etc. Algo natural em qualquer redação, inclusive nas de jornais diários. O que chama a atenção é que os respondentes reconhecem, porém, existirem problemas em relação ao uso de software livre para a produção do Foca Livre.

Há alguns anos, o curso de jornalismo da UEPG vem exigindo que seus produtos sejam elaborados em programas abertos (open source). Porém, isso tem provocado desgastes e dificuldade de adaptação dos estudantes, tanto pela ausência de uma aproximação histórica a estas linguagens por parte dos estudantes em relação os programas hegemônicos (Windows), quanto pela precariedade por parte do Departamento em oferecer cursos e oficinas que introdu-

zam tais linguagens.

5. Ao concluir

O jornal laboratório se constitui como espaço para enfrentamentos e disputas que reproduzem as práticas jornalísticas. É possível encontrar elementos da rotina produtiva quando se observa as etapas de produção do espaço laboratorial.

Outro aspecto interessante de reforço é que o jornal laboratório abre espaço para compreensão do fazer, com a possibilidade de publicação do material. Para tanto, os estudantes devem participar de todo o processo, desde a pauta, a apuração, o tratamento de fontes e a redação jornalística, a edição e a diagramação.

Por fim, como espaço autônomo, em que os interesses econômicos estão distantes, os estudantes podem trabalhar com temas que normalmente ficam de fora da prática nas redações de mercado. Não há interferência do departamento comercial na redação, embora existam as pressões e os estudantes muitas vezes sofram com o silenciamento de algumas fontes.

6. Referências

BRONOSKY, Marcelo. **(Quase) Tudo sob controle**: estratégias de apropriação de manuais de redação na imprensa

diária. Tese (Doutorado) – Unisinos, 2008.

GOMES, Paulo. *Lógicas de Produção da notícia e critérios de noticiabilidade em jornais-laboratório*: Comunicação e Comunicare. Monografia. Ponta Grossa, UEPG, 2008. p. 29.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 76.

PEREIRA JR.; Alfredo Vizeu. **Decidindo o que é notícia.** 3.ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

VIEIRA JR., Antonio. **Manual de Jornal Laboratório**. São Paulo: [s.L], 1998.

XAVIER, Cíntia; BRONOSKI, Marcelo. Os desafios da prática de jornal laboratório: o Foca Livre. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, XII., Belo Horizonte, 2009.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

Construção de saberes educomidiáticos através do projeto de extensão Pedagogia da Comunicação, Mídias e Ensino: o uso delas na escola[1]

Zeneida Alves de Asumpção[2]
e-mail: zassumpcao@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade mostrar a possibilidade de se trabalhar com as mídias na sala de aula. Professores e alunos participaram de oficinas educomunicativas e aprenderam teorias e práticas sobre jornal impresso, vídeo e rádio (hertziana/tradicional, web e *online)*. Os escolares construíram, editaram e veicularam diversos programas para a Radioweb-UEPG. A proposta "Pedagogia da Comunicação, Mídia e Ensino: o uso delas na escola" encerrou-se em dezembro de 2009. Como culminância, os estudantes do Colégio Estadual Professor Meneleu de Almeida Torres, Ensino Fundamental, Médio e Integrado de Ponta Grossa (Paraná) construíram jornal (tablóide) e vídeo. Participaram também da instalação do estúdio e técnica da radioescola no 2º piso do Colégio. A radioescola funcionará em circuito fechado, valendo-se de caixas acústicas para socializar os programas construídos pelos alunos. Através da pesquisa-ação foi possível o envolvimento de professores e alunos do ensino fundamental e médio, estudantes de Jornalismo e técnicos de áudio da Radioweb-UEPG, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

[1] Relato de experiência apresentado ao Grupo de Atividades de Extensão, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010).

[2] Jornalista, doutora e docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR)

Palavras-Chave: educomunicação. Radioescola. projeto de extensão. construção de saberes midiáticos.

Introdução

As tecnologias da informação e comunicação é a marca registrada da atual sociedade da informação. Hoje, é quase impossível vivermos sem a presença delas no nosso cotidiano, o que não é diferente para com a realidade das crianças e adolescentes que freqüentam a educação infantil, o primeiro e segundo ciclos, o ensino fundamental e médio de instituições de ensino. Convivendo com essas tecnologias, os estudantes agem e portam-se nos bancos escolares diferentemente de seus colegas do século XX. A maioria deles simpatiza e acessam as mídias, celulares, computadores, internet diuturnamente, com facilidade e domínio invejáveis à geração anterior a esses avanços tecnológicos. Muitas vezes, as mídias assumem na vida desses escolares, o papel de uma segunda escola ou uma escola paralela, mais sedutora que as escolas de ensino formal, o que não deixa de ser uma ironia àquelas que insistem em transmitir saberes, utilizando-se apenas de métodos de ensino tradicionais e ultrapassados, desconsiderando as mídias e a realidade que norteia a atual sociedade. Segundo os pesquisadores norte-americanos Neil Howe e William Strauss, esses estudantes

fazem parte da "Geração Google ou WEB 2.0" ou "Geração Milênio" (os que nasceram após 1995) e estão ocupando os bancos escolares em 2010. Para esses investigadores, essa geração "é portadora de características bastante diferentes nos modos de ser, de se relacionar e de conceber o mundo" (ASSIS, 2009, p. 121). Residem nesse aspecto, à relevância da escola se apossar das mídias, compreenderem os processos da educomunicação e saber utilizarem as mídias como ferramentas pedagógicas no cotidiano escolar.

Caracterização Das Ações Do Projeto

Com a inclusão digital (computadores e internet) nas escolas paranaenses, através do Programa Paraná Digital, há possibilidades delas utilizarem radiowebs, jornais, rádios e revistas *online* na sala de aula. Foi pensando nessa realidade que se desenvolveu o Projeto de Extensão: "Pedagogia da Comunicação, Mídias e Ensino: o uso delas na escola" para estudantes e professores do Colégio Estadual Profº Meneleu de Almeida Torres, Ensino Fundamental, Médio e Integrado, em Ponta Grossa, Paraná. Buscou-se, primeiramente, a capacitação de professores e alunos com as mídias hertzianas/tradicionais e na internet, bem como a instalação de uma radioescola. O Projeto contou com a participação de acadêmicos de Jornalismo e técnicos em áudio que atuam na Radioweb-UEPG, da Universidade Estadu-

al de Ponta Grossa (UEPG). A utilização da mídia na sala de aula "[...] são espaços altamente significativos de educação, porque estão próximos da sensibilidade do homem de hoje e porque são voluntários [...]" (MORAN, 1993, p. 182). Esse mesmo autor ainda comenta: "[...] A escola tem que educar-se para os meios e não tentar domesticá-los, incorporá-los como complemento do seu projeto pedagógico [...]". Nessa mesma linha de raciocínio de Moran, a maioria das escolas do Paraná, vem buscando a interação mídias e agir pedagógico, mediante projetos com jornais promovidos pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) e projetos de extensão desenvolvidos nas universidades públicas. Em Ponta Grossa percebe-se essa realidade. A Secretaria de Educação mantém parcerias entre escolas e jornais locais que desenvolvem projetos culturais, como os projetos: "Vamos Ler" e "Cidadão do Futuro", através do Jornal da Manhã e Diário dos Campos. Da mesma forma, o interesse das escolas com projetos de extensão universitários, como ocorreu com "Pedagogia da Comunicação, Mídias e Ensino: o uso delas na escola" (de nossa autoria) envolvendo o Colégio Estadual Profº de Almeida Torres. Esse projeto se sustentou na linha de pesquisa: "Terias da comunicação: mídia-educação e divulgação da ciência e tecnologia" e teve como escopo, incentivar professores, estudantes do ensino fundamental, médio e acadêmicos de Jornalismo sobre a produção de jornais/vídeos escolares, instalação e progra-

mação para a radioescola, respaldada na mídia-educação/educomunicação. Participaram quatro acadêmicos, sendo dois bolsistas, 25 professores, 42 estudantes e dois técnicos em áudio (Radioweb-UEPG). Os professores participaram de oficinas sobre jornal/vídeo e rádio (hertziana/tradicional, na internet e na web), realizadas nos estúdios da Rádioweb-UEPG, às 5ªs feiras, das 15h30 às 17h30 (horário de permanência dos professores na escola). As oficinas compreenderam rotinas produtivas, agenda setting, leitura crítica e análise de discurso, locução. Após a capacitação dos docentes foi à vez dos alunos. As oficinas ocorreram às 5ª feiras, das 10 às 12 hs e 6ªs feiras, das 15h30 às 17h30. Os alunos construíram jornal/vídeo e produtos para a radioescola, veiculados pela Radioweb-UEPG: Contos: "A mentira cabeluda", "Piquenique", "João e Maria", "Chapeuzinho vermelho", "História dos três porquinhos", "Um im de semana", "O lobo e os sete cabritinhos I e II", "Tendência de verão I e II"; Mito: "Sibila"; Fábula: "A coruja e a águia"; Poesias; Entrevistas com especialistas: "Jogos da Primavera"; "Alcoolismo"; "Surdez"; Debate: "DS"; "Radionovelas" e "Notícias sobre o cotidiano escolar" (acesso: http://www.uepg.br – link: radioweb). Ao produzirem esses programas para a Radioweb-UEPG, os alunos buscaram conhecimentos sobre linguagem do rádio, rotinas produtivas, agenda setting em artefatos jornalísticos e radiofônicos nas mídias tradicionais e na internet, apreendidos nas oficinas teóricas

e práticas. Nessa perspectiva, a opinião de Patrícia Greenfield é valiosa, quando afirma: "em virtude de que a produção envolve sempre mais conhecimentos do que a mera recepção parece possível que, uma vez que as crianças tenham tido experiência como produtoras, elas serão consideradas consumidoras mais exigentes [...]" (GREENFIEL, 1978, p. 144). Cabe lembrar, também, que com a utilização da metodologia da pesquisa-ação, de Michel Thiollent, foi possível o trabalho conjunto com acadêmicos de Jornalismo, técnicos da Radioweb-UEPG, professores e escolares. Os encontros permitiram a todos, a compreensão sobre mídia-educação/educomunicação, instalação e produção de programas para a radioescola. Os escolares e professores compreenderam que é possível produzir programas interativos e pedagógicos na radioescola, por ser um meio de comunicação simples, interativo e democrático.

Conclusão

Os objetivos dessa proposta foram realizados. Em dezembro de 2009 aconteceu a instalação da radioescola no 2º piso do Colégio Estadual Profº Meneleu de Almeida Torres, em homenagem ao seu 50º aniversário de fundação. A rádio contempla um sistema interno de comunicação e vai se utilizar de caixas acústicas para transmitir a programação para professores e alunos. Constitui-se de estúdio e técnica

de gravação, com mesa de som, microfones, computadores e um "aquário" separando estúdio e técnica. Está previsto a inauguração para abril de 2010. Caberá então, aos professores e alunos do Colégio, a construção de programas educativo-culturais interativos. Outro aspecto relevante desse Projeto é o envolvimento de acadêmicos de Jornalismo com a educomunicação. Um dos acadêmicos participantes desse Projeto interessou-se pela mídia-educação/educomunicação, que a escolheu como pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC– 2009), desenvolvendo "Blog e Jornalismo Científico", utilizando-se da pesquisa-ação com alunos de 5ªs séries do ensino fundamental público. O TCC foi premiado com bolsa de estudos pela Andi. O interesse desse acadêmico pela educomunicação, não parou com a pesquisa de TCC. Inscreveu-se no Mestrado – linha de pesquisa: "Comunicação, educação e formações socioculturais", da Universidade Federal do Paraná. Comprova-se que há interesse dos acadêmicos de Jornalismo para com a mídia-educação/educomunicação, radioescola. Da mesma forma, por parte de professores e alunos do ensino fundamental e médio das escolas de Ponta Grossa, no Paraná.

Referências

ASSIS, Regina. "Mídia e educação". In: VIVART, Veet. **Infância e consumo:** estudos no campo da comunicação.

Brasília: Andi, Instituto Alana, 2009.

GREENFIELD, Patrícia M. **O desenvolvimento do raciocínio na era eletrônica:** os efeitos na TV, computadores e videogames. São Paulo. Summus, 1978.

MORAN, José Manuel. **Leituras dos meios de comunicação.** São Paulo. Pancast Editora, 1993.

www.diaadiadaeducacao.pr.gov. Acesso em: março de 2008.

.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

ARRETADAS – PROCESSO DE CRIAÇÃO[1]

Valquíria Aparecida Passos Kneipp[2]
valquiriakneipp@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta a experiência vivida por discentes, docente e técnicos, durante o curso da disciplina *Projeto Experimental em Telejornalismo*, da graduação de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Unifor, no primeiro semestre de 2009. Durante o período ocorreu todo o processo de criação, produção e finalização de um programa jornalístico, de formato híbrido, contendo informação, debate e reportagens. A proposta foi exibida no Canal Universitário de Fortaleza, dentro da programação da TV Unifor. O trabalho teve como objetivo criar um espaço semanal, onde um grupo de mulheres pudesse debater, opinar e interpretar as questões propostas à cada edição, sempre com a presença da figura do mediador no controle dos conteúdos e das participações. O resultado foi o programa *Arretadas*, um misto de revista, entrevista e debate, em que três mulheres cearenses trataram de assuntos como aborto, "mulher fruta" e da opinião dos homens sobre a mulher contemporânea.

Palavras-chave: Telejornalismo. TV. Debate. Revista. Entrevista.

[1] Comunicação Científica apresentada ao Grupo de Produção Laboratorial - Eletrônicos, do XIII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (Recife, abril de 2010).

[2] Jornalista formada pela Unesp de Bauru, com mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professora universitária da Unifor, em Fortaleza, e da UFRN, em Natal. Tem experiência em emissoras e produtoras de TV nas funções de editora de texto, editora chefe, produtora e coordenadora de produção, e em assessoria de comunicação e mídia training. É diretora acadêmica da Rede Alcar e editora assistente da revista PJ:Br.

1.O processo de concepção do programa

O programa de TV *Arretadas*[3] foi criado durante o curso da disciplina de *Projeto Experimental em Telejornalismo*, ministrada pela autora deste artigo, para o sexto semestre do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade de Fortaleza – Unifor, durante o primeiro semestre de 2009. A referida disciplina faz parte do grupo das optativas, ou seja, os alunos não são obrigados a cursá-la, somente os que tiverem ligação ou algum interesse e curiosidade em produção de TV. Todos os alunos que cursam *Projeto Experimental em Telejornalismo* já cursaram *Telejornalismo I e II*, portanto já tem conhecimento prévio das rotinas produtivas de um telejornal.

O objetivo da disciplina é dar outra amplitude ao conhecimento adquirido pelo discente, através do processo de criação de um programa, que não seja necessariamente um telejornal, mas que seja informativo.

O processo de criação do programa *Arretadas* não foi fácil nem estanque, pois estavam envolvidos 13 discentes, uma docente e 6 técnicos durante todas as etapas. Contemplar a vontade e o anseio de todas estas pessoas não foi muito simples. A criação de um grupo de estudo, como uma sub-área dentro da disciplina de *Projeto Experimental*

3 O nome *Arretadas* surgiu a partir da necessidade de identificar regionalmente o programa, e foi uma escolha conjunta de todo como o grupo, como uma forma de valorizar positivamente o mesmo.

em TV foi o primeiro passo para as definições necessárias da criação de um programa de TV. Alguns autores selecionados para o grupo foram ajudando a dar cara, cor e corpo ao programa. A primeira autora foi a professora Karla Pollake, que com seu artigo sobre *Como fazer um projeto de produção para TV* contribuiu com um modelo de projeto simples, rápido e prático, visto que não teríamos tanto tempo para nos dedicarmos ao mesmo. Da proposta de Pollake, foram seguidos todos os tópicos sugeridos, exceto o que diz respeito a Recursos Operacionais e Financeiros, pois os mesmos foram supridos pela universidade. Desta forma, o projeto do programa *Arretadas* ficou com os seguintes tópicos:

Nome do Projeto: *Arretadas*;

Realização: Aline Farias, Luana Rezende, Rafael Cartaxo, Carlos Renato Bezerra, Clara Dourado, Gabriela Carvalho, Gabryela Fiúza, Ingrid Freitas, Klebiana Ketty, Magdala Vaz Borja, Fabrícia Vieira, José Claudio Filho, Edilson Pires, Everton Silva, João Luiz Galvão, José Moreira (Pastinha), José Valdevino Neto, Raimundo Nunes (Itamar) e Alexandra Lozano.

Apresentação: Programa piloto de informação e entretenimento, com pauta voltada para o público feminino, mas que gere interesse também para o público masculino, com cerca de 30 minutos de duração, com a proposta de periodicidade semanal. Inspirado no programa do canal GNT

Saia Justa, mas com o foco para as questões nordestinas. O programa produzido contou com a participação da farmacêutica Maria da Penha, da jornalista e professora universitária Kalu Chaves e da produtora de moda Julie Gadelha. A mediação ficou a cargo da discente Aline Farias.

Objetivos: criar um espaço semanal para que um grupo de mulheres possa debater, opinar e interpretar as questões a serem levantadas a cada edição, sempre com a presença da figura do mediador no controle dos conteúdos.

Formato: o programa se divide em três blocos, sendo o primeiro com 8'35", o segundo com 9'25" e o terceiro com 8'32", totalizando 26'32". No primeiro bloco foi exibido um depoimento, para que as convidadas pudessem debater o tema proposto. No segundo bloco uma grande reportagem foi o foco do debate, e no terceiro bloco um "povo fala" norteou o debate entre as participantes. Havia uma mediadora que determinava e organizava as falas.

Dias de Veiculação: a sugestão é que o programa seja semanal, com exibição no sábado e uma reprise durante a semana

Público Alvo: homens e mulheres, com formação universitária, das classes A e B, com idade entre 18 e 45 anos.

Justificativa: um programa com estas características vem suprir uma lacuna dentro do espaço televisivo do Ceará, devido à falta de opções existentes na programação televisiva local, e com possibilidade de cobrir as questões regionais.

Outra contribuição de Pollake para o trabalho foi a divisão de todo o processo de realização do programa em três etapas: pré produção[4], produção[5] e pós produção[6]. Desta forma foi possível organizar os alunos em equipes e, dentro das mesmas, distribuir os participantes nas diversas funções.

Os estudos sobre telejornal nortearam a elaboração do programa porque os alunos estavam muito preocupados em criar um produto informativo, mas, como o próprio título da disciplina propõe, experimental. Nesse aspecto recorremos a Machado, que define tecnicamente um telejornal como:

> Um composto de uma mistura de distintas fontes de imagem e som: gravações em fita, filmes, material de arquivo, fotografia, gráficos, mapas, textos, além de locução, música e ruídos. Mas, acima de tudo e fundamentalmente, o telejornal consiste de tomadas em primeiro plano enfocando pessoas que falam diretamente à câmera (posição stand-up), sejam elas jornalistas ou protagonistas: apresentado-

[4] Fase em que são feitos os levantamentos gerais para a realização do programa, começando por contratar um roteirista. Depois de pronto e aprovado o roteiro, decupá-lo e passar para a produção e direção. É ainda na pré-produção que se determinam atores, apresentadores, equipe e equipamentos necessários, local de realização do programa, disponibilidade de todos os envolvidos, cachês, previsão de tempo de realização (POLLAKE, 2004, p. 42).

[5] É quando se estabelece a ação da realização de um programa. Cabe ao produtor marcar e conciliar horários dos ensaios, gravações, entrada da equipe, hora de almoço, descanso, levantamento e definição de locais, providenciar o transporte dos participantes e equipe, conseguir autorizações dos participantes e locais, providenciar as fitas, anotar o conteúdo das fitas gravadas, preparar material para edição (POLLAKE, 2004,p. 42).

[6] Após o término das gravações, passa-se para a montagem do material, a edição. Ela requer, às vezes, alguns recursos como: computação gráfica, efeitos, trilha sonora, dublagem, locução e outros. Para isso, será necessário saber quais recursos o editor utilizará para que sejam contatados os profissionais e providenciados os equipamentos necessários.

> res, âncoras, correspondentes, repórteres, entrevistados, etc. (MACHADO; 2005 p, 103).

Dentro da reflexão proposta por Machado para o telejornal, existe uma tendência de dois modelos possíveis de serem observados na televisão: o "tradicional" ou "convencional", do tipo polifônico, e o "moderno" ou "pós-moderno" do tipo opinativo. Cada um deles possui suas vantagens e desvantagens, como uma espécie de faca de dois gumes, afirma Machado. Segundo ele, um telejornal opinativo

> Pode ser teoricamente preferível, uma vez que pode exercer uma influência mais ativa junto à opinião pública e produzir uma mobilização real. Além disso, esse tipo de telejornal deixa entrever mais abertamente os seus compromissos, em lugar de esconder o seu ponto de vista sob a máscara da pretensa realidade (MACHADO; 2005, p. 109).

Já o telejornal polifônico, de acordo com Machado, também apresenta vantagens e desvantagens, pois:

> Pode ser acusado, não sem razão, de tentar mascarar o fato de que toda produção de linguagem emana de alguém, ou de um grupo, ou de uma empresa, portanto nunca é o resultado de um consenso coletivo, mas de uma postura "interessada" diante de fatos noticiados. No entanto, ao contrário do modelo anterior, ele não pode ser acusado de atentar contra a inteligência do espectador ou de pressupor qualquer incapacidade interpretativa por parte da audiência (MACHADO, 2005, p. 109-110).

O programa *Arretadas* buscou um meio termo entre a opinião própria, que cada debatedora pode demonstrar, e a informação, através das reportagens exibidas no programa.

Outra reflexão que se fez necessária foi a respeito da qualidade do telejornalismo, ou do que seria um conceito sobre isso. Antes de entrar propriamente no telejornalismo de qualidade, é importante, primeiro, entender, que ele está dentro de uma estrutura maior, que é a própria televisão. De acordo com Becker:

> A televisão é aquela que se torna parte da conversação pública cotidiana, como uma referência de novos conhecimentos e percepções, já que audiovisual deve servir para conectar-se com as pessoas, criando uma relação enriquecedora com a vida cotidiana, expressa por produzir programas inovadores, universais, experimentais e ousados (BECKER, 2005, p. 56).

A proposta de um conceito de qualidade para o telejornal surge, para Becker, de contribuições teóricas e da análise empírica a partir de alguns parâmetros estabelecios na elaboração das pautas[7], na apuração e na construção das

[7] Estabelecer uma nova hierarquia de valores em sintonia com o interesse público, valorizando menos a agenda oficial, não temendo desmentidos, mantendo independência política e multiplicando as fontes (BECKER, 2005, p. 63).

notícias[8] e na edição das reportagens[9]. Ela conclui que:

> Uma cobertura jornalística do Brasil e do Mundo representa pluralidade de interpretações e a diversidade de temas e atores sociais, quando imaginamos que existem novas elaborações e outros modos de construir sentidos sobre o mundo cotidiano na tela da TV, quando aprendemos a pensar com as imagens, e experimentamos como disse Machado (2001:18), novas poéticas audiovisuais, revestindo o habitual de novos estímulos e significados (BECKER; 2005, p. 63).

Com base neste conceito, surgiu a necessidade de se criar um programa televisivo, que, ao mesmo tempo, informe e consiga também levar os telespectadores a uma reflexão sobre os temas abordados.

Toda essa reflexão levou o grupo a questionar o que seriam as categorias e os gêneros dos programas televisivos, diante do formato que estávamos idealizando. Para dar conta desta dimensão, recorremos a Aronchi (2004), que em sua pesquisa identificou cinco categorias de programas

[8] Reinventar as maneiras de abordar os fatos sociais, cruzando informações e dados, criando relações entre aspectos locais, nacionais e globais nos relatos para promover a cidadania, abrindo regularmente espaço para as vozes de diferentes personagens e buscando enquadramentos e pontos de vista diferenciáveis movimentos de câmera e planos singulares e inusitados, na captação de imagens (BECKER, 2005, p. 63).

[9] Explorar melhor a relação texto-imagem marca essencial do audiovisual, produzindo novos olhares sobre a realidade social. A imagem no telejornal tem maior poder de descrição dos acontecimentos, mas qualificação sempre cabe ao texto verbal. O casamento entre texto e imagem é quase sempre articulado para não imprimir qualquer dúvida quanto à veracidade do acontecimento e do noticiário, busca criar o efeito do real. Mas, é possível experimentar modos diferentes de contar histórias do cotidiano, mais interessantes e curiosas, valorizando a estética e o conteúdo, usando novas tecnologias com criatividade, sabedoria e discernimento (BECKER, 2005, p. 63).

na televisão brasileira: entretenimento, informação, educação, publicidade e outros. Dentro destas cinco categorias, segundo ele, ainda estão inclusos alguns gêneros conforme a tabela abaixo:

CATEGORIA	GÊNERO
Entretenimento	Auditório, colunismo social, desenho animado, docudrama, esportivo, filme, g*ame show* (competição), humorismo, infantil, interativo, musical, novela, q*uiz show* (perguntas e respostas), r*eality show* (TV-realidade), revista, série brasileira, *sitcom* (comédia de situações), *talk show*, teledramaturgia (ficção), variedades, western (faroeste)
Informação	Debate, documentário, entrevista, telejornal
Educação	Educativo, instrutivo
Publicidade	Chamada, filme comercial, político, sorteio, telecompras
Outros	Especial, eventos, religioso

(ARONCHI; 2004, p. 92)

Diante desta realidade foi possível considerar que o programa *Arretadas* pode ser enquadrado como uma categoria híbrida, pois contém debate, entrevista e revista, ou seja, mistura gêneros de duas categorias distintas: entretenimento e informação.

2. O passo a passo da realização do programa

Depois de determinarmos o formato e já termos uma ideia do conteúdo que buscávamos, foi o momento de dividir os discentes em funções, como produtor[10], editor[11], repórter[12] e apresentador[13]. O processo foi democrático e cada membro da equipe pôde se encaixar naquilo com o que tinha maior afinidade e interesse.

Com relação ao conteúdo propriamente dito do programa, a discussão que norteou a escolha das pautas relacionou-se, inicialmente, com um programa feminino, mas, aos poucos, ficou evidente a possibilidade de não se fechar o leque de assuntos somente nestas questões, para que o público pudesse ser amplo.

Para o primeiro bloco, a temática a ser debatida foi o aborto. Apesar do tema não ser novo nem inédito, o gancho que o levou para o programa foi o caso de uma menina de 9 anos, no Recife, que fez aborto de gêmeos, com autorização do Ministério Público, devido ao estupro que sofreu do próprio padrasto (IG, 2009). Uma equipe mobilizou-se para

[10] É o profissional que "toma conta" para que tudo esteja no lugar certo, hora certa, verificando cenários, figurinos e se está tudo confirmado com os convidados; define pautas e viabiliza toda a parte operacional do programa (POLLAKE, 2004, p. 37).

[11] Neste caso trata-se do editor de texto que é jornalista responsável por elaborar a edição final de uma matéria, responsável pelo texto e imagem (PATERNOSTRO, 1999, p. 141).

[12] Jornalista que apura e redige informações. Em telejornalismo, ele faz parte da equipe de reportagem ao lado do repórter cinematográfico e dos técnicos que operam a UPJ – Unidade Portátil de Jornalismo (PATERNOSTRO, 1999, p. 149).

[13] Profissional (jornalista ou radialista) condutor de um programa. Lê as várias notícias que compõem um telejornal, a partir do estúdio. É o elemento de ligação, introdução e explicação da ação estúdio. Não emite opinião, expressão facial ou entonação auditiva próprias (SQUIRRA; 2004, p. 180).

encontrar alguém que tivesse praticado um aborto, a fim de prestar depoimento, mas devido à dificuldade de se encontrar essa pessoa, partimos para o Sindicato das Prostitutas de Fortaleza, que ajudou na localização desta personagem. O depoimento foi gravado de forma a não identificar a pessoa, mas mostrou o caso de uma garota de programa (com pseudônimo, sem revelar o nome verdadeiro), a qual praticou vários abortos. O depoimento serviu para ilustrar e servir de gancho para que as convidadas pudessem discutir o assunto, que ainda é uma realidade no Brasil e, na maioria das vezes, realizado de forma ilegal.

A "mulher fruta" foi o tema do segundo bloco. Por meio de uma matéria bem humorada, ancorada por duas repórteres, uma na feira livre e outra em uma academia de ginástica, foi contada a história da criação do termo fruta para denominar mulheres com corpos turbinados. Outras questões como a opinião das pessoas sobre essas mulheres e, ainda, a fórmula para se transformar em uma fruta, através de muita malhação, complementaram a matéria. As debatedoras no estúdio entraram no ritmo da matéria e comentaram os prós e os contras dessa denominação para as mulheres. Devido ao tempo de duração e ao aprofundamento do assunto, pôde ser considerada uma grande reportagem.

No terceiro e último bloco, os homens foram convidados a falar sobre o que pensam sobre o crescimento profissional das mulheres, no "povo fala" [14]. De uma forma bem humorada, o repórter Rafael Cartaxo foi ao centro da cidade de Fortaleza para saber a opinião dos homens sobre a ideia da mulher poder ganhar mais, pagar uma conta quando sai com seu namorado, etc. O resultado foi um VT rápido, com uma grande diversidade de opiniões.

A concepção da parte visual do programa foi um trabalho conjunto da equipe técnica com os alunos. Depois da escolha do nome do programa, buscou-se, através de um estudo de cores, definir uma identidade para ele. O resultado foi a combinação de tons pastéis e rosa na composição do nome, e um tipo de letra que tivesse um "ar" feminino. Desta forma, criou-se a logomarca do programa. Depois, foi preciso agregar alguns elementos que identificassem o cotidiano da mulher arretada, não como uma imagem antiga, mas moderna, para a criação da vinheta, que contou com elementos como:

A logomarca do programa.

[14] A técnica consiste na mesma pergunta sendo formulada para cada entrevistado, de modo que as respostas possam ser editadas em conjunto sem que o repórter apareça (YORQUE, 1998, p. 100)

O símbolo do sexo feminino, uma silueta de mulher, uma marca de boca com batom, entre outros.

O local para a gravação do programa foi escolhido de acordo com as próprias características que já estavam até o momento definidas. O programa deveria apresentar um cenário visualmente limpo, utilizando cores claras e com iluminação natural. Por isso, conseguimos marcar a gravação num apartamento com vista para o mar, tendo a Avenida Beira de Fortaleza como cenário. Para contrabalancear o fundo, utilizamos cadeiras de cor preta. A locação foi improvisada na casa da aluna Gabriela Carvalho, que gentilmente cedeu o espaço para que a gravação do programa fosse realizada.

A escolha das convidadas para o primeiro programa não foi tarefa fácil e exigiu a participação de todos para conseguir reunir um grupo de mulheres que tivessem um perfil "arretado". Entre muitos nomes e sugestões, as três escolhidas foram:

Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, é residente em Fortaleza. Atualmente vive numa cadeira de rodas, depois ter sido agredida pelo marido. Ficou conhecida nacionalmente porque lutou para que seu agressor fosse condenado. A lei em que há aumento no rigor das punições às agressões contra a mulher, sancionada em 7 agosto de 2006 pelo presidente Lula, leva o nome de Maria da Penha, em homenagem a ela. Carmen Luisa Chaves Cavalcante é

jornalista e possui mestrado e doutorado em Comunicação. Atualmente é professora da Unifor e investiga temas relacionados à Comunicação e à Cultura. Julie Gadelha é produtora de moda, promoter e DJ.

Para que todo o processo, desde a pré-produção até a finalização do programa *Arretadas,* ocorresse de forma harmônica, a divisão dos alunos nas diversas funções foi fundamental. Começamos com os produtores, que, de acordo com Pollake, em programas de televisão:

> Auxiliam diretamente o diretor do programa. É o profissional que "toma conta" para que tudo esteja no lugar certo/hora certa, verifica cenários, figurinos, se está tudo confirmado com os convidados, define pautas viabiliza toda a parte operacional do programa. Coordena sub-produtores, que são aqueles profissionais que fazem a parte inicial da produção: recebem solicitações de telespectadores e selecionam possíveis pautas, fazem contato com artistas e verificam a possibilidade de participação deles no programa, utilizam a internet para fazer pequenas pesquisas preliminares sobre pautas sugeridas e ainda, durante a gravação do programa, ficam no estúdio (ou locação) como auxiliar do produtor (POLLAKE, 2004, p. 37).

Para atender as necessidades do programa, dividimos a equipe de produção em dois grupos: o dos produtores, composto pelos discentes Carlos Renato Bezerra, Magdala Vaz Borja e Klebiana Ketty; e o dos co-produtores, os alunos Fabrícia Vieira, José Claudio Filho e Luana Rezende. Ainda na parte de produção, tivemos a aluna Clara Dou-

rado que cuidou do Figurino e do Make –up e do making of.

Na parte de edição, tivemos a participação de dois tipos de editores: os de texto e os de imagem. A função de editor de texto geralmente é exercida por um jornalista, o qual faz a verificação do texto redigido pelos repórteres e das imagens produzidas pelos cinegrafistas, e depois, juntamente com o editor de imagens, vai montando o esqueleto do programa, para posterior edição e finalização do trabalho, até a pós-produção. A edição de texto ficou a cargo de Ingrid Freitas e a edição de imagens e montagem final do programa com o técnico da universidade Edílson Pires.

Na reportagem, contamos com três equipes, sempre formadas por um jornalista, um cinegrafista e um auxiliar. Como repórteres tivemos os discentes Gabriela Carvalho, Gabryela Fiúza e Rafael Cartaxo, e, na parte técnica, Ewerton Silva, João Luiz Galvão, José Moreira (Pastinha) e José Valdevino Neto. Na produção gráfica, as discentes Aline Farias e Alexandra Lozano, em parceria com o artista gráfico Raimundo Nunes (Itamar), os quais cuidaram da criação da logomarca e da vinheta do programa.

A apresentação do programa ficou a cargo da estudante de jornalismo Aline Farias, que já possuía experiência em reportagem e estava preparada para o novo desafio. De acordo com Yorque, o surgimento do jornalista como apresentador coincidiu com as novas demandas criadas pelas

mudanças na tecnologia e pela introdução de programas com formas modernas. No Brasil, o marco da entrada do jornalista como apresentador foi a saída dos locutores e radialistas Cid Moreira e Sérgio Chapelin da apresentação do *Jornal Nacional*, e a entrada de Willian Bonner e Lilian Witte Fibe, em março de 1996. "O objetivo de tal mudança foi projetar, como apresentadores, jornalistas profissionais, envolvidos com a produção de matérias. Buscava-se, assim, dar maior credibilidade às notícias e dinamizar as coberturas" (Memória Globo).

Mas além de apresentar e seguir o roteiro do programa, o grande desafio foi fazer também a mediação do programa. Partimos da proposta de Yorque, a respeito da capacidade para conduzir uma entrevista ou um programa, quando ele propõe algumas necessidades como: "fazer a entrevista fluir; extrair o melhor que puder do entrevistado, como um dever diante do público; evitar erros gramaticais ou editoriais que não possam ser corrigidos; cobrir todo o assunto antes do tempo esgotar-se" (YORQUE, 1998, p.149).

Algumas considerações

O trabalho docente na graduação em universidades públicas e privadas tem trazido grandes desafios para mim, enquanto professora, pesquisadora e profissional de comunicação. Além de toda a reflexão teórica necessária para dar cabo desta proposta, existe, no caso das disciplinas prá-

ticas, a proximidade com o mercado de trabalho e com a programação da televisão em geral, porque não é possível pensar programas que não sejam viáveis economicamente e comercialmente. Isso acaba sendo um elemento importante para o processo de criação, que aqui foi descrito.

A coordenação de toda a trajetória do programa *Arretadas* trouxe mais um desafio: fazer os estudantes ousarem mais, experimentarem mais e tentarem sair do telejornalismo convencional, para criar um programa híbrido, tanto na forma, quanto no conteúdo.

O programa *Arretadas* faz um mistura de duas das categorias propostas por Aronchi para a televisão brasileira, porque se propõe a dar informação de uma forma descontraída, própria dos programas de entretenimento. Essa mescla de duas categorias se fez necessária para tentar aproximar-se do público de maneira sutil e convincente.

A finalização deste projeto experimental é a prova cabal de que é possível sair do convencional. Não quero dizer com isso que "inventamos a roda", mas que conseguimos sair do modelo convencional e fizemos um programa, no mínimo, diferente e interessante.

A questão da qualidade na televisão brasileira foi uma preocupação constante durante todo o processo, desde a concepção até a realização, porque tínhamos em mente (os estudantes e eu), de forma muito clara, quais são os pressupostos que fazem um programa ser exemplo de qualidade.

Foi por isso que nos fixamos em todas as etapas, desde a pauta até a finalização das matérias, para que as mesmas tivessem relevância, fossem pertinentes e, ainda, estabelecessem uma relação de identidade entre a proposta do programa e o público.

Os conteúdos abordados pelo programa piloto buscaram atender as duas noções, propostas por Machado, relativas ao telejornal ser opinativo ou polifônico, pois permearam momentos de opinião própria das participantes e mostraram os vários lados possíveis de uma questão, através de reportagens. Desta forma, tentamos estabelecer um equilíbrio entre a informação e a opinião, sendo que não é mais possível, hoje em dia, estabelecer uma linha divisória entre uma e outra. Isto se deve à subjetividade, que é uma característica do jornalismo contemporâneo, conforme declara Chaparro:

> A crença de que o jornalismo se divide em opinião e informação tornou-se, entre os estudiosos, matriz teórica para a classificação das classes de texto (gêneros) e, entre os profissionais, uma 'verdade' de uso moralista, evocada como garantia de rigor e objetividade na informação (2003, p.1).

Para o autor, não existem no jornalismo espaços exclusivos ou excludentes para a opinião e a informação. Até porque isso seria impossível tanto na dimensão do conhecimento quanto no plano dos mecanismos da linguagem.

A realização do programa proporcionou momentos

de muita reflexão por parte de todos os integrantes da equipe, que a todo momento buscavam estabelecer um padrão para que o programa *Arretadas* constituísse verdadeiramente uma proposta para a televisão brasileira, como um elemento experimental, mas com características próprias e potencial para contribuir com uma televisão de qualidade, dentro do cenário regional nordestino.

Referências

ARONCHI DE SOUZA, J. C. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.

BARBEIRO, H.; LIMA, P. R. de. *Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BECKER, B. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. **Galáxia**, São Paulo, n. 10, p. 51-64, dez 2005.

CASTRO, M. L. D. de; DUARTE, E. B. (Org.). *Em torno das mídias*: práticas e ambiências. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. *Televisão – entre o Mercado e a Academia* - 1. Ed. Sulina, 2006.

CHAPARRO, M. C. *Opinião & Informação*. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/

asp29072003996.htm. Acesso em: 25/02/2010.

CURADO, O. *A notícia na TV*: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.

MACHADO, A. As vozes do telejornal. In: _____. 4.ed. *A Televisão Levada a Sério.* São Paulo: SENAC, 2005. p. 99-123.

PATERNOSTRO, V. Í. *O texto na TV*: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POLLAKE, K. Como fazer um projeto de produção para TV. *Cadernos Didáticos Metodista RTV – Rádio e TV 1*. São Bernardo do Campo:, Metodista, 2004.

SQUIRRA, S. *Aprender Telejornalismo – produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

YORQUE, I. *Jornalismo diante das câmeras***.** São Paulo: Summus, 1998.

Sites:

Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2009/03/06/menina+de+nove+anos+que+fez+aborto+ja+esta+em+um+abrigo+publico+4556234.html. Acesso em: 20/02/2010.

Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-239077,00.html. Acesso em: 20/02/2010

Entrevista

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo
REBEJ

Entrevista com o Prof. Manuel Pinto

Por Enio Moraes Júnior[1]

Resumo
O professor Manuel Joaquim Silva Pinto é jornalista e professor e responsável pelas disciplinas da área de Jornalismo do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Doutor em Ciências da Comunicação por esta instituição, licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cidade onde trabalhou como repórter e editor do *Jornal de Notícias*. Colaborou também com o jornal, assumindo o cargo de ombudsman. Para ele, o jornalismo é uma forma de dizer o mundo e a vida e implica cada vez menos um trabalho centrado no jornalista. Embora a vivência e a experiência profissional tenham muito a ensinar, a formação superior desempenha um papel importante para o exercício responsável da profissão.

Palavras-chave: Jornalismo, Educação, ensino superior, formação de jornalistas, educação para os media, cidadania.

Enio Moraes Júnior – Você tem uma série de pesquisas realizadas tanto na área de jornalismo como na área de formação de jornalistas. Essas reflexões, obviamente, termi-

[1] Enio Moraes Júnior (emoraesj@usp.br) é doutorando da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e professor dos cursos de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo. Esta entrevista foi realizada como parte dos estudos de doutorado com apoio de bolsa de estudos da Capes.

nam qualificando essa formação. Mas até que ponto esses jornalistas mais qualificados conseguem produzir, de fato, uma informação mais qualificada para a sociedade onde eles actuam?

Manuel Pinto – Eu fui jornalista durante muitos anos e continuo a achar que o verdadeiro lugar da formação de um jornalista é na redacção. É paradoxal que eu diga isto estando com responsabilidades na coordenação de disciplinas de Jornalismo do curso da Universidade do Minho, mas não há nada que substitua a situação real, viva, pressionante, de uma redacção. Por outro lado, eu creio que para ser um jornalista competente não é, do meu ponto de vista, absolutamente necessário ser formado em jornalismo. Mas já me parece que é importante ter uma formação de nível superior. Eu julgo que as técnicas de produção jornalística se aprendem relativamente rapidamente, não exigem um tempo excessivamente longo para que sejam adquiridas e assumidas por um profissional. Mas o que é mais crítico, do ponto de vista da formação, é a capacidade cultural de olhar atentamente os fenómenos, a complexidade que hoje cada vez mais os caracteriza, a relação de um acontecimento com um determinado contexto ou situação e, de alguma forma, a leitura do alcance, do significado, da densidade histórica de qualquer fenómeno, por banal que seja. Eu aqui não referencio apenas os acontecimentos típicos das

chamadas *hard news*, mas também os *fait divers*, porque creio que, se nós partimos do entendimento do jornalismo como uma forma de dizer o mundo e a vida, pautado pela actualidade e pela preocupação de prestar um serviço à sociedade, nós não podemos, à partida, desqualificar certos tipos de realidade vivida no quotidiano em detrimento de realidades presumidas como mais importantes do que as outras. E, portanto, se nós partilhamos dessa visão – e eu partilho dela – creio que se torna também importante que o jornalista seja capaz de, a partir do simples caso de polícia, de um fato banal do dia a dia, mas que se salienta como sintoma ou como indicador de uma realidade que é maior que o próprio fato, tenha um olhar culturalmente qualificado e capaz de entender o alcance, a densidade humana que está presente no acontecimento. Desse ponto de vista, parece-me que é importante que os jornalistas possam ter uma formação superior polifacetada, polivalente. Isso inclui, naturalmente, a dimensão técnica, mas antes de mais uma formação muito sólida do ponto de vista comunicacional e cultural. É essa também a orientação que nós temos tido na Universidade do Minho. Mesmo com a reforma de Bolonha[2], em que procuramos valorizar mais o componente laboratorial, nós nunca aplicamos, e espero que nunca apli-

2 O professor refere-se à **Declaração de Bolonha**, acordo assinado em 1999 por 29 países da União Europeia que tenta unificar o ensino superior no continente criando uma Área Europeia de Ensino Superior. Algumas exigências do acordo são cursos de três anos de duração e ênfase em atividades práticas e laboratoriais no processo formativo.

caremos, uma formação que não seja culturalmente sólida, que não desenvolva o espírito crítico. Porque a prática, a técnica está permanentemente a evoluir, se nos colássemos excessivamente a um determinado modo ou a uma determinada tecnologia, para produzir jornalismo, corremos o risco de quando os formandos, uma vez chegados à redacção ou trabalhando até por conta própria, poderem, eventualmente, estar já desactualizados. Portanto, nesse ponto, eu creio que a maior escola continua a ser as redacções. Essa competência para, nos contextos, nos acontecimentos, nas redacções, fazer leituras atentas, críticas e penetrantes na realidade, é algo que dá mais garantias de uma boa produção jornalística, de qualidade de jornalismo.

EMJ – Como formar as pessoas para terem essa competência de contextualização, de percepção do mundo, dentro de um curso de Jornalismo?

MP – Eu julgo que é fundamental ter compreensão histórica da sociedade numa perspectiva global. Já não é aceitável hoje uma abordagem histórica etnocêntrica, virada para si própria, centrada no seu micromundo, mas ter, de fato, uma visão global. É fundamental tudo que tem a ver com a abordagem antropológica, não apenas a antropologia como uma ciência das sociedades ditas primitivas, mas também uma antropologia da actualidade, dos novos espa-

ços, dos novos rituais, dos novos tempos de vida, dos novos micromundos, das novas tribos, para recorrer à terminologia de Michael Maffesoli. O olhar sociológico, obviamente, também é fundamental, nomeadamente a sociologia da cultura, a sociologia das organizações, a sociologia do poder, creio, são questões fundamentais. A teoria política é um complemento essencial. Economia, alguma noção não apenas da macroeconomia, mas também da microeconomia, porque muitas vezes é através da microeconomia que cidadãos se ligam à informação. Eles podem não entender, a não ser de uma forma distante, as grandes tendências, as grandes questões da economia, mas sabem perfeitamente lidar com a questão econômica na gestão do quotidiano. Isso é, digamos, uma realidade muito próxima a que é importante o jornalismo prestar atenção. E, obviamente, as teorias comunicacionais que nos ajudam imenso, também, a perceber a racionalidade e as lógicas que estão presentes nas relações sociais do ponto de vista comunicacional, como os modelos, com as teorias, com os autores, a própria trajetória histórica da investigação sobre a comunicação. E, depois, no caso concreto do jornalismo, as teorias do campo jornalístico.

EMJ – O aluno que chega para cursar Jornalismo chega predisposto a este tipo de formação ou ele quer usar a câmera, ir para o estúdio, fotografar?

MP – É uma tensão permanente. Eu devo dizer que, mesmo em cursos que têm uma carga prática muito forte, os alunos tendem a queixar-se sempre que esses cursos são muito teóricos. Esse é um ponto de partida. O segundo ponto de partida é que a prática, quando bem-feita, é muito mais problemática e potencialmente problematizadora do que aparenta. Ou seja: quando reduzimos a prática a uma técnica, a um modo de fazer as coisas, estamos a empobrecer a própria prática e os aprendizes dessa prática. O terceiro aspecto que eu gostaria de sublinhar é que a teoria não tem que ser esotérica. A teoria pode estar num diálogo permanente com a actualidade, com o acontecimento jornalístico, proporcionando uma abordagem mais indutiva da teoria, em que nós tomamos os acontecimentos, o jornalismo, como a matéria-prima a partir da qual abordamos as teorias. Acho este é um desafio, quer para as teorias, quer para os teóricos, quer para a prática. Porque nós temos que, mais do que sublinhar as antinomias entre uma vertente e outra, vê-las como faces de uma mesma moeda. Há aquela célebre frase de que não há nada mais prático que uma boa teoria, mas é preciso introduzir isso. E nós, muitas vezes, na academia, temos uma tendência muito grande de não estabelecermos os laços que os grandes quadros e as grandes grelhas da análise têm com a realidade, seja ela a realidade actual, seja a realidade histórica. E, deste ponto de vista, eu

acho que nós temos permanentemente uma grande aprendizagem a fazer, desde logo: mantermo-nos a par do que está acontecendo. Ou seja: o professor das teorias – eu sou professor de *Teorias do Jornalismo* no mestrado, nomeadamente – deve, tem o dever, se está a dar, de fato, *Teorias do Jornalismo*, de acompanhar a actualidade do jornalismo para procurar os pontos de ligação entre as questões que esta realidade viva coloca e as grandes questões teóricas, porque elas também emergiram de realidades concretas, de realidades empíricas. E este desafio é um desafio permanentemente inacabado. Nunca poderemos dizer "eu já estou pronto", o meu arquivo, passado, serve para eu dar Teorias do Jornalismo. Não dá, até porque, qualquer teoria hoje está em questão. Os quadros recentes estão a ser questionados pelo evoluir do jornalismo e da sociedade. E portanto, nós hoje precisamos pôr em causa os próprios paradigmas com que tínhamos pensado o próprio jornalismo. E isto não é só para a academia, mas é para os próprios profissionais. Nós hoje dizemos que o cidadão pode ter uma palavra a dizer no jornalismo, pondo em causa um modelo jornalístico em que o jornalista era que tinha alguma coisa a dizer ao cidadão… Há aqui qualquer coisa que está alternando-se e coloca em questão o modelo unidireccional, o modelo *top-down*, autoritário do jornalismo canónico. Ora, isto é uma questão profunda para a prática quotidiana nas redacções em todo tipo de veículos e para a academia, que não pode

mais esquecer disso. Pelo contrário, deve espicaçar e trazer essas dúvidas, essas tensões para o ensino. Eu não concebo um ensino asséptico, desligado da tensão que hoje o profissional enfrenta e que a sociedade enfrenta também na sua relação com o jornalismo. Porque o problema hoje é colocado também por uma certa desconfiança desse jornalismo tradicional que define, em tudo que pode definir, aquilo que eu devo saber. Ora, hoje, há questões que se colocam a esta verdade, àquilo que era um axioma tradicional do jornalismo.

EMJ – Uma coisa que fica muito clara no currículo da Universidade do Minho é que vocês têm constantemente, no primeiro ciclo *(na graduação)*, ateliês *(laboratórios)*, paralelamente a uma formação teórica. É fácil fundir, em cada período, em cada ano, essas relações todas entre as disciplinas, levar toda teoria para a prática, constantemente, durante todo o curso?

MP – Eu acho que é possível, mas é muito difícil. De fato, falando agora apenas do primeiro ciclo, nós procuramos antecipar o contacto dos novos alunos com a realidade da produção, com o próprio meio, e dar uma perspectiva transversal das várias áreas das Ciências da Comunicação. E depois, a partir do quarto semestre, no meio do segundo ano, há um afunilamento já para a área específica da opção

que o formando vê como possível para o seu futuro: *Informação e Jornalismo*, *Publicidade e Relações Públicas* ou *Audiovisuais e Multimédia*. Mas devo dizer que é uma perspectiva difícil e eu só a vejo possível, por um caminho, mesmo esse complicado: que os professores das práticas, dos laboratórios, não sejam indiferentes à dimensão teórica da sua prática e que os professores das teorias mantenham, como eu dizia há pouco, este laço estreito, permanente, com as questões do que fazer, do acontecimento. Portanto, nesse jogo entre a teoria e a prática, acho que nós nunca conseguiremos dizer que chegamos lá. Precisamos, permanentemente, fazer esse trabalho de equipa formadora e muitas vezes aprender com os alunos também, porque eles pertencem a uma geração que chega e que traz uma experiência e um referencial ligado às redes sociais e ao uso do celular, que coloca novos desafios aos estudos jornalísticos.

EMJ – É por isso que se torna importante a *literacia mediática*, ensinar essa nova geração a lidar com as tecnologias? Você também trabalha, pesquisa muito nessa área. O aluno de jornalismo que chegue melhor alfabetizado nessas tecnologias conseguirá ser melhor jornalista?

MP – Isso não é um desafio apenas para os jornalistas profissionais, mas é para toda a sociedade. Eu creio que é um problema já antigo, mas que nas últimas décadas tem

se tornado cada vez mais evidente: a alfabetização, a capacidade de ler e descrever o mundo e a vida não pode apenas confinar-se à tradicional trilogia do ler, escrever e contar. E, desse ponto de vista, hoje, o aprender a ler criticamente as notícias, as imagens, a publicidade, os jogos, toda indústria do entretenimento, as indústrias culturais em geral, constitui um desafio absolutamente crucial para que nós não sejamos marionetes de outros interesses, mas que sejamos sujeitos que, além de serem capazes de fazer esse esforço de interpretar e perguntar, sejam capazes também de comunicar, de partilhar, de produzir conteúdos significativos com os outros. Porque isso é comunicação. Ora, para que é que serve o jornalismo, para que é que serve a comunicação se não nos ajuda? Eu creio que, hoje, uma das grandes armadilhas da formação, nomeadamente relacionadas com as tecnologias, é que elas são tomadas com se fossem uma realidade neutra, sobre a qual não valesse a pena interrogar.

EMJ – É a questão da tecnofilia, a empolgação com as tecnologias, *versus* tecnofobia, a desconfiança e a rejeição a elas?

MP – Sim, exacto. É um dos aspectos, mas vemos essa preocupação hoje de colocar todas as crianças e os adultos capazes de acessar a net, de usar a net, que me parece vital, mas eu fico preocupado quando o horizonte das preocupa-

ções e das políticas orientadas para esses objectivos ficam por aí. Porque me interessa muito saber, quando eu navego, para onde é que eu quero ir. E essas perguntas – Quem sou eu, navegante? De onde é que eu venho e para onde eu vou? – normalmente não entram nas preocupações dos políticos que querem difundir a internet por todo lado. Para que me serve a internet se eu não me pergunto para onde eu quero ir? Que utilização eu quero fazer da net e em função de que questões minhas, de que interesses, de que preocupações? É importante esse exercício de, permanentemente, eu me interrogar. Posso circular, ir para muitos lados, posso até andar à volta de mim próprio, não ir a lugar nenhum. Posso ser submerso pela avalanche informativa, morrer de congestão informativa, mas eu posso também ter ferramentas que me habilitem a lidar criticamente com esta situação. Hoje há processos, para dar um exemplo concreto, de aprender a avaliar a validade e fiabilidade de um site, onde a gente vai parar. Penso, por exemplo, na facilidade com que hoje se encontram informações sobre questões de saúde na internet. Se nós não temos alguma competência, alguma capacidade de análise do valor do site onde essa informação sobre a saúde está, pode-se correr sérios riscos. Isto torna vital que haja aprendizagens não apenas para entrar nesse ciberespaço, mas para guiarmo-nos apoiados nas ferramentas de que é possível dispor, de modo a que possamos, pelo menos, conduzir-nos de forma significativa e, ao

mesmo tempo, reduzir os riscos.

EMJ – Essa forma significativa de que você fala, especialmente no jornalismo, tem a ver com a cidadania, com os direitos humanos, com a preservação desses valores?

MP – Tem muito, eu julgo que tem. E tem também a ver com uma ética da recepção e da participação no espaço público, com as novas ferramentas que hoje existem, o que é absolutamente vital. Até bem pouco tempo, quando nós falávamos em código deontológico de jornalistas, falávamos de um conjunto de deveres, de princípios éticos que o jornalista, na profissão, devia respeitar: não intrometer-se na vida privada, não forçar as pessoas a situações de estresse, não obter informações por meio de processos ardilosos… Enfim, uma série de valores. Mas será que hoje, quando todas as pessoas ou pelo menos um número cada vez maior de pessoas, pode publicar em escala global, esses valores devam ser aprendidos por qualquer cidadão? Não são valores de bom senso nas relações sociais? Se eu não aprender, por exemplo, que aquilo que ponho no meu *blogue* deve ter em conta os direitos do outro, posso passar por cima dos direitos do outro. Hoje há formas de provocar danos graves. Mas como é que está ocorrendo essa formação do utilizador das redes sociais, por exemplo? Essa é uma questão ética da maior relevância, do meu ponto de

vista. Dá para perceber que é uma questão de cidadania, de direitos humanos. É uma questão que não diz respeito só ao jornalista, mas a todos que podem entrar nesta partilha universal de conteúdos. Isso hoje é uma questão central da produção discursiva do ciberespaço.

EMJ – O professor de jornalismo está preparado para lidar com essa complexidade? O que é que está sendo requerido, em termos de formação do professor de jornalismo, para lidar com essa complexidade?

MP – Boa pergunta! Eu julgo que nós, em Portugal, pelo formato da nossa realidade nacional, temos nos questionado pouco sobre isso. Ao contrário do Brasil, não temos uma associação de professores de jornalismo ou até de professores de comunicação, em geral. Temos uma sociedade científica de investigadores, pesquisadores, mais preocupada com a pesquisa e menos com o ensino e a aprendizagem. E creio que essa é uma questão muito pertinente. Eu diria que, do ponto de vista do que nós procuramos cultivar aqui, no grupo de docentes, tem muito a ver, em primeiro lugar, com uma formação aberta. Acho que tal como um jornalista, um professor de jornalismo, pela mesma razão, tem que ser uma pessoa culturalmente aberta, porque é essa cultura e essa abertura que nos dão a riqueza de ver um problema de vários. Por outro lado, creio que nós precisamos de uma

autoformação permanente. As tecnologias, para mim, são importantes, mas não são cruciais. Eu não coloco aí o crucial da formação. Eu coloco essencialmente nesta formação ética, que é também importante na formação dos jornalistas. A ética do ensino do jornalismo é uma questão que eu vejo como crucial. Como é que eu posso ensinar os valores éticos do jornalismo quando não sou ético na relação com os estudantes, por exemplo? Se eu sou uma pessoa distante, convencida que sei tudo e que eles não sabem, pouco aberto a aprender com eles? Enfim, aquilo que, na verdade, nós reconhecemos que o jornalista deve ter: essa capacidade de ouvir, essa capacidade de ir à procura, de pôr-se de um lado, do outro, na perspectiva do outro. Eu acho que esta perspectiva ética é uma questão central. E há também a pedagogia. Nós tendemos muitas vezes a reduzir a pedagogia a um conjunto de técnicas de ensino. Eu sou crítico disso porque muitas vezes essas técnicas estão despidas de valores humanistas e éticos.

EMJ – O aluno, o professor e a escola de jornalismo. Qual desses três atores é o mais importante na formação de um jornalista?

MP – Eu diria que são os três, é a resposta mais fácil *(risos)*. Dos três, eu diria que o binómio humano é decisivo, mas também tenho dificuldade de compreender o processo

desvinculado de um contexto organizacional e de uma cultura de equipa. Portanto, eu diria que é um tripé em que, faltando um, alguma coisa quebra.

EMJ – O que o *Protocolo de Bolonha*, que procura criar uma unidade para o ensino superior europeu, trouxe ou pode vir a trazer para a qualificação da formação do jornalista, notadamente no sentido de convivência com a diversidade humana, com os valores humanos?

MP – Acho que Bolonha trouxe sobretudo uma oportunidade perdida, para já. Eu sou uma pessoa esperançosa e tenho esperança que alguma coisa ainda se recupere, mas havia algumas ideias generosas no projeto de Bolonha que, do meu ponto de vista, não foram conseguidas por um grande equívoco. A minha interpretação sobre Bolonha é que foi um processo feito em nome de grandes princípios, interessantes princípios, mas que na prática incorreu no risco de algum reducionismo, significou , uma vez que se quis, e bem, mudar bastante os métodos de ensino e aprendizagem, mas sem aumentar – e, pelo contrário, reduzindo – os recursos. Um trabalho mais personalizado, uma relação mais próxima, um trabalho mais dinâmico de aprendizagem, mais centrado no estudante me parecem objectivos extraordinários, mas a gente quando vai ver as condições que são colocadas para poder concretizar isso, nós vemos

a distância que estamos dessa realidade. Portanto, eu acho que Bolonha é uma grande mascarada correndo o risco de criar uma grande desmotivação. Porque é colocada uma pressão enorme numa determinada direcção, mas partindo as pernas das pessoas para caminharem nessa direcção. Até este momento, eu pergunto-me se, de fato, Bolonha não foi, do ponto de vista da racionalidade detectável, nas medidas da política europeia, uma estratégia para reduzir o investimento público no ensino superior. Valorizo o objetivo de democratizar mais o acesso a esse ensino, acho que é um objetivo legítimo e é desejável que haja uma certa massificação pelo menos do primeiro ciclo do ensino superior, mas isto já teve repercussões, por exemplo, ao nível do segundo ciclo, em que houve um abaixamento de nível geral. A pressão para uma certa mercantilização do ensino superior tornando este funcional ao mercado acaba por truncar um pouco o componente da investigação, nomeadamente daqueles estudantes que eventualmente têm expectativa e condições para prosseguir as suas pesquisas para o doutoramento, por exemplo. Portanto, há aqui vários problemas que eu acho que nós ainda não fomos capazes de ultrapassar e eu tenho dúvidas se há interesse que eles sejam ultrapassados. Mas isso já é uma leitura, uma interpretação de um processo político que nos tem ocupado e gasto muitas energias nos últimos anos.

EMJ – Você foi jornalista, editor, e depois veio para a vida acadêmica. Como é que foi esse processo? Você aprendeu mais jornalismo "no batente", "na tarimba", como se diz em Portugal, ou na academia?

MP – Eu comecei por dizer que jornalismo se aprende a fazer na redacção e continuo a achar que se aprende a fazer na redacção. Embora hoje, com os constrangimentos muito grandes nas principais redacções, decorrentes justamente de uma grande subversão do esquema de socialização da profissão. Ou seja: quando eu comecei, não tinha qualquer formação em jornalismo porque no meu tempo não havia escolas de formação de jornalismo. Eu entrei com a minha licenciatura em história. No dia em que fui fazer um exame para recrutarem 12 candidatos a jornalistas, concorremos 400. Era um auditório enorme e eu lembro que foi nesse dia de manhã que alguém me disse: "Não se esqueça dos 5 dáblius!"[3]. E eu nunca tinha ouvido falar dos 5 dáblius, mas tive a sorte de passar nesse processo de selecção. Curiosamente, alguns dos meus colegas da Universidade do Minho, como Joaquim Fidalgo, foi meu colega de concurso desse mesmo jornal. Mas é curioso: uma das grandes questões que senti como jornalista, ao fim de dois ou três anos de espanto e de aprendizagem mais intensa, foi uma certa de-

3 Do inglês: What, Who, Where, When e Why (O que, Quem, Quando, Onde e Por quê?), tradicionalmente considerados elementos-chave da informação jornalística.

cepção com a dificuldade de pensar o que estava fazendo. Ou seja, a vertigem do dia a dia, a intensidade do trabalho era de tal ordem que não nos restava tempo para olhar criticamente para o que fazíamos. Isso deixou-me preocupado. Isso fez-me descobrir um lado que depois, mais tarde, vim a reflectir, pelos teóricos que eu estudava, que era a *rotina jornalística* que, se por um lado é fundamental para a gente conseguir produzir um jornal ou um telejornal todos os dias, por outro lado é um mecanismo terrível que nos socializa e que nos impede de criar tempos de distanciamento para olharmos criticamente: "Será que estamos fazendo da melhor maneira? Não seria possível fazer de outro modo?", etc. Esses tempos de respiro eram praticamente reservados a um café que se tomava num bar ou a um jantar com amigos à noite. Esse foi um aspecto. Outro aspecto foi que, independentemente da qualidade do trabalho que eu produzia, havia muito pouca reacção, muito pouca crítica, da parte dos leitores. A não ser quando eram tocados directa e pessoalmente, por uma notícia. Porque por razões cívicas ou de dever de cidadania, não era comum criticar este tipo de jornalismo que eu próprio tinha consciência, muitas vezes, que não estava feito de acordo com os meus critérios ou com o meu desejo. Fosse por falta de tempo, de informação ou porque havia lá o espaço reservado e eu tinha que preencher. Isso desiludiu-me muito. Eu comecei a perceber que poderia vender, entre aspas, como nós dizemos

aqui, "gato por lebre". Que as pessoas comiam tudo que se lhes dava. Um dia eu estava na sede da Unesco, em Paris, a espera de uma reunião e, falando com a secretária que estava ali, ela perguntou-me se eu gostava de ser jornalista e eu falei-lhe desse descontentamento. Ela disse: "Mas isso é educação para os media, é literacia mediática. Olha, acabamos até de publicar dois trabalhos sobre isso, tenho todo gosto em lhe oferecer". Para mim, aquilo foi com se tivesse aberto um outro continente, o lado do receptor, o lado do leitor. Era o lado do utilizador dos media, sobre o que eu nunca tinha pensado, nunca tinha olhado para aquilo e de toda forma se encaixava. E, curiosamente, eu comecei a trabalhar alguma coisa nesse lado e acabei por ser convidado para a Universidade do Minho para vir, precisamente, fazer educação para os media para os cursos de formação de professores e educadores de infância, onde trabalhei durante 10 anos. Essa é um pouco a minha trajetória, que foi uma trajetória de tentar entender que para o jornalismo é importante o outro lado, sem o qual o jornalismo ficava truncado, com alguma deficiência. E eu trabalho nessa linha cruzando, digamos assim, a cidadania, a formação de cidadãos com a actualidade jornalística. E é um pouco aí nesse terreno da educação para os media e do jornalismo, mas visto pelo lado do cidadão, que eu tenho vindo a trabalhar ultimamente. **X**

Projeto gráfico

Luan Orlando Lima Azevedo
luan_lima09@hotmail.com
luanlim@gmail.com